

# Banco Daycoval

The logo graphic consists of two small squares, one light gray and one white, positioned below the word 'Daycoval'.

Formulário de Referência  
2025

Resolução CVM Nº 80/22

## Sumário

<b>1. Atividades do emissor .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1. Histórico .....</b>	9
<b>1.2. Principais atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas .....</b>	12
<b>1.3. Segmentos operacionais .....</b>	13
<b>1.4. Produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais .....</b>	14
<b>1.5. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total .....</b>	15
<b>1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades .....</b>	16
<b>1.7. Países dos quais o emissor obtém receitas relevantes .....</b>	17
<b>1.8. Países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor .....</b>	18
<b>1.9. Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG) .....</b>	19
<b>1.10. Informações específicas de sociedades de economia mista .....</b>	22
<b>1.11. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor .....</b>	23
<b>1.12. Operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas .....</b>	24
<b>1.13. Celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas .....</b>	25
<b>1.14. Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor .....</b>	26
<b>1.15. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais .....</b>	27
<b>1.16. Outras informações relevantes .....</b>	28
<b>2. Comentários dos diretores .....</b>	<b>29</b>
<b>2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais .....</b>	29
<b>2.2. Resultado operacional e financeiro .....</b>	63
<b>2.3. Mudanças nas práticas contábeis .....</b>	70
<b>2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras .....</b>	71
<b>2.5. Medições não contábeis .....</b>	72
<b>2.6. Eventos subsequente às últimas demonstrações financeiras .....</b>	73
<b>2.7 Destinação dos resultados sociais .....</b>	74

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.....	77
2.9. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8.	78
2.10. Principais elementos do plano de negócios do emissor .....	79
2.11. Outros fatores com influencia relevante em relação ao desempenho operacional.....	81
<b>3. Projeções .....</b>	<b>89</b>
3.1. Projeções divulgadas e premissas.....	89
3.2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas .....	90
<b>4.Fatores de risco .....</b>	<b>91</b>
4.1. Descrição dos fatores de risco em ordem decrescente de relevância .....	91
4.2. Principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1 .....	126
4.3. Principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.....	127
4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros.....	133
4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.....	137
4.6. Processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos .....	138
4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.....	139
<b>5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos.....</b>	<b>140</b>
5.1. Informações sobre riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3 .....	140
5.2. Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis .....	141
5.3. Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira .....	143
5.4. Alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada .....	149
5.5. Outras informações relevantes.....	150
<b>6. Controle e grupo econômico .....</b>	<b>151</b>

<b>6.1. Identificação do acionista ou grupo de acionistas controladores .....</b>	<b>151</b>
<b>6.2. Lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 6.1 .....</b>	<b>153</b>
<b>6.3. Descrição da distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas .....</b>	<b>154</b>
<b>6.4. Sociedades em que o emissor tenha participação e que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades .....</b>	<b>155</b>
<b>6.5. Organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere .....</b>	<b>156</b>
<b>6.6. Outras informações relevantes.....</b>	<b>157</b>
<b>7. Assembleia geral e administração.....</b>	<b>158</b>
<b>7.1. Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor .....</b>	<b>158</b>
<b>7.2. Conselho de administração .....</b>	<b>160</b>
<b>7.3. Administradores e membros do conselho fiscal do emissor.....</b>	<b>161</b>
<b>7.4. Informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.....</b>	<b>182</b>
<b>7.5. Informações sobre a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau.....</b>	<b>188</b>
<b>7.6. Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:..</b>	<b>189</b>
<b>7.7. Disposições de acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.....</b>	<b>190</b>
<b>7.8. Outras informações relevantes.....</b>	<b>191</b>
<b>8. Remuneração dos administradores .....</b>	<b>192</b>
<b>8.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração....</b>	<b>192</b>

<b>8.2. Remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal .....</b>	<b>193</b>
<b>8.3. Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal .....</b>	<b>197</b>
<b>8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária .....</b>	<b>198</b>
<b>8.5. Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária .....</b>	<b>199</b>
<b>8.6. Informações sobre opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.....</b>	<b>200</b>
<b>8.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:.....</b>	<b>201</b>
<b>8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.....</b>	<b>202</b>
<b>8.9. Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários .....</b>	<b>203</b>
<b>8.10. Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária .....</b>	<b>204</b>
<b>8.11. Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.....</b>	<b>205</b>
<b>8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - método de precificação do valor das ações e das opções .....</b>	<b>206</b>
<b>8.13. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão .....</b>	<b>207</b>
<b>8.14. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.....</b>	<b>208</b>
<b>8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal .....</b>	<b>209</b>
<b>8.16. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.....</b>	<b>210</b>
<b>8.17. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores .....</b>	<b>211</b>
<b>8.18. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam .....</b>	<b>212</b>

<b>8.19. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor .....</b>	<b>213</b>
<b>8.20. Outras informações relevantes.....</b>	<b>214</b>
<b>9. Auditores .....</b>	<b>215</b>
<b>9.1.e 9.2. Identificação e remuneração dos auditores independentes .....</b>	<b>215</b>
<b>9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores.....</b>	<b>217</b>
<b>9.4. Outras informações relevantes.....</b>	<b>218</b>
<b>10. Recursos humanos.....</b>	<b>219</b>
<b>10.1. Descrição dos recursos humanos.....</b>	<b>219</b>
<b>10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima .....</b>	<b>221</b>
<b>10.3. Descrição das políticas e práticas de remuneração dos empregados.....</b>	<b>222</b>
<b>10.4. Descrição das relações entre o emissor e sindicatos.....</b>	<b>223</b>
<b>10.5. Outras informações relevantes.....</b>	<b>224</b>
<b>11. Transações com partes relacionadas .....</b>	<b>225</b>
<b>11.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas .....</b>	<b>225</b>
<b>11.2. Transações com partes relacionadas.....</b>	<b>226</b>
<b>11.3. Outras informações relevantes.....</b>	<b>261</b>
<b>12. Capital social e valores mobiliários.....</b>	<b>262</b>
<b>12.1. Informações sobre o capital social .....</b>	<b>262</b>
<b>12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a: .....</b>	<b>263</b>
<b>12.3. Outros valores mobiliários emitidos no Brasil .....</b>	<b>264</b>
<b>12.4. Número de titulares de cada tipo de valor mobiliário descrito no item 12.3, conforme apurado no final do exercício anterior.....</b>	<b>266</b>
<b>12.5. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação .....</b>	<b>267</b>
<b>12.6. Informações sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros .....</b>	<b>268</b>
<b>12.7. Títulos emitidos no exterior.....</b>	<b>269</b>

<b>12.8. Oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais .....</b>	<b>270</b>
<b>12.9. Outras informações relevantes.....</b>	<b>271</b>
<b>13. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário.....</b>	<b>272</b>
<b>13.1. Declarações do Diretor Presidente.....</b>	<b>272</b>
<b>13.1. Declarações do Diretor de Relações com Investidores.....</b>	<b>273</b>
<b>13.2. Declaração individual de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores devidamente assinada:.....</b>	<b>274</b>

**Histórico de versões**

<b>Versão</b>	<b>Detalhamento</b>	<b>Data</b>
V1	Publicação inicial	29/05/2025

## 1. Atividades do emissor

### 1.1. Histórico

O Banco Daycoval iniciou suas atividades em 1968, com a criação da Daycoval Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM). Em 1971, foi inaugurada a Valco Corretora de Valores.

Em 1989, obteve autorização do Banco Central para operar como banco múltiplo, passando a denominar-se Banco Daycoval S.A. e iniciando operações de crédito para empresas.

Em 1995, expandiu sua atuação ao mercado de câmbio, complementando suas atividades de crédito corporativo.

Em 1997, inaugurou sua primeira agência fora da capital paulista, em Campinas (SP).

Durante o ano de 2004, continuou a ampliar seu escopo de atuação com a criação da Daycoval Asset Management e o lançamento do crédito consignado para pessoas físicas, com a marca Daycred. Em 2005, inaugurou sua nova sede na Avenida Paulista.

Em 2006, passou a atuar também em financiamentos de veículos.

No ano de 2007, criou a Dayprev, para o mercado de seguros, e realizou sua oferta pública inicial, com a emissão de 55.082.712 ações preferenciais, ao preço de R\$ 17,00 por ação, captando R\$ 936,4 milhões.

Em 2008, obteve autorização do Banco Central para instalar uma dependência no exterior, em Grand Cayman, Ilhas Cayman, onde iniciou atividades em maio. No mesmo ano, foi homologado pelo BNDES como Agente Financeiro Repassador.

No ano de 2009, o Banco Daycoval celebrou contrato com investidores internacionais, que, após subscrição de instrumentos de dívida e bônus conversíveis, tornaram-se acionistas relevantes. Iniciou operações com lojas de câmbio e realizou, em 2010, emissão de Eurobond de US\$ 300 milhões, parte de um programa de US\$ 1 bilhão.

Em 2011, obteve grau de investimento da Moody's e efetuou a primeira emissão pública de Letra Financeira (R\$ 249,9 milhões). Em 2012, passou a operar com débito em conta e recebeu prêmio como "Maior Banco por Lucro Líquido – Categoria Middle Market".

No ano de 2013, migrou para o Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Em 2014, realizou a 4ª emissão de Letras Financeiras (R\$ 350 milhões) e captou US\$ 500 milhões via Eurobonds, além de adquirir o Banco CIT Brasil, especializado em crédito e leasing para PME, com foco em TI.

---

Em 2015, publicou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, conforme a GRI G4, e anunciou OPA para cancelamento do registro de companhia aberta e saída do Nível 2 da B3.

Em dezembro de 2015, recebeu aprovação do Banco Central para a aquisição de 100% do Banco CIT Brasil, que passou a se chamar Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A., ampliando seu portfólio com o produto leasing.

Em agosto de 2016, realizou com sucesso o leilão da OPA, adquirindo 58.394.941 ações preferenciais, totalizando R\$ 530,2 milhões, restando menos de 5% das ações em circulação.

Em setembro de 2016, realizou Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o resgate das ações remanescentes.

Em agosto de 2016, a CVM aprovou a conversão do registro de companhia aberta de categoria “A” para “B”.

Em dezembro de 2016, aprovou o cancelamento de 37.340.711 ações preferenciais mantidas em tesouraria, tornando a família Dayan controladora de 100% do capital do Banco Daycoval.

Em março de 2017, a B3 cancelou a listagem do Banco como emissor de ações.

Em abril de 2018, realizou a 6ª emissão de Letras Financeiras, totalizando R\$ 500 milhões, com vencimentos em 2020 e 2021.

Em novembro de 2018, recebeu a certificação “Melhores Empresas para Trabalhar” da Great Place to Work, em reconhecimento à qualidade do ambiente organizacional e às boas práticas de gestão de pessoas.

Em outubro de 2018, converteu todas as ações preferenciais em ordinárias, na proporção de 1:1, e realizou a primeira emissão de dívida subordinada, reconhecida como capital de Nível 2 pelo Banco Central.

Em março de 2019, efetuou a 7ª emissão de Letras Financeiras, no valor de R\$ 2 bilhões, divididos em quatro séries, com vencimentos entre 24 e 60 meses.

Em dezembro de 2019, emitiu US\$ 350 milhões em bônus no mercado internacional, com vencimento em 2024 e yield de 4,375% ao ano, além de captar aproximadamente US\$ 425 milhões junto ao BID Invest, sendo US\$ 150 milhões com recursos próprios do BID e o restante via consórcio de bancos internacionais.

---

---

Em 2020, captou US\$ 100 milhões da IFC para ampliar o crédito a pequenas e médias empresas (PMEs), incluindo negócios liderados por mulheres. No mercado local, emitiu Letra Financeira Garantida (R\$ 4,9 bilhões) e Letras Financeiras perpétuas (R\$ 297,2 milhões), com recursos aportados pelos acionistas, fortalecendo o capital da instituição.

Em 2021, realizou três emissões sindicalizadas junto à IFC, ao BID Invest e a um sindicato de bancos, totalizando US\$ 851 milhões, com prazos de até 4 anos, destinados a linhas de crédito para PMEs, com foco em empresas lideradas por mulheres e em regiões menos favorecidas. No mercado local, efetuou sua 10ª emissão pública de Letras Financeiras, somando R\$ 1 bilhão.

Em 2022, avançou na estruturação de práticas ESG, ampliou investimentos sociais e renovou parceria com a IFC, com captação adicional de US\$ 100 milhões para apoiar o empreendedorismo feminino em PMEs.

Em 2023, captou US\$ 75 milhões junto à Proparco, subsidiária da Agence Française de Développement, com prazo de 5 anos, para ampliar o financiamento a micro, pequenas e médias empresas especializadas em energia renovável, eficiência energética, infraestrutura sustentável e gestão de resíduos.

Em 2024, lançou sua conta global, recebeu upgrade de rating da Moody's e da Fitch, atingindo classificação AA+ pelas três principais agências internacionais. Em setembro, a Daycoval Corretora iniciou operações, com foco em clientes institucionais e empresas, fortalecendo o portfólio de serviços financeiros do Banco. Em dezembro, concluiu a décima operação de financiamento com a IFC, no valor de US\$ 460 milhões, com prazo de 3,5 anos, voltada ao crédito para micro, pequenas e médias empresas, com foco no empreendedorismo feminino e na região da Amazônia Legal.

---

---

## 1.2. Principais atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

---

### Visão Geral

O Daycoval é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e leasing para empresas, com atuação relevante também no varejo, através de operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2024, a carteira de crédito ampliada (que considera o crédito concedido a empresas (incluindo avais e fianças), o crédito consignado, o crédito para aquisição de veículos, crédito com garantia de imóvel e títulos privados (Debêntures, CPRs, CRAs e CRIs)), alcançou R\$65,5 bilhões em ativos, refletindo numa taxa de crescimento anual média de 18,1% considerando os últimos 3 exercícios.

O Banco Daycoval encerrou o exercício de 2024 com um lucro líquido recorrente de R\$ 1,5 bilhão. O resultado representou um aumento de 25,9% frente a 2023 e um retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE recorrente) de 22,4%.

A estratégia operacional está focada nas principais áreas de negócios elencadas a seguir:

- **Crédito Corporativo**, por meio do qual oferecemos empréstimos para capital de giro, desconto de duplicatas, compra de recebíveis, fianças, financiamento comercial, leasing, repasse de linhas do BNDES, derivativos, câmbio e crédito digital;
- **Crédito para Pessoas Físicas**, por meio do qual oferecemos empréstimos consignados, financiamento para compra de veículos e financiamento imobiliários; e;
- **Assessoria Financeira e Gestão de Ativos**, por meio do qual oferecemos serviços de assessoria no âmbito do mercado de capitais, câmbio, tesouraria e gestão de ativos, produtos de investimento e originação, estruturação, distribuição e emissão de dívidas.

---

### **1.3. Segmentos operacionais**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

---

---

#### **1.4. Produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

### **1.5. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

---

### **1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**1.7. Países dos quais o emissor obtém receitas relevantes**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

---

---

**1.8. Países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

---

---

## 1.9. Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)

---

Os fatores ASG para o Banco Daycoval são divididos em: Riscos e seus aspectos de possibilidade de perdas e Oportunidades e seus aspectos de responsabilidade para o impacto positivo. Em linha com nossa responsabilidade para promover impactos positivos, o banco vem implementando diversas iniciativas junto ao público interno e a comunidade a sua volta. Destacamos a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Diversidade, dedicado a aprimorar políticas e ações visando a construção de um ambiente mais diverso e inclusivo em nossa instituição.

No final de 2023, o Daycoval passou por uma revisão abrangente de sua estrutura de gerenciamento de riscos sociais, ambientais e climáticos com o objetivo de aprimorar as ferramentas, modelos e relatórios. Todas as metodologias e relatórios são desenvolvidos internamente, seguindo as melhores práticas de mercado e alinhados aos interesses do banco. Entretanto, estamos constantemente avaliando a inclusão de novos indicadores e adoção de boas práticas de divulgação, conforme as discussões em torno dos fatores ASG evoluem, sempre priorizando o que é mais relevante para nossos negócios e stakeholders.

**a. Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

Sim, o Banco Daycoval divulga Relatório Anual de Sustentabilidade desde 2015.

A última publicação refere-se ao exercício de 2023; o Relatório de Sustentabilidade 2024 está em processo de construção e será publicado no segundo semestre de 2025.

**b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

O documento é produzido utilizando como referência as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e busca oferecer uma visão integrada dos negócios, bem como dos indicadores econômicos, sociais e ambientais. É uma demonstração do compromisso com a transparência da gestão e incorporação da sustentabilidade à sua estratégia de geração de valor.

**c. Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

Não auditado.

**d. A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

Disponível no site RI Daycoval - <https://ri.daycoval.com.br/pt/sobre-o-daycoval/sustentabilidade>

**e. Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

O Daycoval vem incorporando anualmente novos indicadores chaves de desempenho ASG em seus painéis de acompanhamento operacional. Por intermédio destes indicadores avaliamos aspectos importantes como: econômico, ambiental, social, clientes e colaboradores. Indicadores financeiros de crescimento, de exposição de risco ambiental na carteira de crédito, de impacto social, de diversidade da força de trabalho, de satisfação dos colaboradores, entre outros, são exemplos de indicadores materiais.

**f. Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

O Daycoval relaciona as práticas de responsabilidade corporativa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, apesar de não ser signatário do Pacto Global, com ênfase nas seguintes ODS

4 - Educação de qualidade

5 - Igualdade de gênero

8 - Trabalho decente e crescimento econômico

10 - Redução das desigualdades

16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

**g. Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Não considera TCFD.

- h. Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

Não realiza inventário de emissões para nenhum escopo.

- i. Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

**I. A não divulgação de informações ASG**

Não aplicável.

**II. A não adoção de matriz de materialidade**

Não aplicável.

**III. A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

Não aplicável.

**IV. A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

Não foi considerado prioridade na estratégia de atuação da instituição.

**V. A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

Não aplicável.

**VI. A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

Não foi considerado prioridade na estratégia de atuação da instituição.

---

**1.10. Informações específicas de sociedades de economia mista**

---

Não aplicável, tendo em vista que o Banco não é sociedade de economia mista.

---

**1.11. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

---

Não aplicável

---

---

**1.12. Operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas**

---

Não aplicável

---

---

**1.13. Celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas**

---

Não aplicável

---

---

**1.14. Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

---

Não houveram alterações significativas na condução de negócios.

---

---

**1.15. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

---

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, Daycoval e suas controladas não celebraram contratos relevantes não relacionados com as atividades operacionais.

---

---

### **1.16. Outras informações relevantes**

---

Não há outras informações relevantes relacionadas à Seção 1 que não tenham sido prestadas nos itens anteriores.

## 2. Comentários dos diretores

As informações financeiras contidas neste Formulário de Referência são derivadas das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, as quais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

### 2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As atuais condições financeiras e patrimoniais gerais são consideradas adequadas para assegurar a continuidade da implementação da estratégia de negócios do Banco nos diversos segmentos em que atua. Seguem os comentários dos diretores sobre os três últimos exercícios sociais:

#### 2024

O Total de Ativos somou R\$90,9 bilhões ao fim do exercício social de 2024, com crescimento de 17,9% em relação ao encerramento de 2023. A Carteira de Crédito apresentou crescimento de 14,4% em 2024, passando de R\$57,2 bilhões em 2023 para R\$65,5 bilhões em 2024.

Em relação ao desempenho financeiro, o Banco Daycoval reportou lucro líquido contábil de R\$ 1.689,6 milhões em 2024, representando um aumento de 53,3% na comparação com 2023. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) no período foi de 25,0%.

A Margem Financeira Líquida (NIM-AR) teve um aumento de 0,6 pontos percentuais ante 2023 passando de 8,4% para 9,2% em 2024.

O Patrimônio Líquido encerrou o ano de 2024 em R\$7.073,4 milhões, com crescimento de 15,3% em 12 meses. O índice de Basileia atingiu 12,5%, o que representou uma redução de 1,4 p.p. em relação ao final de 2023. Essa redução é explicada pelo crescimento da carteira de crédito, o que resultou em maior consumo de capital no período.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco Daycoval contava com uma equipe altamente qualificada e comprometida de 3.852 profissionais, refletindo seu contínuo crescimento e a ampliação de oportunidades e desafios internos. Entre as iniciativas de destaque, destaca-se o Programa Daycoeduca, que concede bolsas de estudo para graduação, pós-graduação e MBA. Ademais, a instituição apoia ativamente o processo de certificação profissional, assegura o rigoroso cumprimento dos programas regulatórios e oferece um amplo portfólio de cursos obrigatórios,

---

reforçando seu compromisso com a excelência e o desenvolvimento contínuo de seus colaboradores.

## **2023**

O Total de Ativos somou R\$77,1 bilhões ao fim do exercício social de 2023, com crescimento de 10,6% em relação ao encerramento de 2022. A Carteira de Crédito apresentou aumento de 3,2% em 2023, passando de R\$55,5 bilhões em 2022 para R\$57,2 bilhões em 2023.

Em relação ao desempenho financeiro, o Banco Daycoval reportou lucro líquido de R\$ 1.101,9 milhões em 2023, mantendo-se estável na comparação com 2022.

A Margem Financeira Líquida (NIM-AR) teve uma redução de 0,2 p.p. atingindo 8,1%, ante 8,3% em 2022. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 18,2%.

O Patrimônio Líquido fechou 2023 em R\$6.136,4 milhões, com crescimento de 6,9% em 12 meses. O índice de Basileia atingiu 13,9%, o que representou um aumento de 5,9% em relação ao final de 2022. Esse aumento é explicado pela manutenção da carteira de crédito, o que resultou em menor consumo de capital no período.

Com uma equipe talentosa e engajada de 3.544 profissionais em 31 de dezembro de 2023.

## **2022**

O Total de Ativos somou R\$69,7 bilhões ao fim do exercício social de 2022, com crescimento de 12,6% em relação ao encerramento de 2021. A Carteira de Crédito avançou 18,7% em 2022, para R\$ 55,5 bilhões ante R\$46,7 bilhões em 2021.

O Lucro Líquido diminuiu 22,0%, na comparação com 2021, totalizando R\$1.102,9 milhões. A Margem Financeira Líquida (NIM-AR) se manteve com o índice de 8,3%, em 2022.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 20,3%. O Patrimônio Líquido fechou 2022 em R\$5.738,5 milhões, com crescimento de 15,2% em 12 meses e Índice de Basileia 12,9%.

Em 2022, chegamos à marca de 3.432 colaboradores localizados em todo o país.

**b. Estrutura de capital**

No estatuto social do Daycoval, não há previsão de cláusulas de resgate de ações

- Estrutura de Capital:

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
<b>Total do patrimônio líquido</b>			
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>7.073,4</b>	<b>6.136,4</b>	<b>5.738,5</b>
Capital social	3.557,3	3.557,3	3.557,3
Reservas de capital	2,1	2,1	2,1
Reservas de lucros			
Reserva legal	324,5	240,1	185,0
Reserva estatutária	3.189,5	2.348,9	2.079,6
Ajustes de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	-	(12,0)	(10,3)
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não-controladores</b>	<b>25,3</b>	<b>21,1</b>	<b>20,8</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>7.098,7</b>	<b>6.157,5</b>	<b>5.759,2</b>
<b>Capital de terceiros</b>			
Depósitos totais	27.576,2	22.070,9	17.864,9
Letras de crédito imobiliário - LCI	898,7	2.122,8	1.754,3
Letras de crédito do agronegócio - LCA	3.470,3	2.773,1	2.406,8
Letras financeiras - LF	23.073,4	20.385,5	17.760,6
Emissões externas	2.272,5	2.799,7	2.200,2
Obrigações por empréstimos e repasses	7.794,5	5.121,9	8.209,6
<b>Total de capital de terceiros</b>	<b>65.085,5</b>	<b>55.274,1</b>	<b>50.196,5</b>
<b>Total da estrutura de capital (próprio + terceiros)</b>	<b>90.925,5</b>	<b>77.097,6</b>	<b>69.704,9</b>

2024	2023	2022
Total de Ações ON: 1.323.471.042	Total de Ações ON: 1.323.471.042	Total de Ações ON: 1.323.471.042
Total de Ações PN: 567.201.876	Total de Ações PN: 567.201.876	Total de Ações PN: 567.201.876
Ações PN em Tesouraria:-	Ações PN em Tesouraria:-	Ações PN em Tesouraria:-
Total de Ações ON + PN:	Total de Ações ON + PN:	Total de Ações ON + PN:
1.890.672.918	1.890.672.918	1.890.672.918

- Índice de Basileia

O Índice de Basileia III atingiu 12,5% em 31 de dezembro de 2024, 13,9% em 31 de dezembro de 2023 e 12,9% em 31 de dezembro de 2022,

calculado com base na abordagem padronizada, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e as normas estabelecidas pelo Banco Central (“BACEN GAAP”).

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Daycoval apresenta plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros. Com um modelo de negócio que prioriza a preservação de recursos em caixa e a adequação entre seus ativos e passivos, o Daycoval busca sempre minimizar a exposição a eventuais descasamentos entre taxas e prazos obtidos em suas operações, em consonância com as estratégias estabelecidas na Política de Risco de Liquidez, como pode ser verificado no quadro abaixo:

<i>(R\$ milhões, exceto dias)</i>	<b>Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativos líquidos (R\$ MM) <sup>(1)</sup>	18,960.1	17,475.3	13,050.0
Captação total (R\$ MM) <sup>(2)</sup>	65,085.5	55,274.1	50,196.5
Carteira de crédito total (R\$ MM)	52,197.0	48,412.6	48,573.3
Prazo médio de captação (dias)	561	516	529
Prazo médio de carteira de crédito (dias)	343	391	279

(1) Compõem os ativos líquidos: caixa e equivalentes de caixa; aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários (títulos públicos federais).

(2) Compõem a captação total: depósitos; letras de crédito imobiliário; letras de crédito do agronegócio; letras financeiras; emissões externas e obrigações por empréstimos e repasses.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Segue abaixo detalhamento das principais fontes de captação do Daycoval:

<b>Captação (Funding) (R\$ MM)</b>	<b>Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Depósitos Totais	27,576.2	22.066,1	17.860,1
Depósitos à Vista + Dep. Moedas Estrangeiras	1,852.4	1.805,6	1.771,6
Depósitos a Prazo e Interfinanceiros	25,723.8	20.260,5	16.088,5
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	898.7	2.122,8	1.754,1

Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	3,470.3	2.773,0	2.406,1
Letras Financeiras - LF	23,073.3	20.367,5	17.747,1
Emissões Externas	2,272.5	2.797,2	2.180,0
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7,794.5	5.112,8	8.204,6
<b>Total</b>	<b>65,085.5</b>	<b>55.239,4</b>	<b>50.152,0</b>

### Depósitos à vista e depósitos em moedas estrangeiras

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía um total de R\$1.852,4 milhões em depósitos à vista e outros depósitos, em comparação com R\$1.805,6 milhões e R\$1.771,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Como o Banco não opera agências de varejo, não considera os depósitos à vista uma fonte significativa de financiamento.

### Depósitos Interfinanceiros

Os depósitos interfinanceiros são basicamente aceitos como instrumentos na gestão das operações de tesouraria e não são considerados uma fonte significativa de financiamento. O saldo de depósitos interbancários era de R\$495,5 milhões, R\$795,1 milhões e R\$1.862,4 milhões em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente.

### Depósitos a prazo

Uma parcela significativa das captações do Banco é feita sob a forma de depósitos a prazo. Geralmente, esses depósitos resultam na emissão de CDBs para empresas brasileiras, fundos de pensão e pessoas físicas. A maioria dos CDBs do Banco possui taxa de juros equivalente ao CDI mais um spread. Em geral os CDBs têm um custo médio mais baixo e um prazo médio mais longo do que os ativos do Daycoval. O saldo de depósitos a prazo era de R\$25.269,3 milhões, R\$19.470,3 milhões e R\$14.230,8 milhões em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente.

### Recursos de aceite e emissão de títulos

O Daycoval prioriza a diversificação de suas fontes de captação, visando assegurar a adequação da captação com o perfil da carteira de crédito, com o objetivo de evitar descasamentos de prazos e taxas de juros e de garantir liquidez para usufruir das oportunidades de crescimento. Ao longo dos últimos anos, o Daycoval buscou oferecer novos produtos de funding, alinhado com sua estratégia de diversificação de suas fontes de captação. Dentre estes produtos destacam-se as letras de crédito imobiliário e do agronegócio e, especialmente, as letras financeiras.

O Daycoval utiliza-se, também, de captação de recursos no exterior, tanto por meio de linha de bancos estrangeiros para financiar as operações de exportação e importação de clientes, quanto por meio de emissão de Eurobonds e de empréstimos sindicalizados por entidades de financiamento internacionais.

Em 2024, o Banco possui operações de empréstimos no exterior, no montante de US\$316,7 milhões, objeto de hedge contábil junto ao International Finance Corporation – IFC e a Agence Française de Développement – AFD PROPARCO.

Em 18 de março de 2024, o Daycoval concluiu a sua décima quarta emissão de Letras Financeiras, totalizando R\$1,0 bilhão. As Letras Financeiras foram emitidas em três séries, sendo a primeira no valor de R\$284,5 milhões para 2 anos; a segunda, para 3 anos, de R\$427,7 milhões; a terceira, de R\$287,9 milhões, em 4 anos.

Em 24 de janeiro de 2023, o Daycoval concluiu a sua décima terceira emissão de Letras Financeiras, totalizando R\$269,2 milhões. As Letras Financeiras foram emitidas em cinco séries, sendo a primeira no valor de R\$141,4 milhões para 3 anos; a segunda, para 5 anos, de R\$39,4 milhões; a terceira, de R\$53,6 milhões, em 10 anos; a quarta, de R\$12,5 milhões, em 10 anos; e a quinta, de R\$22,3 milhões, em 10 anos.

Em 03 de maio de 2022, o Banco concluiu a décima segunda emissão de Letras Financeiras no montante de R\$1 bilhão em três séries, sendo a primeira no montante de R\$406 milhões para 2 anos, a segunda, para 3 anos, de R\$ 340,5 milhões, e a terceira, de R\$ 253,5 milhões, em 4 anos.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A política de Risco de Liquidez do Banco que monitora o nível de liquidez, assim como realiza testes de estresse para avaliar a necessidade de possível acionamento do Plano de Contingência existente. Dentre as fontes para utilização em regime de contingência estão: (i) utilização do funding disponível, interno e /ou externo; (ii) redução das operações de crédito e (iii) realização de Cessão de Crédito.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

O alinhamento e a adequação das fontes e prazos das operações de captação são de suma importância na visão estratégica do Daycoval, considerando as diferentes características das modalidades de operações de crédito realizadas. O nível de endividamento (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante dividido pelo

Patrimônio Líquido) tem se situado em patamar baixo, correspondendo em 31 de dezembro de 2024 a 11,8 vezes o patrimônio líquido do Daycoval.

Outro método utilizado para verificação do nível de endividamento é a relação entre o montante de captação e a carteira de crédito.

Como também apresentado no item 2.1.d, o Daycoval possui uma estrutura diversificada de funding. Abaixo, relacionamos as principais características das fontes de captação:

- **Depósitos**

O quadro, a seguir, apresenta a segregação dos depósitos e o seu prazo médio:

Segregação dos depósitos (R\$ MM)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
À vista	1.837,8	1.794,0	1.760,6
Interfinanceiros	454,5	795,1	1.862,4
A prazo	25.269,3	19.470,3	14.230,8
Outros depósitos	14,6	11,5	11,2
<b>Total</b>	<b>27.576,20</b>	<b>22.070,95</b>	<b>17.864,91</b>
<b>Prazo médio dos depósitos a prazo (dias)</b>	<b>311</b>	<b>294</b>	<b>251</b>

## I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

- **Emissões Externas / Obrigações por Empréstimos e Repasses**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Obrigações por empréstimos e repasses	1.826,2	2.851,8	2.838,3	544,1	69,4	<b>8.129,7</b>
Emissões externas	2.228,1	124,6	12,7	-	-	<b>2.365,4</b>
<b>Total</b>	<b>4.054,3</b>	<b>2.976,4</b>	<b>2.851,0</b>	<b>544,1</b>	<b>69,4</b>	<b>10.495,1</b>

## II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Daycoval não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas acima.

### **III. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas do Daycoval.

Em eventual concurso universal de credores, a ordem de precedência dos créditos será estabelecida de acordo com os dispositivos legais contidos na Lei 6.024 de 13 de março de 1974 e atual Lei de Recuperação Judicial e Falências nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005, estando os créditos sujeitos à habilitação e à observância da ordem legal de preferência no concurso de credores, previstos nos artigos 34 da Lei 6.024/74 cumulados com as previsões contidas nos artigos 83 e 84 da Lei Falimentar vigente. Ressalve-se que o Decreto-lei n.º 7.661/45, foi revogado integralmente com o advento da Lei de Recuperação judicial (Lei 11.101/2005), mantendo-se assim para efeito de liquidação de instituição financeira, os mesmos critérios definidos na legislação em vigor.

### **IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

As instituições financeiras autorizadas a funcionar no Brasil estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo CMN e pelo Banco Central, de acordo com a regulamentação em vigor, em particular a Lei Federal nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional (“SFN”), e a Resolução CMN nº 4.019/2011 do Banco Central, que prevê medidas prudenciais destinadas a garantir solidez, estabilidade e funcionamento regular do SFN.

Dentre os limites estabelecidos, os principais são: (i) patrimônio de referência compatível com as estruturas de gerenciamento e de controles internos do Banco; (ii) ativo imobilizado, que limita a 50% do valor do patrimônio de referência o total de recursos investidos no ativo imobilizado; (iii) exposição por cliente limitada ao máximo de 25% do valor do nível I do patrimônio de referência da exposição por cliente; e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para operação.

Além disso, o Banco é proibido de criar qualquer ônus, gravames ou encargos sobre qualquer uma de suas propriedades, direitos e ativos presentes ou futuros como garantia de quaisquer notas ou títulos denominados em uma moeda que não seja a moeda oficial do Brasil, listada em bolsa de valores, ou capaz de ser listada, a menos que as notas

existentes sejam garantidas de forma proporcional por tal garantia, penhor ou encargo.

Em conexão com os contratos de empréstimo dos quais o Banco é parte, ele está sujeito aos seguintes índices:

- um índice de adequação de capital ponderado pelo risco igual ou superior a 13,0%;
- um índice de adequação de capital ponderado pelo risco igual ou superior a 11,0%;
- um índice total de capital sobre ativos totais de pelo menos 5%;
- uma taxa de exposição do grupo econômico menor ou igual a 15%;
- um índice agregado de grandes exposições inferior a 400%;
- um índice agregado de grandes exposições não deve exceder a 100%;
- uma taxa de exposição a partes relacionadas inferior a 15%;
- uma taxa de exposição de crédito inferior a 25%;
- um índice de ativos fixos mais participações acionárias inferior a 35%;
- um índice de risco cambial agregado inferior a 25%;
- um índice de risco cambial agregado inferior a 30%;
- uma taxa de risco cambial em moeda única inferior a 15%;
- uma taxa de risco de taxa de juros pelo menos 10% e menos de 10%, exceto pelo período correspondente a "De 1 a 3 anos" o qual a taxa de risco de Taxa de juros de pelo menos 15% e menos de 15%;
- uma taxa de risco de taxa de juros agregada de pelo menos 20% e menos de 25%;
- uma taxa de diferença de vencimento em moeda estrangeira de pelo menos 150%;
- um índice de maturidade negativo agregado de pelo menos 300%;
- O índice de exposição de ativos abertos não deverá exceder 25%; e
- O índice de cobertura de liquidez não deverá ser inferior a 100%.

Estamos cumprindo todas as obrigações e limites estabelecidos por nossos contratos de empréstimo e pelos regulamentos em vigor.

O Daycoval observa o cumprimento de compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento, denominados “financial covenants”, atrelados aos contratos de empréstimos com o International Finance Corporation – IFC, com Société de Promotion Et Participation Pour La Cooperation Économique S.A. – PROPARCO, que, caso não sejam cumpridos, podem acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Daycoval e estas instituições.

A seguir, apresentamos as principais limitações às quais o Daycoval está exposto, em função dos contratos celebrados com as instituições acima mencionadas:

- Exposição de crédito a um único cliente ou clientes que sejam parte de um mesmo grupo;
- Exposição a partes relacionadas;
- Ativos fixos e investimento em ações;
- Posição de câmbio em aberto;
- Taxa de juros;
- Exposição à moeda estrangeira;
- Vencimento de ativos e vencimento de passivos;
- Índice de Basileia;
- Total de ativos que não sejam certos valores mobiliários sujeitos a contrato de recompra e valores mobiliários de curto prazo disponíveis para venda;
- Índices de liquidez;
- Operações vencidas;
- Operações classificadas nos níveis “D” a “H” nos termos da Resolução nº 2.682/1999, do CMN, conforme alterada; e
- Provisionamento dos valores das carteiras vencidas.

**g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**Programa de emissão de títulos no exterior

Abaixo, informações dos Programas de “Eurobonds” em aberto nos últimos três exercícios sociais:

**Valores em US\$ milhões****1) “Eurobonds”**

Valores em US\$ milhões	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
<b>Saldo Anterior</b>	<b>450</b>	<b>450</b>	<b>450</b>
Montante Captado	-	-	-
Montante Liquidado	450	-	-
<b>Saldo em aberto</b>	<b>-</b>	<b>450</b>	<b>450</b>
Percentuais de limite utilizados	0%	23%	23%

**h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

Com o objetivo de auxiliar na compreensão das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Daycoval, são apresentadas, a seguir, as alterações nos balanços patrimoniais dos exercícios de 2024, 2023 e 2022. Essas peças contábeis integram as Demonstrações Contábeis anuais consolidadas, que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), dos referidos exercícios, e são acompanhadas pelo relatório da administração e dos auditores independentes, e estão disponíveis no endereço eletrônico de Relações com Investidores do Daycoval ([www.daycoval.com.br/ri](http://www.daycoval.com.br/ri)).

Os comentários sobre as variações significativas dos itens que integram as Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS do Daycoval foram efetuados considerando-se o balanço patrimonial de 2024 em comparação ao de 2023 e de 2022.

## COMPARAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

### Ativo

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2024	% do total	2023	% do total	Varição (%)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.352,9</b>	<b>2,6%</b>	<b>2.805,7</b>	<b>3,6%</b>	<b>-16,1%</b>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>74.829,4</b>	<b>81,6%</b>	<b>64.860,0</b>	<b>83,2%</b>	<b>15,4%</b>
<b>Ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado</b>	<b>55.475,4</b>	<b>60,5%</b>	<b>50.202,7</b>	<b>64,4%</b>	<b>10,5%</b>
Operações de crédito e arrendamento mercantil	52.428,9	57,2%	48.473,3	62,2%	8,2%
Provisão para perda esperada com ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado	-1.833,9	-2,0%	-2.144,3	-2,8%	-14,5%
Títulos públicos federais	1.630,1	1,8%	2.020,5	2,6%	-19,3%
Títulos emitidos por Governos de outros países	1.382,8	1,5%	568,1	0,7%	143,4%
Aplicações no mercado aberto	1.867,5	2,0%	1.285,1	1,6%	45,3%
<b>Ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo</b>	<b>19.354,0</b>	<b>21,1%</b>	<b>14.657,4</b>	<b>18,8%</b>	<b>32,0%</b>
<b>Por meio do resultado</b>	<b>19.354,0</b>	<b>21,1%</b>	<b>13.386,0</b>	<b>17,2%</b>	<b>44,6%</b>
Títulos e valores mobiliários	18.516,8	20,2%	13.141,3	16,9%	40,9%
Derivativos	837,2	0,9%	244,7	0,3%	242,1%
<b>Por meio de outros resultados abrangentes (PL)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.271,4</b>	<b>1,6%</b>	<b>-100,0%</b>
Títulos e valores mobiliários	0,0	0,0%	1.271,4	1,6%	-100,0%
<b>Investimentos mantidos até o vencimento</b>	<b>34,4</b>	<b>0,0%</b>	<b>43,4</b>	<b>0,1%</b>	<b>-20,8%</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>12.135,2</b>	<b>13,2%</b>	<b>8.115,4</b>	<b>10,4%</b>	<b>49,5%</b>
Ativos não-correntes disponíveis para venda	95,4	0,1%	59,8	0,1%	59,5%
Outros créditos diversos	11.995,3	13,1%	8.008,2	10,3%	49,8%
Direitos de uso (contratos de arrendamento)	44,6	0,0%	47,4	0,1%	-6,0%
<b>Ativos tributários diferidos</b>	<b>1.985,4</b>	<b>2,2%</b>	<b>1.926,7</b>	<b>2,5%</b>	<b>3,0%</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>218,4</b>	<b>0,2%</b>	<b>56,8</b>	<b>0,1%</b>	<b>284,6%</b>
<b>Imobilizado de arrendamento operacional</b>	<b>109,6</b>	<b>0,1%</b>	<b>145,5</b>	<b>0,2%</b>	<b>-24,7%</b>
<b>Intangível</b>	<b>1,4</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,9</b>	<b>0,0%</b>	<b>50,8%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>91.666,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>77.954,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>17,6%</b>

**Ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado**

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, ao (i) aumento das operações de crédito e arrendamento mercantil, que, em 2024 montam R\$52.428,9 milhões, apresentando aumento de 8,2% em relação a 2023, (ii) ao aumento das aplicações no mercado aberto, que monta R\$1.867,5 milhões em 2024 e (iii) ao aumento nos títulos públicos federais e títulos emitidos por governos de outros países, que montam R\$3.012,9 em 2024. As operações de crédito e arrendamento mercantil representam 57,2% dos ativos do Banco. Independente do crescimento apresentado, a postura da administração é a de manter um perfil conservador da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, realizando operações com cautela e maior exigibilidade de garantias.

**Ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo**

Em 2024, os ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo montam R\$19.354,0 milhões, apresentando aumento de 32,0% em relação a 2023, com R\$14.657,4 milhões. A carteira de derivativos que monta R\$837,2 em 2024, teve variação positiva de 242,1% em relação a 2023. Os instrumentos financeiros derivativos são representados, substancialmente, por operações de swap, utilizadas para proteção do patrimônio líquido do Daycoval contra as oscilações de indicadores de mercado, incluindo variação cambial, com reflexo sobre as emissões e captações junto a outros bancos, realizadas no exterior.

**Outros créditos**

Em relação à rubrica de "Outros créditos diversos", houve um aumento de 49,8% que se refere substancialmente, a operações de câmbio e depósitos judiciais.

**Passivo**

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2024	% do total	2023	% do total	Varição (%)
<b>Passivos financeiros</b>	<b>73.733,7</b>	<b>80%</b>	<b>63.747,9</b>	<b>82%</b>	<b>15,7%</b>
<b>Passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado</b>	<b>67.425,6</b>	<b>74%</b>	<b>58.464,3</b>	<b>75%</b>	<b>15,3%</b>
Depósitos à vista e outros depósitos	1.852,4	2%	1.805,5	2%	2,6%
Depósitos a prazo e interfinanceiros	25.719,9	28%	20.260,5	26%	26,9%
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>39.853,3</b>	<b>43%</b>	<b>36.398,2</b>	<b>47%</b>	<b>9,5%</b>
Captações no mercado aberto	8.518,0	9%	8.235,0	11%	3,4%
<b>Obrigações por emissão de títulos</b>					
Letras de crédito imobiliário	898,7	1%	2.122,8	3%	-57,7%
Letras de crédito do agronegócio	3.470,3	4%	2.773,0	4%	25,1%
Letras financeiras	23.051,5	25%	20.367,5	26%	13,2%
Obrigações por empréstimos e repasses	3.914,8	4%	2.900,0	4%	35,0%
<b>Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado</b>	<b>6.308,1</b>	<b>7%</b>	<b>5.283,7</b>	<b>7%</b>	<b>19,4%</b>
Obrigações por emissões, empréstimos e repasses no exterior	6.121,2	7%	5.010,1	6%	22,2%
Derivativos	186,9	0%	273,6	0%	-31,7%
<b>Passivos tributários diferidos</b>	<b>1.127,6</b>	<b>1%</b>	<b>909,6</b>	<b>1%</b>	<b>24,0%</b>
<b>Provisões</b>	<b>2.817,6</b>	<b>3%</b>	<b>3.304,8</b>	<b>4%</b>	<b>-14,7%</b>
Provisões para riscos	1.560,1	2%	2.271,7	3%	-31,3%
Provisões para compromissos e outras provisões	1.257,5	1%	1.033,1	1%	21,7%
<b>Obrigações de arrendamento</b>	<b>56,1</b>	<b>0%</b>	<b>53,2</b>	<b>0%</b>	<b>5,4%</b>
<b>Outros passivos e obrigações</b>	<b>6.739,7</b>	<b>7%</b>	<b>3.688,5</b>	<b>5%</b>	<b>82,7%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>84.474,7</b>		<b>71.704,0</b>		<b>17,8%</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>7.166,7</b>	<b>8%</b>	<b>6.229,3</b>	<b>8%</b>	<b>15,0%</b>
Capital social	3.557,3	4%	3.557,3	5%	0,0%
Reservas de capital	2,1	0%	2,1	0%	1,2%
Reserva de lucros	3.607,3	4%	2.671,2	3%	35,0%
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	0,0	0%	-1,3	0%	-100,0%
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não-controladas</b>	<b>25,3</b>	<b>0%</b>	<b>21,1</b>	<b>0%</b>	<b>19,9%</b>

Participação de acionistas não-controladas	25,3	0%	21,1	0%	19,9%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>7.192,0</b>		<b>6.250,4</b>		
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>91.666,7</b>	<b>100%</b>	<b>77.954,4</b>	<b>100%</b>	<b>17,6%</b>

### **Passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado**

Os depósitos a prazo, fazem parte de uma das fontes de captação do Daycoval, e avaliados pelo seu custo amortizado. Em 2024, apresenta saldo de R\$25.719,9 milhões. Nesse segmento, foi mantida a diversificação entre pessoa jurídica, pessoa física, fundo de investimentos, instituições financeiras e fundações.

O total de passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado do Daycoval monta, em 2024, R\$67.425,6 milhões, sendo composto, substancialmente, da seguinte forma: (i) depósitos totais – R\$27.572,3 milhões; (ii) captações no mercado aberto – R\$8.518,0; (iii) letras financeiras, de crédito imobiliário e do agronegócio – R\$27.420,5 milhões; (iv) obrigações por empréstimos e que incluem empréstimos no exterior junto a outras instituições financeiras – R\$3.914,8 milhões. Em 2024, os passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado aumentaram 15,3% em relação a 2023.

### **Outros Passivos Financeiros**

Em 2024, o saldo de outros passivos financeiros totalizou R\$39.853,3 milhões, contra R\$36.398,3 milhões em 2023, apresentando um aumento de 9,5%,

### **Captações no mercado aberto**

As captações no mercado aberto, totalizaram R\$8.518,0 milhões em 2024, contra R\$8.235,0 milhões em 2023, representando um aumento de 3,4%.

### **Letras Financeiras**

Em 2024, a captação por meio de emissões de Letras Financeiras apresentou aumento de 13,2% em relação a 2023, passando de R\$20.367,5 milhões em 2023 para R\$23.051,5 milhões em 2024, em razão de uma maior procura deste instrumento por parte dos investidores. Outro fator que contribuiu para a continuidade deste tipo de captação pelo Banco foi seu prazo médio de vencimento, que se apresenta mais longo que os demais instrumentos, algo em torno de 642 dias.

### **Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio**

As Letras de Crédito Imobiliário (“LCI”) e do Agronegócio (“LCA”) montam, em 2024, R\$898,7 milhões e R\$3.470,3 milhões, respectivamente. Estes instrumentos possuem prazo médio de vencimento em torno de 435 dias contados a partir de 31 de dezembro de 2024, e representam, conjuntamente, 5,2% do total de **passivos** do Daycoval.

### **Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado**

Em 2024, o saldo de passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado monta R\$6.308,1 e está composto por: (i) obrigações por emissões, empréstimos e repasses no exterior, que apresentou um aumento de 22,2% no exercício de 2024 em comparação a 2023, devido à variação do dólar americano cotado a R\$/US\$6,1917 em 2024 e R\$/US\$4,8413 em 2023 e liquidação de captações no exterior; (ii) derivativos, com saldo de R\$186,9 milhões no exercício de 2024, apresentando uma diminuição de 31,7% em relação a 2023.

### **Outros passivos e obrigações**

As variações apresentadas neste item na comparação entre os exercícios de 2024 e de 2023, totalizam um aumento de 82,7% e referem-se substancialmente a: (i) aumento de R\$2.639,5 milhões na rubrica “Carteira de Câmbio”; (ii) aumento de R\$122,8 milhões na rubrica de “Relações interfinanceiras e interdependências”.

## COMPARAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

### Ativo

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2023	% do total	2022	% do total	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.805,7</b>	<b>3,6%</b>	<b>2.523,2</b>	<b>3,6%</b>	<b>11,2%</b>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>64.860,0</b>	<b>83,2%</b>	<b>60.655,4</b>	<b>85,8%</b>	<b>6,9%</b>
<b>Ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado</b>	<b>50.202,7</b>	<b>64,4%</b>	<b>48.239,7</b>	<b>68,3%</b>	<b>4,1%</b>
Operações de crédito e arrendamento mercantil	48.473,3	62,2%	48.569,5	68,7%	-0,2%
Provisão para perda esperada com ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado	-2.144,3	-2,8%	-1.788,2	-2,5%	19,9%
Títulos públicos federais	2.020,5	2,6%	0,0	0,0%	#DIV/0!
Títulos emitidos por Governos de outros países	568,1	0,7%	280,6	0,4%	102,5%
Aplicações no mercado aberto	1.285,1	1,6%	1.177,9	1,7%	9,1%
<b>Ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo</b>	<b>14.657,4</b>	<b>18,8%</b>	<b>12.415,6</b>	<b>17,6%</b>	<b>18,1%</b>
<b>Por meio do resultado</b>	<b>13.386,0</b>	<b>17,2%</b>	<b>6.373,3</b>	<b>9,0%</b>	<b>110,0%</b>
Títulos e valores mobiliários	13.141,3	16,9%	5.958,9	8,4%	120,5%
Derivativos	244,7	0,3%	414,4	0,6%	-41,0%
<b>Por meio de outros resultados abrangentes (PL)</b>	<b>1.271,4</b>	<b>1,6%</b>	<b>6.042,3</b>	<b>8,6%</b>	<b>-79,0%</b>
Títulos e valores mobiliários	1.271,4	1,6%	6.042,3	8,6%	-79,0%
<b>Investimentos mantidos até o vencimento</b>	<b>43,4</b>	<b>0,1%</b>	<b>64,9</b>	<b>0,1%</b>	<b>-33,1%</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>8.115,4</b>	<b>10,4%</b>	<b>5.437,7</b>	<b>7,7%</b>	<b>49,2%</b>
Ativos não-correntes disponíveis para venda	59,8	0,1%	86,7	0,1%	-31,0%
Outros créditos diversos	8.008,2	10,3%	5.295,0	7,5%	51,2%
Direitos de uso (contratos de arrendamento)	47,4	0,1%	56,0	0,1%	-15,4%
<b>Ativos tributários diferidos</b>	<b>1.926,7</b>	<b>2,5%</b>	<b>1.714,4</b>	<b>2,4%</b>	<b>12,4%</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>56,8</b>	<b>0,1%</b>	<b>61,1</b>	<b>0,1%</b>	<b>-7,0%</b>
<b>Imobilizado de arrendamento operacional</b>	<b>145,5</b>	<b>0,2%</b>	<b>211,9</b>	<b>0,3%</b>	<b>-31,4%</b>
<b>Intangível</b>	<b>0,9</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0%</b>	<b>452,1%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>77.954,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>70.668,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,3%</b>

**Ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado**

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, a diminuição das operações de crédito e arrendamento mercantil, que, em 2023 montam R\$48.618,7 milhões apresentando diminuição de 0,3% em relação a 2022, o aumento das aplicações no mercado aberto, que monta R\$1.285,1 milhões em 2023, o aumento nos títulos públicos federais e títulos emitidos por governos de outros países, que montam R\$2.588,6 em 2023. As operações de crédito e arrendamento mercantil representam 62,4% dos ativos do Banco. Independente do crescimento apresentado, a postura da administração é a de manter perfil conservador da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, realizando operações com cautela e maior exigibilidade de garantias.

**Ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo**

Em 2023, os ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo montam R\$14.657,5 milhões, apresentando aumento de 18,1% em relação a 2022 com R\$12.415,6 milhões. A carteira de derivativos que monta R\$244,7 em 2023, teve variação negativa de 41,0% em relação a 2022. Os instrumentos financeiros derivativos são representados, substancialmente, por operações de swap, utilizadas para proteção do patrimônio líquido do Daycoval contra as oscilações de indicadores de mercado, incluindo variação cambial, com reflexo sobre as emissões e captações junto a outros bancos, realizadas no exterior.

**Outros créditos**

Em relação à rubrica de "Outros créditos diversos", houve um aumento de 51,2%, que se refere substancialmente, a operações de câmbio e depósitos judiciais.

**Passivo**

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2023	% do total	2022	% do total	Varição (%)
<b>Passivos financeiros</b>	<b>63.747,9</b>	<b>82%</b>	<b>57.533,8</b>	<b>81,4%</b>	<b>10,8%</b>
<b>Passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado</b>	<b>58.464,3</b>	<b>75%</b>	<b>49.419,3</b>	<b>69,9%</b>	<b>18,3%</b>
Depósitos à vista e outros depósitos	1.805,5	2%	1.771,7	2,5%	1,9%
Depósitos a prazo e interfinanceiros	20.260,5	26%	16.088,5	22,8%	25,9%
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>36.398,2</b>	<b>47%</b>	<b>31.559,1</b>	<b>44,7%</b>	<b>15,3%</b>
Captações no mercado aberto	8.235,0	11%	6.832,0	9,7%	20,5%
<b>Obrigações por emissão de títulos</b>					
Letras de crédito imobiliário	2.122,8	3%	1.754,1	2,5%	21,0%
Letras de crédito do agronegócio	2.773,0	4%	2.406,1	3,4%	15,2%
Letras financeiras	20.367,5	26%	17.747,1	25,1%	14,8%
Obrigações por empréstimos e repasses	2.900,0	4%	2.819,8	4,0%	2,8%
<b>Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado</b>	<b>5.283,7</b>	<b>7%</b>	<b>8.114,5</b>	<b>11,5%</b>	<b>-34,9%</b>
Obrigações por emissões, empréstimos e repasses no exterior	5.010,1	6%	7.564,8	10,7%	-33,8%
Derivativos	273,6	0%	549,7	0,8%	-50,2%
<b>Passivos tributários diferidos</b>	<b>909,6</b>	<b>1%</b>	<b>772,1</b>	<b>1,1%</b>	<b>17,8%</b>
<b>Provisões</b>	<b>3.304,8</b>	<b>4%</b>	<b>3.183,5</b>	<b>4,5%</b>	<b>3,8%</b>
Provisões para riscos	2.271,7	3%	2.115,7	3,0%	7,4%
Provisões para compromissos e outras provisões	1.033,1	1%	1.067,8	1,5%	-3,2%
<b>Obrigações de arrendamento</b>	<b>53,2</b>	<b>0%</b>	<b>56,0</b>	<b>0,1%</b>	<b>-5,0%</b>
<b>Outros passivos e obrigações</b>	<b>3.688,5</b>	<b>5%</b>	<b>3.277,7</b>	<b>4,6%</b>	<b>12,5%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>71.704,0</b>		<b>64.823,0</b>		
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>6.229,3</b>	<b>8%</b>	<b>5.825,0</b>	<b>8,2%</b>	<b>6,9%</b>
Capital social	3.557,3	5%	3.557,3	5,0%	0,0%
Reservas de capital	2,1	0%	2,1	0,0%	0,0%
Reserva de lucros	2.671,2	3%	2.264,5	3,2%	18,0%
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	-1,3	0%	1,1	0,0%	-218,2%
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não-controladas</b>	<b>21,1</b>	<b>0%</b>	<b>20,7</b>	<b>0,0%</b>	<b>1,9%</b>

Participação de acionistas não-controladas	21,1	0%	20,7	0,0%	1,9%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>6.250,4</b>		<b>5.845,7</b>		
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>77.954,4</b>	<b>100%</b>	<b>70.668,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,3%</b>

### **Passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado**

Os depósitos a prazo, fazem parte de uma das fontes de captação do Daycoval, e avaliados pelo seu custo amortizado. Em 2023, apresenta saldo de R\$20.260,5 milhões. Nesse segmento, foi mantida a diversificação entre pessoa jurídica, pessoa física, fundo de investimentos, instituições financeiras e fundações.

O total de passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado do Daycoval monta, em 2023, R\$58.464,3 milhões, sendo composto, substancialmente, da seguinte forma: (i) depósitos totais – R\$22.066,0 milhões; (ii) captações no mercado aberto – R\$8.235,0; (iii) letras financeiras, de crédito imobiliário e do agronegócio – R\$25.263,3 milhões; (iv) obrigações por empréstimos e que incluem empréstimos no exterior junto a outras instituições financeiras – R\$2.900,0 milhões. Em relação a 2023, houve aumento de 18,3% ante 2022.

### **Outros Passivos Financeiros**

#### **Captações no mercado aberto**

Em 2023, o saldo de outros passivos financeiros totalizou R\$36.398,3 milhões contra R\$31.559,1 milhões em 2022, apresentando um aumento de 15,3% que decorreu, principalmente, do aumento de 20,5% nas captações no mercado aberto, que totalizaram R\$8.235,0 milhões em 2023 contra R\$6.832,0 milhões em 2022.

#### **Letras Financeiras**

Em 2023, a captação por meio de emissões de Letras Financeiras apresentou aumento de 14,8% em relação a 2022, passando de R\$17.747,1 milhões em 2022 para R\$20.367,5 milhões em 2023, em razão de uma maior procura deste instrumento por parte dos investidores. Outro fator que contribuiu para a continuidade deste tipo de captação pelo Banco foi seu prazo médio de vencimento, que se apresenta mais longo que os demais instrumentos, algo em torno de 630 dias.

#### **Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio**

As Letras de Crédito Imobiliário (“LCI”) e do Agronegócio (“LCA”) montam, em 2023, R\$2.122,8 milhões e R\$2.773,0 milhões, respectivamente. Estes instrumentos possuem prazo médio de vencimento em torno de 369 dias contados a partir de

31 de dezembro de 2023, e representam, conjuntamente, 6,3% do total de passivos do Daycoval.

### **Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado**

Em 2023, o saldo de passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado monta R\$5.283,7 e está composto por: (i) obrigações por emissões, empréstimos e repasses no exterior, que apresentou uma diminuição de 33,8% no exercício de 2023 em comparação a 2022, devido à variação negativa de 7,2% do dólar americano cotado a R\$/US\$4,8413 em 2023 e R\$/US\$5,2177 em 2022 e liquidação de captações no exterior; (ii) derivativos, com saldo de R\$273,6 milhões no exercício de 2023, apresentando uma diminuição de 50,2% em relação a 2022.

### **Outros passivos e obrigações**

As variações apresentadas neste item na comparação entre os exercícios de 2023 e de 2022, totalizam um aumento de 12,5% e referem-se substancialmente a: (i) redução de R\$1.438,1 milhões na rubrica "Carteira de Câmbio"; (ii) redução de R\$25,0 milhões na rubrica de "Relações interfinanceiras e interdependências".

## COMPARAÇÃO ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2024	% do total	2023	% do total	Variação (%)
Receitas de juros e similares	8.943,9	100,0%	10.082,5	100,0%	-11,3%
Despesas de juros e similares	-7.084,4	-79,2%	-5.544,3	-55,0%	27,8%
<b>Resultado de juros e similares</b>	<b>1.859,5</b>	<b>20,8%</b>	<b>4.538,2</b>	<b>45,0%</b>	<b>-59,0%</b>
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros</b>	<b>4.017,8</b>	<b>44,9%</b>	<b>-11,5</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-35107,4%</b>
<b>Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>4.430,6</b>	<b>49,5%</b>	<b>-335,5</b>	<b>-3,3%</b>	<b>-1420,6%</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	267,8	3,0%	514,0	5,1%	-47,9%
Títulos e valores mobiliários	2.254,1	25,2%	178,8	1,8%	1160,7%
Derivativos	1.908,8	21,3%	-1.028,3	-10,2%	-285,6%
<b>Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo</b>	<b>-914,6</b>	<b>-10,2%</b>	<b>130,8</b>	<b>1,3%</b>	<b>-799,0%</b>
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo	-914,6	-10,2%	130,8	1,3%	-799,0%
<b>Resultado na alienação de ativos financeiros</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>3,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Resultado de operações de câmbio</b>	<b>501,8</b>	<b>5,6%</b>	<b>190,1</b>	<b>1,9%</b>	<b>163,9%</b>
<b>Receitas de tarifas e comissões</b>	<b>383,7</b>	<b>4,3%</b>	<b>315,5</b>	<b>3,1%</b>	<b>21,6%</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>121,4</b>	<b>1,4%</b>	<b>202,5</b>	<b>2,0%</b>	<b>-40,0%</b>
<b>Total de receitas operacionais</b>	<b>6.382,4</b>	<b>71,4%</b>	<b>5.044,7</b>	<b>50,0%</b>	<b>26,5%</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>-2.065,5</b>	<b>-23,1%</b>	<b>-1.804,9</b>	<b>-17,9%</b>	<b>14,4%</b>
Despesas de pessoal	-979,8	-11,0%	-867,3	-8,6%	13,0%
Despesas tributárias	-356,5	-4,0%	-302,0	-3,0%	18,1%
Outras despesas administrativas	-729,2	-8,2%	-635,6	-6,3%	14,7%
<b>Despesas com outras provisões</b>	<b>-270,1</b>	<b>-3,0%</b>	<b>-186,8</b>	<b>-1,9%</b>	<b>44,6%</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>-171,2</b>	<b>-1,9%</b>	<b>-190,7</b>	<b>-1,9%</b>	<b>-10,2%</b>
<b>Perdas com ativos financeiros - impairment</b>	<b>-1.207,3</b>	<b>-13,5%</b>	<b>-1.065,6</b>	<b>-10,6%</b>	<b>13,3%</b>
Empréstimos e recebíveis e arrendamento mercantil financeiro	-1.207,3	-13,5%	-1.065,6	-10,6%	13,3%
<b>Resultado na alienação de ativos não-correntes disponíveis para venda</b>	<b>92,7</b>	<b>1,0%</b>	<b>-1,4</b>	<b>0,0%</b>	<b>-6717,9%</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>-19,3</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-14,5</b>	<b>-0,1%</b>	<b>32,8%</b>
<b>Participações no resultado</b>	<b>-218,4</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-202,6</b>	<b>-2,0%</b>	<b>7,8%</b>

<b>Total de despesas operacionais e administrativas</b>	<b>-3.859,2</b>	<b>-43,1%</b>	<b>-3.466,5</b>	<b>-34,4%</b>	<b>11,3%</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>2.523,2</b>	<b>28,2%</b>	<b>1.578,2</b>	<b>15,7%</b>	<b>59,9%</b>
<b>Despesas de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-821,4</b>	<b>-9,2%</b>	<b>-467,7</b>	<b>-4,6%</b>	<b>75,6%</b>
Imposto de renda	-360,6	-4,0%	-323,7	-3,2%	11,4%
Contribuição social	-310,4	-3,5%	-278,2	-2,8%	11,6%
Ativo fiscal diferido	-150,4	-1,7%	134,2	1,3%	-212,1%
<b>Participação de outros acionistas não-controladores</b>	<b>-1,4</b>	<b>0,0%</b>	<b>-1,5</b>	<b>0,0%</b>	<b>-3,9%</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.700,4</b>	<b>19,0%</b>	<b>1.109,0</b>	<b>11,0%</b>	<b>53,3%</b>

### Receitas de juros e similares

O total de receitas de juros e similares está composto por rendas de empréstimos e recebíveis e rendas de ativos financeiros e apresentou redução de 11,3% passando de R\$10.082,5 milhões no exercício social findo em 2023 para R\$8.943,9 milhões no exercício social findo em 2024.

### Despesas de juros e similares

As despesas com juros e similares aumentaram 27,8%, passando de R\$5.544,3 milhões em 2023 para R\$7.084,4 milhões em 2024, principalmente em decorrência de (i) aumento de R\$206,2 milhões nas despesas com emissão de títulos de dívida; e (ii) aumento de R\$124,3 milhões nas despesas associadas a depósitos de instituições financeiras e de clientes. (2.153.138) (2.028.829)

### Resultado de juros e similares

Com base nas variações acima, o resultado de juros e similares apresentou uma queda de R\$2.678,7 milhões ou 59,0%, passando de R\$4.538,2 milhões em 2023 para R\$1.859,5 milhões em 2024.

### Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros aumentaram R\$4.029,3 milhões, passando de R\$11,6 milhões negativos em 2023 para R\$4.017,8 milhões em 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo, que mostra a composição para cada um dos períodos indicados:

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2024	2023	Variação (%)
<b>Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>4.430,6</b>	<b>-335,5</b>	<b>-1420,6%</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>268</b>	<b>514</b>	<b>-47,9%</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>2.254,1</b>	<b>178,8</b>	<b>1160,7%</b>
<b>Derivativos</b>	<b>1.908,8</b>	<b>-1.028,3</b>	<b>-285,6%</b>
Swaps	1.016,8	-884,1	-215,0%
Operações a termo	988,2	70,5	1301,7%
Mercado Futuro	(78,5)	-251,9	-68,8%
Opções	(17,8)	37,2	-147,9%
<b>Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo</b>	<b>(914,6)</b>	<b>130,8</b>	<b>-799,2%</b>
Obrigações por empréstimos e repasses	(200,9)	100,6	-299,7%
Títulos emitidos no exterior	(713,7)	30,2	-2463,3%
<b>Ganhos (perdas) na venda de Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>-</b>	<b>3,0</b>	<b>-100,0%</b>
Ganhos na alienação de ativos financeiros	-	6,4	-100,0%
Perdas na alienação de ativos financeiros	-	-3,3	-100,0%
<b>Resultado de operações de câmbio</b>	<b>501,8</b>	<b>190,1</b>	<b>163,9%</b>
Ganhos com operações de câmbio	896,9	704,7	27,3%
Perdas com operações de câmbio	(395,1)	-514,6	-23,2%
<b>Total</b>	<b>4.017,8</b>	<b>-11,5</b>	<b>n.a.</b>

### **Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado**

Os ativos e passivos a valor justo por meio do resultado aumentaram R\$4.766,1 milhões, passando de R\$335,5 milhões negativos em 2023 para R\$4.430,6 em 2024, em decorrência dos fatores descritos abaixo.

### **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

O resultado com operações interfinanceiras de liquidez apresentou variação negativa de R\$246,2 milhões, ou 47,9%, passando de R\$514,0 milhões em 2023 para R\$267,8 milhões em 2024.

### **Títulos e valores mobiliários**

As receitas com títulos e valores mobiliários apresentaram aumento de R\$2.075,3 milhões, ou 1160,7%. A carteira de títulos e valores mobiliários está substancialmente composta por títulos públicos federais indexados à variação da taxa Selic.

### **Derivativos**

O resultado com operações de derivativos passou de R\$1.028,3 milhões negativos em 2023 para receita de R\$ 1.908,8 milhões em 2024, principalmente devido a: (i) um aumento de R\$917,7 milhões no resultado de operações a termo; e (ii) resultado com operações de swap no montante de R\$1.016,8 milhões ante o resultado negativo de R\$ 884,1 milhões registrado em 2023. Os derivativos contratados pelo Daycoval têm como objetivo a proteção de seu patrimônio líquido contra oscilações de câmbio, que impactam diretamente as captações realizadas por meio de emissões de títulos (Bonds) e empréstimos junto a instituições financeiras sediadas no exterior.

### **Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo**

As perdas com passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo foram de R\$914,6 milhões, contra um ganho de R\$130,8 milhões em 2023, principalmente, em decorrência de perdas associadas a obrigações por empréstimos e repasses e títulos emitidos no exterior.

### **Resultado de operações de câmbio**

O resultado com operações de câmbio apresentou aumento de R\$311,7 milhões ou 163,9%, passando de R\$190,1 milhões em 2023 para R\$501,8 milhões em 2024.

### **Receitas de tarifas e comissões**

As receitas com tarifas e comissões aumentaram R\$68,2 milhões ou 21,6% passando de R\$315,5 milhões em 2023 para R\$383,7 milhões em 2024, principalmente em razão do crescimento da administração, custódia e colocação de títulos em 2024.

### **Outras receitas operacionais**

Outras receitas operacionais diminuíram R\$81,1 milhões, ou 40,0%, passando de R\$202,5 milhões em 2023 para R\$121,4 milhões em 2024, principalmente devido ao aumento de R\$25,4 milhões em reversão de provisões operacionais.

Como resultado do exposto acima o resultado operacional aumentou R\$1.283,7 milhões, ou 26,5%, passando de R\$5.044,7 milhões em 2023 para R\$6.328,4 milhões em 2024.

### Despesas administrativas

As despesas administrativas estão compostas por despesas de pessoal, despesas tributárias e outras despesas administrativas.

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2024	% do total	2023	% do total	Varição (%)
Despesas de pessoal	-979,8	47%	-867,3	48,1%	13,0%
Despesas tributárias	-356,5	17%	-302,0	16,7%	18,1%
Outras despesas administrativas	-729,2	35%	-635,6	35,2%	14,7%
<b>Total</b>	<b>-2065,5</b>	<b>100%</b>	<b>-1.804,90</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,4%</b>

### Despesas com pessoal

As despesas com pessoal aumentaram R\$112,4 milhões ou 13,0%, passando de R\$867,3 milhões em 2023 para R\$979,8 milhões em 2024, principalmente em razão de (i) aumento no valor da remuneração salarial devido ao acordo coletivo anual com o sindicato representante dos bancários; e (ii) contratação de novos colaboradores, que fez com que o número total de empregados apresentasse variação de 8,7% em relação a 2023, passando de 3.544 colaboradores em 2023 para 3.852 colaboradores em 2024.

### Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram 18,1%, passando de R\$302,0 milhões em 2023 para R\$356,5 milhões em 2024, principalmente em decorrência do aumento da receita tributável e, mais especificamente, do aumento de contribuições ao Cofins e ao Pis/Pasep.

### Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas apresentaram aumento de R\$93,6 milhões, ou 14,7%, passando de R\$635,6 milhões em 2023 para R\$729,2 milhões em 2024,

**Despesas com outras provisões**

As despesas com outras provisões apresentaram aumento de R\$83,3 milhões, ou 44,6%, passando de R\$186,8 milhões em 2023 para R\$270,1 milhões em 2024.

**Outras despesas operacionais**

As outras despesas operacionais apresentaram redução de R\$19,5 milhões passando de R\$190,7 milhões em 2023 para R\$171,2 milhões em 2024.

**Perdas com ativos financeiros - impairment**

As perdas com ativos financeiros são as perdas com empréstimos e recebíveis e arrendamento mercantil financeiro. Tal rubrica apresentou um aumento de R\$141,7 milhões, ou 13,3%, passando de R\$1.065,6 milhões em 2023 para R\$1.207,3 milhões em 2024.

**Total de despesas operacionais e administrativas**

Como resultado do acima exposto, o total de despesas operacionais e administrativas apresentou um aumento de R\$392,7 milhões, ou 11,3%, passando de R\$3.466,5 milhões em 2023 para R\$3.859,2 milhões em 2024.

**Resultado antes dos impostos sobre o lucro**

Como resultado do acima exposto, nosso resultado antes dos impostos sobre o lucro apresentou um aumento de R\$945,0 milhões, ou uma variação de 59,9%, passando de R\$1.578,2 milhões em 2023 para R\$2.523,2 milhões em 2024.

**Despesas de imposto de renda e de contribuição social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram um aumento de R\$353,7 milhões, ou 75,6%, passando de R\$467,7 milhões em 2023 para R\$821,4 milhões em 2024.

**Lucro líquido**

Como resultado do acima exposto, o lucro líquido do Banco apresentou um aumento de R\$591,4 milhões, ou 53,3%, passando de R\$1.109,0 milhões em 2023 para R\$1.700,4 milhões em 2024.

A seguir, são tecidos comentários sobre os principais componentes e fatores que impactaram o resultado operacional do Daycoval, de forma comparativa, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

## COMPARAÇÃO ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2023	% do total	2022	% do total	Variação (%)
Receitas de juros e similares	10.082,5	100,0%	8.235,5	100,0%	22,4%
Despesas de juros e similares	-5.544,3	-55,0%	-4.285,9	-52,0%	29,4%
<b>Resultado de juros e similares</b>	<b>4.538,2</b>	<b>45,0%</b>	<b>3.949,6</b>	<b>48,0%</b>	<b>14,9%</b>
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros</b>	<b>-11,5</b>	<b>-0,1%</b>	<b>1,5</b>	<b>0,0%</b>	<b>-865,1%</b>
<b>Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>-335,5</b>	<b>-3,3%</b>	<b>-938,8</b>	<b>-11,4%</b>	<b>-64,3%</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	514,0	5,1%	348,1	4,2%	47,7%
Títulos e valores mobiliários	178,8	1,8%	224,6	2,7%	-20,4%
Derivativos	-1.028,3	-10,2%	-1.511,5	-18,4%	-32,0%
<b>Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo</b>	<b>130,8</b>	<b>1,3%</b>	<b>415,6</b>	<b>5,0%</b>	<b>-68,5%</b>
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo	130,8	1,3%	415,6	5,0%	-68,5%
<b>Resultado na alienação de ativos financeiros</b>	<b>3,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>14,2</b>	<b>0,2%</b>	<b>-78,6%</b>
<b>Resultado de operações de câmbio</b>	<b>190,1</b>	<b>1,9%</b>	<b>510,5</b>	<b>6,2%</b>	<b>-62,8%</b>
<b>Receitas de tarifas e comissões</b>	<b>315,5</b>	<b>3,1%</b>	<b>222,5</b>	<b>2,7%</b>	<b>41,8%</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>202,5</b>	<b>2,0%</b>	<b>216,9</b>	<b>2,6%</b>	<b>-6,6%</b>
<b>Total de receitas operacionais</b>	<b>5.044,7</b>	<b>50,0%</b>	<b>4.390,5</b>	<b>53,3%</b>	<b>14,9%</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>-1.804,9</b>	<b>-17,9%</b>	<b>-1.579,9</b>	<b>-19,2%</b>	<b>14,2%</b>
Despesas de pessoal	-867,3	-8,6%	-754,9	-9,2%	14,9%
Despesas tributárias	-302,0	-3,0%	-270,6	-3,3%	11,6%
Outras despesas administrativas	-635,6	-6,3%	-554,4	-6,7%	14,6%
<b>Despesas com outras provisões</b>	<b>-186,8</b>	<b>-1,9%</b>	<b>-171,2</b>	<b>-2,1%</b>	<b>9,1%</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>-190,7</b>	<b>-1,9%</b>	<b>-92,1</b>	<b>-1,1%</b>	<b>107,1%</b>
<b>Perdas com ativos financeiros - impairment</b>	<b>-1.065,6</b>	<b>-10,6%</b>	<b>-754,0</b>	<b>-9,2%</b>	<b>41,3%</b>
Empréstimos e recebíveis e arrendamento mercantil financeiro	-1.065,6	-10,6%	-754,0	-9,2%	41,3%
<b>Resultado na alienação de ativos não-correntes disponíveis para venda</b>	<b>-1,4</b>	<b>0,0%</b>	<b>9,8</b>	<b>0,1%</b>	<b>-114,3%</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>-14,5</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-16,5</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-12,1%</b>
<b>Participações no resultado</b>	<b>-202,6</b>	<b>-2,0%</b>	<b>-201,9</b>	<b>-2,5%</b>	<b>0,3%</b>

<b>Total de despesas operacionais e administrativas</b>	<b>-3.466,5</b>	<b>-34,4%</b>	<b>-2.805,8</b>	<b>-34,1%</b>	<b>23,5%</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>1.578,2</b>	<b>15,7%</b>	<b>1.584,7</b>	<b>19,2%</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Despesas de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-467,7</b>	<b>-4,6%</b>	<b>-529,3</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-11,6%</b>
Imposto de renda	-323,7	-3,2%	-356,1	-4,3%	-9,1%
Contribuição social	-278,2	-2,8%	-304,2	-3,7%	-8,5%
Ativo fiscal diferido	134,2	1,3%	131,0	1,6%	2,4%
<b>Participação de outros acionistas não-controladores</b>	<b>-1,5</b>	<b>0,0%</b>	<b>-2,2</b>	<b>0,0%</b>	<b>-31,8%</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.109,0</b>	<b>11,0%</b>	<b>1.053,2</b>	<b>12,8%</b>	<b>5,3%</b>

### Receitas de juros e similares

O total de receitas de juros e similares está composto por rendas de empréstimos e recebíveis e rendas de ativos financeiros e apresentou aumento de 22,4% passando de R\$8.235,5 milhões no exercício social findo em 2022 para R\$10.082,5 milhões no exercício social findo em 2023, principalmente em decorrência de: (i) aumento de R\$1.827,9 milhões na renda de empréstimos e recebíveis, devido à manutenção dos spreads e do volume estável das operações de crédito; (ii) aumento de R\$19,0 milhões na receita de ativos financeiros disponíveis para venda em decorrência da receita proveniente de títulos e valores mobiliários, substancialmente composta por títulos emitidos pelo governo brasileiro vinculados à SELIC.

### Despesas de juros e similares

As despesas com juros e similares aumentaram 29,4%, passando de R\$4.285,9 milhões em 2022 para R\$5.544,3 milhões em 2023, principalmente em decorrência de (i) aumento de R\$530,2 milhões nas despesas com emissão de títulos de dívida; e (ii) aumento de R\$505,3 milhões nas despesas associadas a depósitos de instituições financeiras e de clientes.

### Resultado de juros e similares

Com base nas variações acima, o resultado de juros e similares apresentou aumento de R\$588,6 milhões ou 14,9%, passando de R\$3.949,6 milhões em 2022 para R\$4.538,2 milhões em 2023.

### Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros reduziram R\$13,1 milhões, ou 873,3%, passando de R\$1,5 milhões em 2022 para R\$11,6 milhões negativos em

2023, conforme demonstrado na tabela abaixo, que mostra a composição para cada um dos períodos indicados:

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2023	2022	Varição (%)
<b>Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>-335,5</b>	<b>-938,8</b>	<b>-64,3%</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>514</b>	<b>348,1</b>	<b>47,6%</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>178,8</b>	<b>224,6</b>	<b>-20,4%</b>
<b>Derivativos</b>	<b>-1.028,3</b>	<b>-1.511,7</b>	<b>-32,0%</b>
Swaps	-884,1	-1.563,1	-43,4%
Operações a termo	70,5	168,8	-58,2%
Mercado Futuro	-251,9	-130,4	93,2%
Opções	37,2	13,1	184,0%
<b>Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo</b>	<b>130,8</b>	<b>415,6</b>	<b>-68,5%</b>
Obrigações por empréstimos e repasses	100,6	216,1	-53,4%
Títulos emitidos no exterior	30,2	199,5	-84,9%
<b>Ganhos (perdas) na venda de Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>3,0</b>	<b>14,2</b>	<b>-79,1%</b>
Ganhos na alienação de ativos financeiros	6,4	14,7	-56,7%
Perdas na alienação de ativos financeiros	-3,3	-0,5	560,0%
<b>Resultado de operações de câmbio</b>	<b>190,1</b>	<b>510,5</b>	<b>-62,8%</b>
Ganhos com operações de câmbio	704,7	1.498,4	-53,0%
Perdas com operações de câmbio	-514,6	-987,8	-47,9%
<b>Total</b>	<b>-11,5</b>	<b>1,6</b>	<b>n.a.</b>

### **Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado**

Os ativos e passivos a valor justo por meio do resultado diminuíram R\$603,4 milhões, ou 64,3%, passando de R\$938,8 milhões em 2022 para R\$335,5 milhões negativos em 2023, em decorrência dos fatores descritos abaixo.

### **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

O resultado com operações interfinanceiras de liquidez apresentou variação positiva de R\$165,9 milhões ou 47,7%, passando de R\$348,1 milhões em 2022 para R\$514,0 milhões em 2023.

### **Títulos e valores mobiliários**

As receitas com títulos e valores mobiliários apresentaram diminuição de R\$45,8 milhões ou 20,4%. A carteira de títulos e valores mobiliários está substancialmente composta por títulos públicos federais indexados à variação da taxa Selic.

### **Derivativos**

O resultado com operações de derivativos apresentou redução de 32,0%, passando de R\$1.511,6 milhões em 2022 para receita de R\$1.028,3 milhões em 2023, principalmente devido: (i) uma diminuição de R\$149,2 milhões no resultado líquido positivo de operações a termo; e (ii) resultado negativo com operações de swap no montante de R\$1.563,1 milhões ante resultado negativo líquido de R\$884,1 milhões em 2023. Os derivativos contratados pelo Daycoval têm como objetivo a proteção de seu patrimônio líquido contra oscilações de câmbio, que impactam diretamente as captações realizadas por meio de emissões de títulos (Bonds) e empréstimos junto a instituições financeiras sediadas no exterior.

### **Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo**

As despesas com passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo apresentaram redução de R\$284,8 milhões passando de despesa de R\$415,6 milhões em 2022 para despesa de R\$130,8 milhões em 2023, principalmente, em decorrência de (i) um queda de R\$169,3 milhões em despesas decorrentes de títulos emitidos no exterior, passando de despesas de R\$199,5 milhões em 2022 para receitas de R\$30,5 milhões em 2023; e (ii) redução de R\$115,5 milhões nas despesas com captações no exterior, passando de despesas de R\$216,0 milhões em 2022 para receitas de R\$100,6 milhões em 2023.

### **Resultado de operações de câmbio**

O resultado com operações de câmbio apresentou redução de R\$320,3 milhões ou 62,8%, passando de R\$510,5 milhões em 2022 para R\$190,2 milhões em 2023.

### **Receitas de tarifas e comissões**

As receitas com tarifas e comissões aumentaram R\$93,0 milhões ou 41,8% passando de R\$222,5 milhões em 2022 para R\$315,5 milhões em 2023,

---

principalmente em razão do crescimento da administração, custódia e colocação de títulos em 2023.

### Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais diminuíram R\$14,3 milhões ou 6,6%, passando de R\$216,9 milhões em 2022 para R\$202,6 milhões em 2023, principalmente devido ao aumento de R\$25,9 milhões em reversão de provisões operacionais.

Como resultado do exposto acima o resultado operacional do Banco aumentou R\$654,2 milhões ou 14,9%, passando de R\$4.390,6 milhões em 2022 para R\$ 5.044,7 milhões em 2023.

### Despesas administrativas

As despesas administrativas estão compostas por despesas de pessoal, despesas tributárias e outras despesas administrativas.

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2023	% do total	2022	% do total	Varição (%)
Despesas de pessoal	-867,3	48,1%	-754,9	47,8%	14,89%
Despesas tributárias	-302,0	16,7%	-270,6	17,1%	11,60%
Outras despesas administrativas	-635,6	35,2%	-554,4	35,1%	14,65%
<b>Total</b>	<b>-1.804,90</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1.579,90</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,24%</b>

### Despesas com pessoal

As despesas com pessoal aumentaram R\$112,4 milhões ou 14,9%, passando de R\$754,9 milhões em 2022 para R\$867,3 milhões em 2023, principalmente em razão de (i) aumento no valor da remuneração salarial devido ao acordo coletivo anual com o sindicato representante dos bancários; e (ii) contratação de novos colaboradores que fez com que o número total de empregados apresentasse variação de 3,3% em relação a 2022, passando de 3.432 para 3.544 colaboradores em 2023.

### Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram 11,6% passando de R\$270,6 em 2022 para R\$302,0 milhões em 2023, principalmente em decorrência do aumento da receita tributável e, mais especificamente, do aumento de contribuições ao Cofins e ao Pis/Pasep, apresentando R\$238,3 milhões em 2023 ante R\$220,3 milhões em 2022.

**Outras despesas administrativas**

As outras despesas administrativas apresentaram aumento de R\$81,2 milhões ou 14,6% passando de R\$554,4 milhões em 2022 para R\$635,6 milhões em 2023, principalmente em razão de (i) um aumento de R\$57,0 milhões nas despesas de processamento de dados como resultado do esforço do Banco para melhorar seus sistemas de TI para oferecer qualidade e agilidade aos serviços prestados; e (ii) aumento de R\$15,5 milhões em despesas com serviços técnicos e especializados.

**Despesas com outras provisões**

As despesas com outras provisões apresentaram aumento de R\$15,6 milhões ou 9,1% passando de R\$171,2 milhões em 2022 para R\$186,7 milhões negativos em 2023.

**Outras despesas operacionais**

As outras despesas operacionais apresentaram aumento de R\$98,6 milhões passando de R\$92,1 milhões em 2022 para R\$190,7 milhões em 2023.

**Perdas com ativos financeiros - impairment**

As perdas com ativos financeiros são as perdas com empréstimos e recebíveis e arrendamento mercantil financeiro. Tal rubrica apresentou um aumento de R\$311,6 milhões ou 41,3%, passando de R\$754,0 milhões em 2022 para R\$1.065,6 milhões em 2023.

**Total de despesas operacionais e administrativas**

Como resultado do acima exposto, o total de despesas operacionais e administrativas apresentou um aumento de R\$660,7 milhões ou 23,5%, passando de R\$2.805,8 milhões em 2022 para R\$3.466,5 milhões em 2023.

**Resultado antes dos impostos sobre o lucro**

Como resultado do acima exposto, nosso resultado antes dos impostos sobre o lucro apresentou uma diminuição de R\$6,5 milhões ou uma variação negativa de 0,4%, passando de R\$1.584,7 milhões em 2022 para R\$1.578,2 milhões em 2023.

**Despesas de imposto de renda e de contribuição social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram uma diminuição de R\$58,4 milhões, passando de R\$660,3 milhões em 2022 para R\$601,9 milhões em 2023.

### **Lucro líquido**

Como resultado do acima exposto, o lucro líquido do Banco apresentou caiu de R\$55,8 milhões ou 5,3%, passando de R\$1.053,2 milhões em 2022 para R\$1.109,0 milhões em 2023.

---

## 2.2. Resultado operacional e financeiro

### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

#### I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As informações abaixo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

(R\$ milhões)	Exercícios encerrados em						Variação (%)
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de		
	2024	% do total	2023	% do total	2022	% do total	
Receitas de juros e similares	8.943,9	62,2%	10.082,5	96,4%	8.235,5	99,9%	-11,3%
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	267,8	1,9%	513,9	4,9%	348,1	4,2%	-47,9%
Receita de títulos e valores mobiliários	2.254,1	15,7%	178,8	1,7%	224,6	2,7%	1160,8%
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.908,8	13,3%	(1.028,3)	-9,8%	(1.511,5)	-18,3%	-285,6%
Resultado de operações de câmbio	501,8	3,5%	190,1	1,8%	510,5	6,2%	163,9%
Receitas de comissões e tarifas	383,7	2,7%	315,5	3,0%	222,5	2,7%	21,6%
Outras receitas operacionais	121,4	0,8%	202,5	1,9%	216,9	2,6%	-40,0%
<b>Receitas Totais</b>	<b>14.381,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.455,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.246,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>37,6%</b>

(1) Receitas provenientes dos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil concedidos pelo Daycoval.

(2) Receitas de taxas e comissões, que incluem tarifas bancárias, taxas de administração de fundos de investimentos e outras.

(3) Resultado líquido de operações com derivativos, principalmente, contratos de swap e de mercado futuro, substancialmente, contratados com o objetivo de proteção das captações e de parte da carteira de crédito contra oscilações de indicadores de mercado.

Variações na receita do Banco estão intrinsecamente relacionadas à variação das taxas de juros e na variação da demanda por crédito.

Os resultados operacionais são oriundos das operações do Banco, através dos produtos do crédito empresas e crédito consignado e arrendamento mercantil.

#### II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Condições Macroeconômicas Brasileiras

Como uma instituição financeira no Brasil, os resultados operacionais do Daycoval são afetados pelas condições macroeconômicas, políticas e sociais, bem como pela performance econômica dos mercados emergentes.

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores macroeconômicos utilizados como referência pelo Daycoval:

	<b>Exercícios encerrados em</b>		
	<b>31 de dezembro de</b>		
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Crescimento do PIB <sup>(1)</sup>	3,40%	2,90%	3,00%
Inflação (IGP-M) <sup>(2)</sup>	6,54%	-3,18%	5,45%
Inflação (IPC-A) <sup>(3)</sup>	4,83%	4,62%	5,79%
CDI <sup>(4)</sup>	10,81%	13,04%	12,38%
TJLP <sup>(5)</sup>	6,53%	6,55%	7,20%
Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar	-27,91%	7,09%	6,50%
Cotação do dólar no fechamento (R\$ / US\$1,00)	R\$6,19	R\$4,84	R\$5,21
Taxa Média de Câmbio (R\$ / US\$1,00) <sup>(6)</sup>	R\$5,39	R\$5,00	R\$5,17

(1) Para 2024, conforme estimado pelo Banco Central em março de 2025.

(2) IGP-M é o índice geral de preços de mercado medido pela FGV.

(3) IPC-A é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE.

(4) CDI é o índice médio de certificados de depósitos interbancários aplicável no Brasil (acumulado ao final de cada mês e anualmente).

(5) A TJLP representa as taxas de juros aplicadas pelo BNDES para financiamento de longo prazo (final do período).

(6) Média da taxa de câmbio para cada dia de cada mês durante o período.

Fontes: BNDES, Banco Central, IBGE e FGV.

O crescimento do PIB do Brasil pode impactar os resultados operacionais do Daycoval, uma vez que esse crescimento geralmente afeta o volume geral de transações de crédito no país, inclusive de seus clientes corporativos e individuais. Em 2024, 2023 e 2022 o PIB do Brasil cresceu 3,4%; 2,9% e 3,0% respectivamente.

Efeitos da flutuação das taxas de juros sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Geralmente, um aumento nas taxas de juros resulta em um aumento na receita de operações de crédito do Banco devido às taxas mais altas que podem ser cobradas. No entanto, esse aumento pode afetar adversamente nossos resultados operacionais, como resultado da redução da demanda geral por empréstimos e do maior risco de inadimplência dos clientes. Além

disso, o aumento das taxas de juros afeta os custos de captação do Banco, principalmente depósitos a prazo e depósitos interbancários, e pode afetar adversamente sua lucratividade se o Banco não conseguir repassar os aumentos dos custos de captação para os clientes. Por outro lado, uma redução nas taxas de juros pode reduzir a receita de operações de crédito como resultado de taxas mais baixas nos empréstimos concedidos. Essa redução de receita, no entanto, pode eventualmente ser compensada por um aumento no volume de empréstimos, resultante do aumento da demanda por empréstimos e/ou uma redução nos custos de captação.

Além disso, mudanças nas taxas de juros podem afetar o valor da carteira de valores mobiliários, e, portanto, a condição financeira e os resultados operacionais do Banco. No entanto, o efeito dessas flutuações pode ser limitado pelo uso de instrumentos de derivativos para fins de hedge.

### Inflação

O lucro líquido do Banco pode ser adversamente afetado por taxas de inflação mais altas no Brasil, que geralmente aumentam os custos operacionais. Além disso, uma taxa de inflação mais alta costuma ocasionar um aumento nas taxas de juros pelo Banco Central para controlar a inflação. A inflação também pode contribuir para um aumento da volatilidade do mercado, causando incerteza econômica e reduzindo os níveis gerais de consumo, o crescimento do PIB e a confiança do consumidor.

### Regulamento Governamental

#### Requisitos de depósito compulsório

O Banco Central do Brasil impõe exigências de depósito compulsório às instituições financeiras por ele autorizadas a funcionar, para controlar a liquidez dentro do sistema financeiro brasileiro. Sempre que o Banco Central modifica esses requisitos, o saldo dos ativos e passivos remunerados do Banco é afetado, o que, por sua vez, afeta suas receitas e despesas com juros.

Os percentuais de depósitos compulsórios se aplicam ao volume total de depósitos geridos pelo Banco, e os valores relativos ao compulsório devem ser depositados no Banco Central. Os principais requisitos de depósito compulsório que afetam o Banco são os seguintes:

- De acordo com a Resolução BCB nº 189/22, bancos e outras instituições financeiras são obrigados a manter uma reserva obrigatória de 21,0% do saldo médio diário dos valores de seus

depósitos e de determinados valores que ultrapassem R\$500 milhões.

- De acordo com a Resolução BCB nº 145/21, os bancos estão sujeitos a uma reserva obrigatória de 33,0% do saldo médio diário de seus depósitos a prazo e de determinados montantes, que superarem R\$30,0 milhões, em valor superior a: (i) R\$3,6 bilhões, para instituições financeiras com componentes de Nível I de capital regulatório inferior a R\$3,0 bilhões; (ii) R\$2,4 bilhões, para instituições financeiras, como o Banco, com um componente de Nível I de capital regulatório igual ou superior a R\$3,0 bilhões e inferior a R\$10,0 bilhões; (iii) R\$1,2 bilhão, para instituições financeiras com componentes de Nível I de capital regulatório igual ou superior a R\$10,0 bilhões e inferior a R\$15,0 bilhões; e (iv) zero, para instituições financeiras com componentes de Nível I de capital regulatório superior a R\$15,0 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos depósitos compulsórios do Daycoval no Banco Central era de R\$2.380,0 milhões, comparado a R\$1.138,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$222,1 milhões em 31 de dezembro de 2022.

#### Requisitos de capital

Como instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil, o Banco deve cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central e pelo CMN semelhantes às normas da Basileia III sobre adequação de capital, testes de estresse e risco de liquidez de mercado. O Daycoval fornece ao Banco Central as informações necessárias para o desempenho de suas funções de supervisão, que incluem a supervisão dos movimentos de solvência ou adequação de capital dos bancos.

O capital regulatório do Banco é calculado usando os critérios estabelecidos pelo Acordo da Basileia III, conforme aplicável no Brasil, que prevê que o Capital Regulatório e o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (MRRE) sejam calculados em relação aos Ativos ponderados pelo risco (RWA).

O Acordo de Basileia III exige que os bancos mantenham: (i) um índice de capital ordinário mínimo de 4,5%; (ii) um índice mínimo de Capital Nível 1 de 6,0%; e (iii) índice de capital regulatório mínimo de 8,0%. Como o índice de capital regulamentar mínimo estabelecido em Basileia III foi escalonado com base em um calendário anual, o índice de capital regulamentar mínimo na data deste Formulário de Referência está definido em 8,0%.

Além dos requisitos mínimos de capital, o Acordo de Basileia III exige um "buffer de capital adicional" composto por um buffer de conservação de 2,5%. O buffer de capital adicional restringe certas distribuições discricionárias (como bônus à administração, dividendos, redução de capital e recompra de ações). O buffer contracíclico, conforme determinado pelo Banco Central, é de 0%. O índice de Basileia III do Banco era de 12,5%, 13,9% e 12,9% em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente.

#### Regulamento de Empréstimos Consignados

O governo brasileiro e o Ministério da Economia supervisionam as atividades de crédito oferecidas aos beneficiários de aposentadoria e aposentados que recebem benefícios do INSS. Atualmente, o Banco não tem permissão para cobrar uma taxa de abertura de crédito para empréstimos consignados com dedução de folha de pagamento dos beneficiários do INSS. Além disso, o INSS pode revisar sua política relacionada a deduções de empréstimos das folhas de pagamento e emitir novos regulamentos que imponham limitações e/ou modificações nos termos e condições em que os empréstimos consignados podem ser oferecidos aos beneficiários do INSS.

#### Perdas em Empréstimos

Um aumento no volume dos empréstimos inadimplentes pode resultar em uma redução da receita de operações de crédito, pois pode exigir que o Banco faça provisões adicionais para perdas com empréstimos ou que utilize tais provisões para baixas de empréstimos, afetando adversamente sua condição financeira e os resultados operacionais do Banco.

#### Alterações na regulamentação tributária

Os resultados operacionais do Banco são afetados por alterações na legislação e regulamentação tributária e nos regimes tributários aplicáveis ao Banco e aos seus clientes. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas e critérios de avaliação tributária e a imposição de taxas temporárias, cujos recursos são destinados a fins governamentais específicos.

#### Volatilidade do real em relação a moedas estrangeiras, como o dólar americano

A depreciação ou valorização do real pode afetar adversamente a condição financeira e resultados operacionais do Banco, na medida em que ele possui operações denominadas ou indexadas à moeda estrangeira, principalmente o dólar norte-americano. A exposição do Banco a flutuações da taxa de

câmbio é reduzida pelo uso de instrumentos derivativos ou por meio da política de evitar descasamentos entre os financiamentos denominados em moeda estrangeira (principalmente o dólar americano) e investimentos vinculados ao exterior realizados pelo Banco, que servem como hedge natural.

Quando o real se deprecia, o Banco, em geral, sofre perdas em seus passivos denominados ou indexados a moedas estrangeiras, como o endividamento de curto e longo prazo, denominado em dólares norte-americanos e outras fontes de fundos internacionais, porque incorre em uma despesa com a reavaliação desses passivos em reais e o custo em reais para atender a esse endividamento aumenta. Contudo, o Banco também tem ganhos derivados de seus ativos denominados ou indexados a moedas estrangeiras, uma vez que a receita decorrente de principal e de juros sobre esses ativos, quando calculada em reais, aumenta à medida que o real se deprecia.

Inversamente, quando o real se valoriza, o Banco, em geral, obtém ganhos dos passivos denominados ou indexados a moedas estrangeiras na reavaliação desses passivos em reais e no custo em reais para atender a essas dívidas que diminui. No entanto, o Banco também incorre em perdas decorrentes dos ativos denominados ou indexados a moedas estrangeiras porque a receita de principal e juros sobre esses ativos, quando calculada em reais, diminui.

Além de impactar o valor dos ativos e passivos indexados ou denominados em moeda estrangeira, as flutuações do real em relação a outras moedas estrangeiras podem, entre outros fatores, aumentar ou diminuir a demanda dos clientes por empréstimos indexados em moeda estrangeira e o percentual de empréstimos não recuperáveis.

**b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido no resultado do Banco, receita de variação cambial no montante de R\$23.180 (despesa de R\$9.927 em 2023) sobre o investimento no Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch e no resultado da ACS Participações (controlada direta), receita de variação cambial no montante de R\$23.979 (despesa de variação cambial no montante de R\$6.425 em 2023) sobre o investimento na Treetop.

**c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido no resultado do Banco, receita de variação cambial no montante de R\$23.180 (despesa de R\$9.927 em 2023) sobre o investimento no Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch e no resultado da ACS Participações (controlada direta), receita de variação cambial no montante de R\$23.979 (despesa de variação cambial no montante de R\$6.425 em 2023) sobre o investimento na Treetop.

---

---

**2.3. Mudanças nas práticas contábeis**

---

**a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

**b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não ocorreram ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes que examinaram as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

---

---

## 2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

---

### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades do Banco em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

*Constituição da Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

Em 31 de agosto de 2023, a Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Daycoval CTVM") foi autorizada pelo BACEN a iniciar suas atividades, conforme publicação do Diário Oficial da União de mesma data, iniciando suas atividades operacionais como Participante de Negociação Pleno (PNP) na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), em 31 de outubro de 2024. A sociedade tem como objeto social o exercício de todas as operações permitidas às sociedades corretoras de valores mobiliários pelas disposições legais e regulamentares, atuando, dentre outros na: intermediação e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, instituição, organização e administração de fundos de investimentos. O capital social da Daycoval CTVM é de R\$20,0 milhões, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.000.000 de cotas, detidas integralmente pelo Banco Daycoval S.A. O Banco possui 100% de participação na Daycoval CTVM.

### c. Eventos ou operações não usuais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 não ocorreu nenhum evento ou operação não usual no Banco que tenha causado ou que se espera que venha causar algum impacto significativo em seus resultados.

---

---

## **2.5. Medições não contábeis**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

## **2.6. Eventos subsequente às últimas demonstrações financeiras**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

---

## 2.7 Destinação dos resultados sociais

---

Seguem informações sobre a política de destinação de resultados adotada pelo Daycoval nos três últimos exercícios sociais.

### a. Regras sobre retenção de lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme disposto no Estatuto Social do Banco Daycoval, terá as seguintes destinações:

- 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, destinados ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas;
- Importância destinada à formação de reservas para contingências e de reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e
- Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados.

O saldo remanescente do lucro líquido ajustado conforme descrito acima poderá, por proposta do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, ser 100% (cem por cento) destinado à Reserva de Lucros - Estatutária, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais ao Banco Daycoval. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social integralizado.

A parcela dos lucros que ainda remanescer, após as deduções previstas acima, terá a destinação que vier a ser deliberada pela Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração.

Com relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, de 2023 e de 2022, apresentamos no quadro abaixo as destinações do Lucro Líquido, conforme propostas do Conselho de Administração referendadas em Assembleia Geral Ordinária:

No quadro a seguir, são apresentadas as informações derivadas das demonstrações financeiras individuais auditadas em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 do Daycoval, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, conforme alterada e as normas estabelecidas pelo Banco Central ("BACEN GAAP").

	31 de dezembro de					
	2024	%	2023	%	2022	%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.689.279</b>		<b>1.101.929</b>		<b>1.102.927</b>	
Reserva Legal	84.464	5,0%	55.096	5,0%	55.146	5,0%
Reserva Estatutária	1.140.578	67,5%	644.488	58,5%	711.253	64,5%
Juros sobre Capital Próprio	420.215	24,9%	402.345	36,5%	336.528	30,5%
Dividendos Obrigatórios (complemento)	44.022	2,6%	-	0,0%	-	0,0%

## b. Regras sobre distribuição de dividendos

Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

Do resultado do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões legais. Os dividendos mínimos obrigatórios corresponderão a, no mínimo, 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as referidas deduções (artigos 40 e 41 do Estatuto Social).

Os dividendos declarados pelo Conselho de Administração serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Revertem em favor do Banco Daycoval os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas.

Por deliberação da Diretoria "ad referendum" da Assembleia Geral, poderão ser distribuídos lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, em substituição total ou parcial dos dividendos obrigatórios ou intermediários. Os valores pagos aos acionistas a títulos de juros sobre o capital próprio, após a dedução do imposto de renda na fonte, serão computados para efeito da apuração do valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício.

## c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a distribuição de dividendos será anual, podendo também o Conselho de Administração declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas.

**d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, e não há restrições a distribuição de dividendos.

**e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Banco Daycoval não possui política específica que trate sobre destinação de resultados, apenas as regras de distribuição de resultados descritas em seu Estatuto Social e informadas no item 2.4. a.

---

---

**2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

---

Não aplicável.

---

---

**2.9. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8**

---

Não aplicável.

---

## **2.10. Principais elementos do plano de negócios do emissor**

---

### **a. Investimentos, incluindo:**

#### **I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Continuamos em 2024 a concentrar nossos investimentos em tecnologias que permitam ganhos de produtividade, associados sempre a melhorias na jornada do usuário, seja ele interno ou externo.

Investimos também na tecnologia RPA (“Robotic Process Automation” ou Automatização de Processos Robotizado), com objetivo de causar um marco no ganho de produtividade. Dessa forma, processos manuais complexos passaram a ser automatizáveis, com segurança, trazendo reduções consideráveis de tempo em diversas atividades.

Continuamos investindo na exposição das nossas API’s, abrindo a plataforma de serviços financeiros do Daycoval para diversos parceiros de negócios.

O Dayconnect, nosso Internet Banking, mereceu atenção especial. Novas funcionalidades foram agregadas, e melhorias consideráveis de usabilidade, performance e segurança foram implementados. Vale citar o processo de autenticação facial e o novo design dos aplicativos que estarão disponíveis em breve.

Foi feito um incremento nos nossos controles de segurança de rede, através da contratação de três sistemas de proteção contra negação de serviços (Anti – DDOS), junto a empresas com cobertura global.

Nossos investimentos futuros devem focar cada vez mais em tecnologias e processos disruptivos, pois de acordo com os resultados que temos obtidos, fica claro que este é o caminho para um crescimento sustentável e efetivo.

#### **II. Fontes de financiamento dos investimentos**

Para realização dos investimentos, o Daycoval utiliza sua relevante posição de caixa disponível, que em dezembro de 2024, situava-se em R\$ 10,3 bilhões.

#### **III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há neste momento nenhuma informação divulgada quanto à aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Daycoval.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

**I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável

**II. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável

**III. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável

**IV. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviço**

No ano de 2024, foram gastos cerca de R\$92,4 milhões para a aquisição das ações da BMG Seguros.

**d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Não aplicável

---

---

## **2.11. Outros fatores com influencia relevante em relação ao desempenho operacional**

---

O ano de 2024 ficará marcado como um teste de fogo para a economia brasileira. Se, por um lado, o crescimento do PIB surpreendeu positivamente ao atingir 3,5% – muito acima das projeções iniciais –, por outro, a condução da política fiscal gerou um nível de incerteza que contaminou expectativas, desancorou a inflação e exigiu uma resposta brusca da política monetária. O país viveu um paradoxo: cresceu mais do que o esperado, mas a sensação de instabilidade econômica foi intensificada.

A combinação de um crescimento mais forte e uma taxa de câmbio persistentemente depreciada impulsionou a inflação para patamares próximos de 5%, acima das estimativas iniciais. Essa escalada forçou o Banco Central a reverter a trajetória de queda da taxa Selic, encerrando o ano em 12,25%, um patamar superior ao de 2023 (11,75%). Na prática, o alívio monetário esperado foi interrompido bruscamente, expondo as contradições entre a política econômica e a realidade fiscal do país.

Diante desse ambiente desafiador, a solidez e a resiliência se tornam ainda mais essenciais. O Banco Daycoval encerra mais um ano reforçando sua posição no mercado, com um balanço robusto e resultados sustentáveis, fruto de uma gestão estratégica que prioriza a qualidade dos ativos, o controle rigoroso de riscos e a expansão consistente das áreas de negócios e investimentos.

O Lucro Líquido Contábil atingiu R\$ 1.689,3 milhões no ano de 2024, um crescimento de 53,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e um ROAE contábil de 25,0%.

O índice de Basileia atingiu 12,5%, o que representou um decréscimo de 1,4 ponto percentual em relação ao ano de 2023 (13,9%). Esse decréscimo é explicado pela expansão da carteira de crédito, o que resultou em maior consumo de capital no período.

A carteira de crédito do Banco atingiu um montante de R\$ 65.465,9 milhões no período, um crescimento de 14,4% frente o ano de 2023. A expansão sazonal do segmento de empresas no último trimestre do ano impulsionou esse crescimento, com destaque para os produtos de compra de recebíveis e comércio exterior. Além disso, as carteiras de leasing, avais e fianças, e títulos privados seguem em trajetória de crescimento consistente.

No segmento varejo, o Crédito Consignado encerrou 2024 com uma carteira de R\$ 15,8 bilhões, o que representou crescimento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, superior ao apresentado pelo mercado.

A originação média mensal neste segmento continuou forte, registrando a marca de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão em um total de 1,2 milhão de clientes. Os constantes investimentos em tecnologia têm viabilizado ganho de escala e eficiência neste produto.

A carteira de Financiamento de Veículos atingiu R\$ 2,5 bilhões, um crescimento de 15,5% em relação ao ano de 2023. O movimento mais acentuado no crescimento é reflexo da gradual retomada de vendas do mercado de veículos usados e níveis estáveis de

---

inadimplência. A originação mensal média voltou a ultrapassar R\$ 140 milhões no último trimestre.

No tocante à qualidade da carteira, o índice de Inadimplência (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito) apresentou redução de 0,9 p.p alcançando 1,9% frente 2,8% em 2023, reflexo da constante disciplina e eficiência na concessão de crédito.

O índice de cobertura (Saldo de PDD/Créditos vencidos há mais de 90 dias) alcançou 161,2% no ano de 2024 frente 133,6% em 2023, em linha com a abordagem conservadora diante de um cenário macroeconômico mais desafiador.

Em 2024, o saldo total de captação atingiu R\$ 65,1 bilhões, crescimento de 17,8% em relação a 2023, refletindo a solidez da estratégia de *funding* do Banco. Esse avanço foi impulsionado pelo aumento do volume de depósitos a prazo, com destaque para o segmento de pessoa jurídica, beneficiado pelo ambiente de juros elevados e captação de US\$ 460 milhões junto ao IFC, membro do Grupo do Banco Mundial, desembolsado no segundo semestre de 2024.

O ano de 2024 foi marcante para a área de investimentos do Banco, com um marco significativo: a celebração dos 20 anos da área de gestão de recursos. Ao longo dessas duas décadas, a solidez e a excelência na gestão se refletiram na conquista de R\$ 21,0 bilhões em ativos sob gestão, distribuídos em 103 fundos.

Nesse contexto, o desempenho das áreas de Serviços ao Mercado de Capitais e DCM (*Debt Capital Markets*) foi um dos grandes destaques do ano. O segmento de Administração e Custódia de Fundos atingiu R\$ 150,0 bilhões em ativos sob serviços, consolidando a atuação ao atender 1.013 fundos de investimento e 197 gestoras. Além disso, a área de *Debt Capital Markets* (DCM) reafirmou seu protagonismo ao fechar 2024 com um volume total de emissões na ordem de R\$ 10,0 bilhões, reforçando o papel estratégico no financiamento corporativo.

O crescimento dessas frentes se refletiu diretamente no avanço das receitas de prestação de serviços, que totalizaram R\$ 539,2 milhões em 2024, um aumento de 15,8% em relação ao ano anterior. Esse resultado é fruto do compromisso do Banco em expandir sua atuação nos segmentos de pessoas jurídicas e mercado financeiro, sempre com foco em eficiência, solidez e geração de valor para clientes e parceiros.

### **Sobre o Banco Daycoval**

O Daycoval é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e leasing para empresas, com atuação relevante também no varejo, através de operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2024, o Daycoval, que tem sede em São Paulo - SP, cujo Conglomerado Financeiro conta com uma equipe de 3.852 profissionais, atingiu R\$ 65.465,9 milhões de carteira de crédito ampliada, R\$ 90.925,5 milhões de ativos totais, R\$

7.073,4 milhões de Patrimônio Líquido e R\$ 1.689,3 milhões de Lucro Líquido. Tais resultados refletem o fruto de estratégia conservadora, obtendo destaque por baixa alavancagem, elevada liquidez e desempenho, que se traduzem pelo Índice de Basileia III de 12,5%.

### Principais Indicadores



### Distribuição

Seguindo a proposta de crescimento através da diversificação, o Daycoval atualmente possui 51 agências estabelecidas em 21 Estados, mais o Distrito Federal. Além disso, conta com uma agência nas Ilhas Cayman desempenhando um papel fundamental na captação

---

de recursos e na abertura de linhas comerciais e relacionamento com bancos correspondentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a IFP - Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda., empresa do Grupo Daycoval, teve uma participação significativa na originação de operações no segmento Consignado, sendo responsável por aproximadamente 28,6% da produção. A IFP conta com 61 lojas em todo o país e presta serviços não apenas para a carteira de Crédito Consignado, mas também para Financiamento de Veículos, Daycoval Câmbio e para outras instituições financeiras, buscando constantemente aprimorar sua produtividade.

O serviço de Administração e Custódia de Fundos encerrou 2024 com o montante de R\$ 150,0 bilhões sob serviço, registrando crescimento de 56,9% em 12 meses. Esse crescimento é fruto da dedicação em oferecer serviço com excelência a 197 gestores de recursos, gerenciando 1.013 fundos.

A Daycoval Asset Management encerrou 2024 com saldo de R\$ 21,0 bilhões de fundos sob gestão, aumento de 57,5% em 12 meses.

O Daycoval Câmbio encerrou 2024 com 160 pontos de atendimento, reforçando presença e compromisso em atender clientes de forma abrangente. Além disso, atua por meio de parcerias estratégicas com operadoras e agências de turismo, buscando oferecer maior facilidade e flexibilidade para que os clientes possam realizar suas operações com rapidez e segurança.

## Rating

A classificação obtida pelo Daycoval nos *ratings* comprova a solidez e o baixo nível de risco conquistado em suas operações. As informações apuradas pelas agências são amplamente reconhecidas pelo mercado financeiro, embora não devam ser interpretadas como uma recomendação de investimento.

De acordo com os relatórios divulgados, os *ratings* refletem a avaliação das agências sobre o Daycoval:

- i) Ba1 em escala global pela Moody's com perspectiva "positiva";
- ii) BB pela Fitch Ratings com perspectiva "estável";
- iii) BB- pela Standard&Poor's com perspectiva "estável" e;
- iv) pela RISKbank – BRLP3 – Baixo Risco para Longo Prazo (até 5 anos).

Essas avaliações reforçam o compromisso com a transparência e a excelência nas operações financeiras.

---

## **Governança Corporativa**

O Banco Daycoval adota uma política de gestão corporativa alinhada aos princípios do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e às melhores práticas de mercado. Busca constantemente aprimorar o modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos. A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria, Comitês, Políticas e Processos, garantindo uma base sólida para condução dos negócios. Isso reforça a confiança e a satisfação dos *Stakeholders* e o compromisso em atuar de forma responsável e sustentável no mercado financeiro.

## **Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/2004, atual Resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, da atuação e qualidade da auditoria interna e da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.

## **Gestão Integrada de Riscos e de Capital**

O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor à instituição, aos acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. O Banco realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhado às melhores práticas de mercado, garantindo o cumprimento das determinações legais, regulamentares e de suas políticas internas. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, reputacional, tecnologia da informação, socioambiental e gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações.

O Daycoval adota medidas preventivas e atua de forma contínua no aprimoramento de suas políticas de riscos e sistemas de controles internos para evitar ou minimizar ao máximo a exposição aos riscos. O Banco conta com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos alinhada aos seus objetivos estratégicos, por meio de sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS) e com estrutura de gerenciamento de capital, capacitadas a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Conta, ainda, com comitês e reportes periódicos das áreas envolvidas de forma a garantir a adequada gestão de riscos e

---

governança eficiente, bem como assessorar o Conselho de Administração a desempenhar suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de risco e de capital.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional, do Risco de Conformidade, Risco Socioambiental e Climático, Risco de Mercado e de Liquidez, Risco de Crédito, Reputacional e Gerenciamento de Capital é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Comitê Integrado de Riscos e Capital e seus respectivos comitês.

Mais informações sobre Gestão de Riscos do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da regulamentação vigente, podem ser obtidas no endereço eletrônico: <https://ri.daycoval.com.br/>.

## **Pessoas**

Em nossa trajetória, temos a certeza de que um dos fatores essenciais do Conglomerado Financeiro Daycoval é, sem dúvida, o nosso capital humano. Com uma equipe talentosa e engajada de 3.852 profissionais em 31 de dezembro de 2024, estamos crescendo e proporcionando mais oportunidades e desafios para todos.

Na perspectiva de gestão de pessoas, temos alguns programas que são protagonistas. Destacamos iniciativas como o Programa Daycoeduca, que oferece bolsas de estudo para graduação, pós-graduação ou MBA.

No ano de 2024, demos continuidade ao programa Momentos Carreira para dar clareza e inspiração a todos que querem crescer e se desenvolver. Com o programa de palestras educativas, abordamos temas como *lifelong learning*, educação financeira e gestão do tempo.

Nossas ações de treinamento contam, ainda, com a Academia Daycoval, uma plataforma de *e-learning*, que oferece diversos cursos e vídeos para apoiar nossos colaboradores em diferentes aspectos.

Valorizamos a diversidade e a inclusão, buscando criar um ambiente seguro e inclusivo para nossos colaboradores, incluindo grupos de afinidade focados em pessoas com deficiência e projetos sociais de inclusão, como o Dando Asas. Além disso, promovemos o bem-estar com campanhas de vacinação, aulas de música e treinamento de corrida, demonstrando o cuidado e compromisso com a qualidade de vida de nossa equipe e seus familiares. Nesse aspecto, podemos destacar que 51% do quadro do Grupo é feminino, que 14% do Grupo é composto pelos 50+; números esses que nos orgulhamos. Outra perspectiva interessante é quando olhamos para a distribuição das diferentes gerações: 54% de geração Y, 26% de X, 17% de Z e aproximadamente 3% de *Baby-Boomers*.

## **Sustentabilidade**

Em linha com a missão de nos consolidarmos como um Banco referência na oferta de soluções alinhadas às necessidades de nossos clientes, reforçamos nossa estratégia de

---

diversificação e ampliação dos produtos e serviços oferecidos, sempre atentos às mudanças do mercado. A tecnologia é um pilar essencial em nossa estratégia de negócios, e temos aprimorado nossos sistemas com foco na segurança da informação, especialmente no contexto da concessão de crédito.

No âmbito ESG, nossa gestão de sustentabilidade está alinhada aos princípios e diretrizes de natureza econômica, social, ambiental, climática, e aos aspectos de governança a serem observados pela instituição em seus negócios, atividades, processos e relação com as partes interessadas.

Pensando em ganhos de eficiência e agilidade no negócio, iniciamos um projeto para levar Inteligência Artificial para uso das áreas fornecendo treinamento, ferramentas e assistência no desenvolvimento dos projetos.

Além da parceria firmada com a Proparco, braço de financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento, para financiar projetos sustentáveis de pequenas e médias empresas, as chamadas PMEs, o Banco mantém uma parceria com o IFC (*International Finance Corporation*) em duas frentes. A primeira é uma linha de crédito voltada a pequenas e médias empresas (PMEs) lideradas por mulheres em regiões de baixo IDH. A segunda, um financiamento sindicalizado de US\$ 460 milhões (cerca de R\$ 2,8 bilhões) com o objetivo de estimular o crédito a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com foco no empreendedorismo feminino e na região da Amazônia Legal.

### **Responsabilidade Social**

O Daycoval tem uma trajetória de 56 anos marcada por uma sólida tradição de apoiar projetos e ações de responsabilidade social. Nos últimos anos, o Banco estruturou uma área específica para gerenciar doações e patrocínios, buscando atender de forma mais eficaz os projetos que necessitam de atenção especial. Este apoio é realizado através de duas formas principais: doações diretas e incentivos fiscais por meio das Leis de Incentivo e está organizado em quatro pilares fundamentais: cultura, educação, esporte e saúde.

Em 2024 o Banco destinou cerca de R\$ 53 milhões a diversas iniciativas, aumento de 32% em relação ao ano anterior. Dentre as instituições apoiadas, destacam-se o Hospital do Amor, Unibes, Instituto Mano Down, Instituto Dorina Nowill, Banco de Alimentos de Porto Alegre, Parceiros da Educação, entre outros.

Comprometido a apoiar iniciativas de impacto social e promover ações solidárias em momentos mais críticos, o Daycoval segue reafirmando seu compromisso com a comunidade e bem-estar social. Um exemplo dessa mobilização é a Campanha Conexão do Bem, que em 2024, foi direcionada a apoiar e auxiliar os afetados pelas chuvas no Rio Grande do Sul. Para ampliar o impacto desta ação, o Banco dobrou os valores das ações feitas por colaboradores, clientes e parceiros. Os recursos arrecadados foram destinados à ONG Banco de Alimentos, responsável pela compra de itens essenciais à população. A iniciativa beneficiou famílias de mais de 30 municípios daquele estado.

---

## **Relacionamento com os Auditores Independentes**

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Contábeis do Banco e suas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Contábeis pelos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Daycoval e suas controladas, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

## **3. Projeções**

### **3.1. Projeções divulgadas e premissas**

A Companhia não divulga projeções e premissas.

---

### **3.2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

---

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não divulga projeções.

## 4. Fatores de risco

### 4.1. Descrição dos fatores de risco em ordem decrescente de relevância

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, que o Banco acredita influenciarem a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos pelo Banco. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pelo Banco podem ser adversamente afetados.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão do Banco, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas do Banco.

Os riscos descritos a seguir são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que o Banco conhece e que acredita que podem afetá-lo adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pelo Banco atualmente, ou que o Banco considera irrelevante na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetá-lo adversamente.

#### a. Emissor

Os requerimentos mínimos de capital do Banco Daycoval estão apresentados na forma do Indicador de Basileia, que resulta da divisão do Patrimônio de Referência (PR) pelo Patrimônio Mínimo Exigido, compostos pela somatória das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (“Risk weighted assets” ou RWA), multiplicado pelo percentual de exigência mínima de capital que, atualmente, é de 8,0% que acrescido de parcela Adicional de Capital Principal – Conservação de 2,5%, totalizando uma exigência mínima de 10,5%. Estes requerimentos mínimos fazem parte de um conjunto de normativos divulgados pelo BACEN, com o objetivo de implantar padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III e, são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.640, de 4 de março de 2013 e as Resoluções CMN nº 4.955 e CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, o Banco Central exige que os bancos reservem uma parte de seus ativos para cobrir riscos operacionais (ou seja, perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação de procedimentos internos, pessoal ou sistemas, incluindo aqueles devidos a eventos externos). O Patrimônio de Referência ("PR") é definido como a soma do Nível I (capital principal e capital complementar) e do Nível II, sendo estes calculados de forma consolidada, considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial que, para o Banco Daycoval, incluem as operações do Banco, de sua dependência no exterior e do Daycoval Leasing. O índice de capital requerido exigido pelo Banco Central, é de 8,0% da exposição baseada no risco.

O Nível 1 tem um piso de 6,0%, dividido, nos termos da Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, em duas partes: capital principal (capital social e reservas de lucros, entre outras inclusões e deduções) de pelo menos 4,5% e capital complementar (dívida híbrida e instrumentos de capital autorizados pelo Banco Central, com determinadas deduções). O Nível 2 consiste principalmente de instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central, com certas deduções, de 2,0%.

Devido a mudanças nas regras relativas aos requisitos mínimos de capital ou decorrentes do desempenho da economia brasileira como um todo, as reservas de capital do Banco podem ser afetadas negativamente. O Banco também pode ser obrigado a limitar suas operações de crédito, alienar alguns de seus ativos e/ou tomar outras medidas que podem afetar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira do Banco.

Se, como resultado dos limites de capital do Regulamento de Basileia III, aumentarmos nossos limites de capital, isso poderá afetar negativamente nossos resultados operacionais e dificultar o cumprimento de tais limites.

**O Banco pode ter, no futuro, insuficiência de capital para se enquadrar às regras de capital mínimo estabelecidas pelo CMN e pelo Banco Central, de tempos em tempos.**

As instituições financeiras brasileiras devem observar diretrizes impostas pelo CMN e pelo Banco Central, inclusive no que se refere ao capital mínimo. O Banco não pode garantir que terá no futuro recursos suficientes ou meios disponíveis para se capitalizar e, assim, cumprir com as suas obrigações regulatórias. Ademais, as instituições financeiras somente poderão distribuir resultados, a qualquer título, em montante superior àquele porventura exigido em lei ou na regulamentação aplicável, caso essa distribuição não venha a comprometer o cumprimento das exigências de capital e patrimônio líquido. O Banco não pode garantir que terá, no futuro, recursos suficientes ou meios disponíveis para se capitalizar e, assim, se enquadrar às regras de capital mínimo impostas pelo CMN

e pelo Banco Central. Além disso, a adequação às regras de capital mínimo poderá afetar negativamente a capacidade do Banco de distribuir dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas.

Em complemento, os reguladores brasileiros podem aplicar sanções devido às regras de capital mínimo, incluindo processos administrativos, multas, desqualificação da administração e até o cancelamento das operações licenciadas, que podem afetar negativamente nossas operações e nossa condição financeira.

**Qualquer desequilíbrio entre a carteira de crédito do Banco e suas fontes de captação de recursos poderá afetar adversamente, especialmente seus resultados operacionais e sua capacidade de ampliar suas operações de crédito.**

O Banco está exposto a determinados desequilíbrios entre créditos que concede e suas obrigações decorrentes de captação de recursos com relação às taxas de juros, de câmbio e prazos de vencimento praticados. Parte da carteira de crédito do Banco é formada por créditos com juros fixos e a rentabilidade das suas operações de crédito depende de sua capacidade de equilibrar o custo para obtenção de recursos com as taxas de juros cobradas de seus clientes. Um aumento nas taxas de juros de mercado no Brasil poderia aumentar seu custo de captação, em especial o custo dos depósitos a prazo, ou pode forçar o Banco a reduzir o spread que pratica sobre seus créditos, afetando-o adversamente.

Qualquer descasamento entre o vencimento de suas operações de crédito e de suas fontes de recursos potencializaria o efeito de qualquer desequilíbrio nas taxas de juros, representando, ainda, risco de liquidez caso o Banco não tenha uma captação de recursos contínua. Adicionalmente, parte da captação de recursos do Banco é proveniente de títulos emitidos no exterior e denominados em dólares com hedge que poderá não ser suficiente para a integral proteção contra oscilações no mercado cambial. Uma desvalorização do real frente ao dólar poderia aumentar o custo de obtenção dos recursos provenientes da emissão desses títulos. Um aumento no custo total de suas fontes de captação poderá implicar um aumento nas taxas de juros que cobra sobre os créditos que concede, podendo, conseqüentemente, afetar sua capacidade de atrair novos clientes. Uma queda no crescimento das suas operações de crédito poderá afeta-lo de forma adversa.

**Dificuldades na captação de recursos podem afetar negativamente o Banco.**

As fontes de captação de recursos representam fator importante nos negócios do Banco. A capacidade do Banco em obter recursos adicionais dependerá, dentre outros fatores, do seu desempenho e das condições de mercado no futuro. O Banco não pode assegurar que continuará captando recursos em

condições favoráveis e nos mesmos níveis praticados atualmente. Se não conseguir obter novos recursos, o Banco pode não ter condições de manter ou de ampliar sua carteira de crédito ou de responder, de forma eficaz, a mudanças nas condições de negócios e pressões competitivas do mercado. Ademais, na hipótese de haver uma redução do volume de cessões de crédito em decorrência de mudanças adversas nas condições demandadas pelos cessionários de crédito, mudanças nas regulamentações que limitem a capacidade do Banco de conceder créditos, ou que modifiquem o tratamento contábil das cessões de crédito, sua capacidade de captação de recursos, liquidez e receita seriam adversamente afetados.

Se o Banco não for capaz de obter fundos adequados para satisfazer suas necessidades de capital, pode ser necessária a realização de um aumento de capital. Além disso, podemos optar por buscar capital adicional se nossa administração entender que as condições de financiamento serão mais vantajosas. Além disso, o Banco pode vir a optar por buscar capital adicional, se sua administração entender que as condições de captação serão mais vantajosas. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumentos no capital, incluindo outras transações no mercado de capitais, pode diluir a participação dos acionistas do Banco caso eles não participem proporcionalmente de tais aumentos de capital, ou se tais aumentos de capital forem realizados por meio de ofertas públicas sem o direito de preferência.

**O Banco pode não ser capaz de recuperar os valores decorrentes de empréstimos inadimplidos por seus mutuários ou de apossar-se de bens dados em garantia nesses contratos, ou ainda, que essas garantias ao serem executadas serão suficientes para cobrir o montante das respectivas operações, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.**

Quando mutuários se tornam inadimplentes em contratos de empréstimo ou financiamento, o Banco precisa tomar medidas judiciais e extrajudiciais para realizar a cobrança dos valores devidos. Neste sentido, não há como garantir que as medidas utilizadas nos procedimentos de cobrança e execução das garantias vinculadas a esses empréstimos e/ou financiamentos serão as mais adequadas, ou ainda, que resultarão na recuperação eficaz dos valores devidos e não pagos. Na medida em que o Banco pode não ser capaz de recuperar os valores devidos em um volume substancial, os seus resultados poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

**Uma deterioração de sua classificação de crédito poderá aumentar o seu custo de captação, o que poderá afetar o Banco de forma adversa.**

Os custos de captação de recursos do Banco são influenciados por inúmeros fatores, incluindo alguns fora de seu controle, tais como as condições

macroeconômicas e o ambiente regulatório para os bancos brasileiros. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar um impacto negativo em sua classificação de crédito, o que poderia restringir a capacidade do Banco de tomar recursos emprestados, ceder carteiras de crédito ou emitir títulos e valores mobiliários em termos aceitáveis, aumentando o seu custo de captação de recursos.

**O Banco pode não ser bem-sucedido na implementação de sua estratégia, o que poderá causar um efeito adverso sobre si.**

O Banco tem revisado sua estratégia de negócios de forma a se adequar à realidade do setor bancário e alguns dos elementos dessa estratégia são recentes e estão em processo de implementação e, neste processo entre suas novas estratégias o Banco pretende consolidar e expandir sua participação no segmento de empresas ampliando sua carteira de clientes, melhorando a estrutura de distribuição e oferecendo serviços e produtos desenvolvidos sob medida para esses clientes, além de expandir sua participação no mercado de crédito a pessoas físicas, tanto por meio da expansão dos produtos existentes, quanto pelo oferecimento de novos produtos. Não pode garantir que será bem-sucedido na implementação de sua estratégia ou que a concentração de suas atividades em segmentos específicos não o afetará adversamente.

**Falhas ou violações dos sistemas operacionais ou de segurança do Banco podem interromper temporariamente seus negócios, aumentando os custos e causando perdas.**

Os negócios do Banco são realizados eminentemente por meio de sistemas informáticos, que envolvem processos financeiros, de contabilidade, sistemas de processamento de dados ou outros sistemas e instalações operacionais podem parar de funcionar adequadamente por um período determinado ou ficarem desativados ou serem danificados temporariamente como resultado de vários fatores como: interrupções no fornecimento de energia elétrica ou de serviços de telecomunicações; avarias, falhas no sistema ou outros eventos que podem afetar terceiros com os quais o Banco se relaciona ou que facilitam as atividades comerciais do Banco, incluindo câmbio, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou fornecedores que prestam serviços; eventos decorrentes de questões políticas ou sociais locais ou em larga escala e ataques cibernéticos. Interrupções ou falhas temporárias no processo físico, na infraestrutura ou nos sistemas operacionais que suportam os negócios e clientes do Banco, ataques cibernéticos ou quaisquer divulgações não autorizadas de informações pessoais em posse do Banco podem resultar em ações judiciais, multas regulatórias, multas ou intervenções, reembolso ou outros custos de compensação.

**A falta de proteção contra ataques cibernéticos pode levar à perda de receita e danos à reputação do Banco, prejudicando suas operações ou resultando em divulgação não autorizada de informações.**

O Banco gerencia e armazena várias informações confidenciais e dados sensíveis ou confidenciais relacionados às suas operações. A infraestrutura de TI do Banco está sujeita a ataques cibernéticos que consistem em tentativas intencionais de acessar, alterar, corromper ou destruir sistemas, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas.

Programadores e hackers experientes podem entrar na rede do Banco e apropriar-se ou comprometer suas informações confidenciais ou de terceiros, criar interrupções, acessar, alterar, destruir nossos sistemas ou causar shutdowns. Os programadores e hackers também podem desenvolver e implantar vírus e outros programas de software disfarçados que atacam os produtos do Banco ou exploram quaisquer vulnerabilidades de segurança de seus produtos. Além disso, softwares e aplicativos sofisticados de hardware e sistema operacional que o Banco produz ou adquire de terceiros podem conter defeitos de design ou fabricação, incluindo “bugs” e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação do sistema. Estes ataques cibernéticos podem resultar na indisponibilidade dos serviços, contaminação do banco de dados, corrupção dos dados armazenados, vazamento de informações de segurança e disponibilização de dados confidenciais, que podem afetar adversamente o Banco. Os custos para eliminar ou solucionar os problemas de segurança e vulnerabilidades citados acima podem ser significativos.

Nossos esforços de remediação podem não ser eficazes e resultar em indisponibilidade de serviços, atrasos ou paralisação de serviços, contaminação do banco de dados, corrupção de informações armazenadas, violação de segurança de dados ou divulgação não autorizada de informações de nossos clientes.

Além disso, violações das medidas de segurança do Banco e a disseminação de informações confidenciais ou dados confidenciais sobre o Banco, seus clientes ou terceiros podem expor o Banco, assim como seus clientes ou terceiros afetados a um risco de perda ou uso indevido dessas informações, resultando em possíveis litígios e potencial responsabilidade ao Banco, o que pode afetar nossa marca e reputação ou prejudicar os negócios do Banco. Pode-se dizer, também, que o Banco depende de capacidades limitadas de terceiros provedores de gerenciamento de dados, cujos possíveis problemas e vulnerabilidades de segurança podem ter efeitos semelhantes sobre o Banco.

**O Banco está sujeito a riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetado**

**adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções, incluindo de natureza reputacional.**

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709/2018, conforme alterada (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”), que entrará em vigor no mês de agosto de 2020 e transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso não estejam em conformidade com a LGPD, o Banco e suas controladas podem estar sujeitos a sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, o Banco pode ser responsabilizado por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelo banco e solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelas suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pelo Banco, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar em multas elevadas para o Banco, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, bem como afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

**O não aprimoramento da infraestrutura de tecnologia da informação do Banco vinculados à sua operação ou a sua incapacidade de realizar os investimentos necessários para acompanhar a evolução tecnológica do mercado bancário poderão afetar adversamente as suas operações.**

Considerando que as atividades do Banco estão ligadas a um ambiente digital de evolução constante, a habilidade do Banco em manter sua competitividade e expandir seus negócios depende de sua habilidade em se manter atualizado em relação as inovações tecnológicas e responder rapidamente a evolução do setor, incluindo, entre outros, aprimorar e atualizar os seus sistemas de tecnologia da informação e aumentar sua capacidade operacional. Em razão disso, o Banco tem a necessidade de realizar investimentos de maneira contínua para melhorias significativas em sua infraestrutura de tecnologia da informação, de modo a se manter competitivo. Não é possível garantir que no futuro haverá recursos

disponíveis para manter o nível de investimento necessário para respaldar a melhoria ou atualização de sua infraestrutura tecnológica, o que pode acarretar uma perda de competitividade frente a seus principais concorrentes, bem como uma incapacidade do Banco em conseguir acompanhar a evolução do setor e as necessidades dos clientes.

Além disso, não é possível prever os efeitos das mudanças tecnológicas nos negócios do Banco. O Banco depende, em parte, de terceiros para o desenvolvimento e acesso a novas tecnologias. Os serviços e tecnologias aplicáveis à indústria bancária podem surgir e tornar obsoletas as tecnologias atualmente utilizadas em seus produtos e serviços. Desenvolver e incorporar novas tecnologias em seus produtos e serviços podem exigir investimentos substanciais e um tempo considerável e, em última análise, podem não ser bem-sucedidas. Além disso, a capacidade do Banco de implementar novos produtos e serviços e desenvolver novas tecnologias pode ser inibida por padrões da indústria, mudanças em leis e regulamentações, resistência de clientes, direitos de propriedade intelectual de terceiros ou outros fatores. O sucesso do Banco dependerá da sua capacidade de desenvolver e incorporar novas tecnologias, enfrentar os desafios representados pelo mercado em rápida evolução para serviços financeiros prestados por meio eletrônico e de adaptação a mudanças tecnológicas, e, se não puder fazê-lo de forma oportuna ou rentável, seus negócios e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

**O Banco pode falhar em manter um sistema eficaz de controles internos, o que poderá impedir de reportar de maneira tempestiva e precisa seus resultados financeiros e nos afetar adversamente.**

Os controles internos do Banco podem não evitar ou detectar distorções em tempo hábil, devido às limitações inerentes, incluindo erro humano, evasão, sobreposição de controles ou fraude. Não é possível ter certeza de que, em algum momento no futuro, uma deficiência significativa não será identificada ou de que seus controles internos não deixarão de detectar um problema que eles devem evitar, e a falha em remediar essas deficiências significativas pode resultar em distorção relevante nas suas demonstrações contábeis, podendo incorrer em impacto adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Controles internos podem falhar e, portanto, fornecer apenas uma garantia razoável com relação à preparação e apresentação adequada das demonstrações contábeis. Se o Banco não conseguir manter a adequação de seus controles internos, seus relatórios financeiros podem ser divulgados intempestivamente ou com imprecisões, e poderia o levar ao descumprimento das suas obrigações de relatório financeiro e dessa forma ser adversamente afetado.

**Os riscos associados às atividades de tesouraria e atividades de mercado aberto podem ter um efeito adverso na condição financeira do Banco.**

Nos últimos anos, a maior parte da receita bruta e lucro do Banco derivaram das operações de crédito, e parte da receita bruta e lucro operacional foi derivada de operações de mercado conduzidas pelo departamento de tesouraria. Tais operações geralmente envolvem a negociação de uma variedade de títulos e instrumentos financeiros do governo brasileiro. Existem vários riscos associados a essas atividades, incluindo riscos de mercado e contrapartes. O Banco busca ativamente expandir as operações de crédito e a gama de produtos bancários para diversificar a base da receita. Enquanto o Banco julgar que há oportunidades para operações de tesouraria, e considerar tais atividades interessantes, tais operações podem continuar a ser realizadas. Em razão disso, a condição financeira e o lucro líquido do Banco em períodos futuros continuarão expostos aos riscos inerentes a essas atividades, que podem ter um efeito adverso sobre seus resultados operacionais e sobre sua condição financeira.

**O Banco pode ficar exposto ao risco de crédito de contrapartes no curso normal das atividades, sendo que qualquer deficiência ou insolvência dessas contrapartes poderá prejudicar a eficácia das operações de hedging e outras estratégias de gestão de risco.**

O Banco pode ficar exposto ao risco de contrapartes no setor de serviços financeiros no curso normal das atividades. Essa exposição ao risco pode se originar de negociação, concessão de crédito, captação de depósitos, compensação e liquidação, entre outras atividades e relacionamentos. Entre tais contrapartes estão corretoras e operadores, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e outros clientes institucionais. Esses relacionamentos expõem o Banco ao risco de crédito em caso de inadimplemento de uma contraparte. Ademais, o risco de crédito do Banco poderá ser intensificado quando a garantia detida não puder ser efetivada ou for liquidada a preços não suficientes para recuperar o montante integral do crédito ou derivativo devido à Companhia. Muitas das operações de hedging e outras estratégias de gestão de risco utilizadas pelo Banco envolvem operações com contrapartes de serviços financeiros. Qualquer deficiência ou insolvência dessas contrapartes poderá prejudicar a eficácia das operações de hedging e outras estratégias de gestão de risco.

**As políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos de mercado, crédito e operacional do Banco podem não ser totalmente eficazes para atenuar a sua exposição a riscos não identificados ou imprevistos e os sistemas e métodos de identificação, análise, gerenciamento e controle de riscos do Banco podem não ser suficientes para evitar perdas.**

Os métodos, procedimentos e políticas de gestão de riscos de mercado, crédito e operacional do Banco, incluindo suas ferramentas de modelos estatísticos, tais como o value at risk ("VaR"), o teste de estresse e as análises de sensibilidade, podem não ser totalmente eficazes em relação a sua exposição ao risco em todos os ambientes econômicos ou contra todos os tipos de riscos, incluindo riscos que o Banco não consegue identificar ou prever. Alguns de seus instrumentos qualitativos e quantitativos para o gerenciamento de risco são baseados nas observações do Banco do comportamento histórico do mercado.

O Banco aplica ferramentas estatísticas, entre outras, a estas observações para quantificar o seu risco de exposição. Essas ferramentas qualitativas e quantitativas podem não prever todo tipo de exposição de risco futuro. Essas exposições ao risco poderiam, por exemplo, ser decorrentes de fatores que não foram previstos ou avaliados corretamente em seus modelos estatísticos, o que limitaria sua capacidade de administrar seus riscos. Suas perdas, portanto, poderiam ser significativamente maiores do que as indicadas pela análise histórica. Além disso, sua modelagem quantitativa não leva em consideração todos os riscos. A abordagem qualitativa do Banco para a gestão desses riscos pode se revelar insuficiente expondo-o a perdas inesperadas relevantes. Se os clientes existentes ou potenciais acreditarem que a sua gestão de riscos é inadequada, podem realizar seus negócios em outra instituição, o que poderia prejudicar a sua reputação, bem como as suas receitas e lucros.

Além disso, seus negócios dependem da capacidade de processar um grande número de transações de forma segura, eficiente e precisa. Pessoas despreparadas, sistemas e procedimentos de controles internos inadequados ou falhos, falhas de sistemas de informação ou de eventos externos que interrompam as operações normais do negócio podem resultar em perdas. O Banco também enfrenta o risco de que a estrutura de seus controles e procedimentos de risco operacional se revelem insuficientes ou sejam incontornáveis. Antes de realizar quaisquer operações de tesouraria e crédito, o Banco realiza a análise do perfil de crédito de cada um de seus clientes, de forma a avaliar os riscos a que cada operação submete o Banco. O Banco não pode garantir que seus sistemas de gestão de risco e análise de crédito serão suficientes para evitar perdas em decorrência da não identificação de todos os riscos relativos à sua carteira e às carteiras de seus clientes, ou em decorrência da análise dos riscos identificados ou da resposta direcionada a tais riscos ser inadequada, incorreta ou intempestiva, o que poderá ter um efeito material adverso sobre as condições operacionais e financeiras do Banco.

**A perda de qualquer um dos principais administradores, incluindo os controladores do Banco, bem como a incapacidade do Banco de atrair e reter pessoal administrativo adicional pode afetar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira do Banco.**

A capacidade de manter a posição competitiva do Banco frente a seus concorrentes e implementar sua estratégia de crescimento depende muito dos executivos do Banco, alguns dos quais também são controladores do Banco. Muitos dos executivos sêniores e outros administradores-chave permanecem historicamente por muitos anos no Banco, sendo alguns deles inclusive controladores, não é possível garantir que o Banco não perderá nenhum de seus executivos sêniores ou administradores chave atuais ou que o Banco será bem-sucedido em atrair e reter substitutos ou pessoal qualificado. A perda de parte dos administradores, incluindo dos administradores que são controladores do Banco, ou sua incapacidade de reter e atrair pessoal qualificado pode ter um efeito adverso relevante em sua operação e em sua capacidade de implementar as estratégias de negócio.

**A originação de créditos consignados por meio de parcerias com correspondentes bancários apresenta riscos aos negócios do Banco e pode acarretar efeitos materiais adversos nos resultados financeiros do Banco.**

Atualmente, parte relevante da contratação de créditos consignados do Banco é efetuada por correspondentes bancários parceiros sem obrigação de exclusividade, o que pode comprometer nossas operações ou resultar em perdas de receita. Estes correspondentes bancários atuam como agentes intermediários para oferecer aos clientes do Banco serviços, assim, o Banco pode ser responsabilizado pelo descumprimento dos seus procedimentos de venda ou regulamentações aplicáveis por estes agentes.

Os correspondentes bancários são remunerados por meio de comissões pagas em função do volume de captação de novos contratos e, eventualmente, na tentativa de aumentar sua remuneração, tais correspondentes bancários podem tentar fraudar documentos e políticas relacionadas à concessão de crédito a pessoas, sem sua solicitação ou anuência. Eventuais procedimentos de cobrança adotados em face dessas pessoas em razão da concessão de créditos não solicitados, podem acarretar a responsabilização civil do Banco em processos judiciais, o que pode afetar adversamente seus resultados financeiros e operacionais, vez que o Banco poderia incorrer em custos não apenas decorrentes da inadimplência do crédito, mas também de despesas financeiras com indenizações pecuniárias e por danos morais aos indivíduos lesados.

Não há como garantir que os mecanismos de controle adotados pelo Banco serão suficientes para detectar ações fraudulentas ou inadimplementos legais, regulatórios ou contratuais por parte dos correspondentes bancários. Tais ocorrências podem afetar a imagem do Banco perante seus clientes e o mercado em geral, afetando adversamente seus resultados financeiros e operacionais.

Adicionalmente, a infraestrutura de tecnologia da informação adotada pelos correspondentes bancários está sujeita a falhas em sua segurança cibernética e

não há como garantir que será suficiente para evitar ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão de sistemas e plataformas que tenham por objetivo acessar, alterar, corromper ou destruir sistemas, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas, além do acesso a, ou divulgação não autorizada, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes ativos e potenciais antes da efetiva formalização de uma eventual operação.

**Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos dos quais o Banco, suas controladas ou seus administradores são ou possam ser partes podem causar efeitos adversos relevantes.**

O Banco, suas controladas e seus administradores são partes de vários processos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros.

As provisões constituídas e que venham a ser constituídas no âmbito desses processos podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, o Banco não pode garantir que novos processos relevantes, judiciais ou administrativos, contra ele, suas controladas e seus administradores não venham a surgir, podendo estar sujeito a contingências que o obrigue a dispendar valores significativos.

No caso de decisões judiciais desfavoráveis ao Banco, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados, poderá se observar efeito adverso nos resultados do Banco, bem como os negócios, sua situação financeira e reputacional e o valor de mercado das ações do Banco podem ser adversamente afetados.

Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais o Banco tenha realizado provisão em valor significativamente inferior ao montante da perda em questão, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, o Banco pode sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios. Ademais, decisões desfavoráveis em eventuais processos movidos em face de administradores do Banco podem também vir a inabilitá-los para atuarem como administradores do Banco, bem como afetar a imagem e os negócios do Banco.

Adicionalmente, eventuais matérias veiculadas na mídia com informações sobre o suposto envolvimento do Banco ou dos administradores do Banco em processos ou investigações, em curso ou potenciais, poderão expor a imagem do Banco de forma negativa e ainda gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores do Banco, principalmente em relação ao conteúdo e fontes de tais informações, o que poderá afetar tanto a reputação do banco, quanto a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores do Banco.

Além disso, decisões desfavoráveis em processos movidos em face de administradores do Banco, relacionados ou não às suas funções no Banco, podem também vir a afetar a imagem e os negócios do Banco, na medida em que processos envolvendo administradores do Banco podem exigir que haja um maior grau de envolvimento destes administradores no imbróglho em detrimento da condução de suas atividades ordinárias, bem como um maior dispêndio financeiro por parte do Banco caso o Banco venha a ser considerado solidária ou subsidiariamente responsável pelos danos eventualmente causados por seus administradores.

Em 31 de dezembro de 2024, as provisões relacionadas a essas ações totalizavam R\$ 1.560 milhões e os depósitos judiciais totalizavam R\$ 1.082 milhões. Resultados desfavoráveis em um ou mais desses processos podem tornar as provisões insuficientes e afetar adversamente seus negócios e sua condição financeira.

**O crescimento da carteira de operações de crédito do Banco pode levar a um aumento da inadimplência.**

O aumento da carteira de crédito do Banco pode causar o aumento da alavancagem financeira do Banco e, eventualmente, ter como consequência o aumento do nível de inadimplência e das despesas de provisão, o que pode afetar de forma adversa os resultados operacionais e a capacidade financeira do Banco.

**O Banco está sujeito a perdas associadas à carteira de crédito.**

A qualidade da carteira de crédito do Banco está associada ao risco de inadimplência dos segmentos nos quais atua. Quaisquer alterações no perfil dos negócios do Banco, decorrentes da disponibilização de novos produtos e serviços aos clientes ou do crescimento orgânico de suas operações, podem revelar imprecisões nos modelos e políticas de crédito atualmente utilizados pelo Banco, ocasionando a concessão de crédito inadequada e, conseqüentemente, eventual inadimplência, aumentando os níveis de perdas e prejuízos em suas operações.

Adicionalmente, qualquer alteração nas condições macroeconômicas e políticas que afetem a propensão ao consumo, o nível de demanda e a capacidade de pagamento dos clientes, bem como quaisquer alterações regulatórias ou mercadológicas, como a mudança das taxas praticadas pelos concorrentes, podem afetar negativamente o crescimento e a composição de nossa carteira de crédito, podem ter efeito material adverso sobre as condições operacionais e financeiras do Banco.

**b. Seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

A família Dayan detém 100% do controle do Daycoval e também são administradores do Banco. Os controladores possuem o direito a eleger os membros do Conselho de Administração. A este Conselho cabe a responsabilidade pela eleição da diretoria, a definição dos princípios gerais da política de gestão de risco da organização, a orientação geral dos negócios da sociedade, e a criação de mecanismos internos para a verificação do cumprimento de suas determinações. Equívocos na definição das políticas e na orientação dos negócios do Banco, bem como deficiências apresentadas na aplicação dessas e de outras responsabilidades do Conselho, poderiam trazer como consequência a piora das condições financeiras do Banco, ou até mesmo impactar na sua solvência.

**Os interesses dos acionistas do Banco, podem conflitar com os interesses da Administração do Banco.**

Os acionistas controladores do Banco, desde 2016, a família Dayan detém 100% do controle do Daycoval, têm o poder de, dentre outros, eleger os membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, além de determinar o resultado das deliberações societárias do Banco, incluindo, por exemplo, reorganizações societárias, venda de ativos, distribuição e pagamento de dividendos. Os interesses dos acionistas controladores do Banco podem ser conflitantes com os interesses da Administração do Banco e podem não resultar em melhorias nos seus resultados operacionais, causando um efeito relevante adverso para o Banco. Adicionalmente, qualquer mudança no controle poderá afetar materialmente a estratégia, a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira do Banco.

**O Banco pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio.**

O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social do Banco é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral e dependerá de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, as condições financeiras, as necessidades de caixa e as perspectivas futuras do Banco, inclusive para atendimento às normas regulamentares, como as regras sobre capital mínimo, além daqueles que o Conselho de Administração e os acionistas do Banco julguem relevantes. O lucro líquido pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou então vir a ser retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não haver lucro disponível para a declaração e/ou o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais ao mínimo obrigatório previsto em seu Estatuto Social.

**c. Suas controladas e coligadas**

O Daycoval não vislumbra a existência de riscos relacionados exclusivamente às suas controladas e coligadas.

**d. Seus administradores**

Podemos enfrentar prejuízos devido a condutas inadequadas de nossos colaboradores. Nosso negócio está sujeito ao risco de possíveis violações de nossas políticas internas, incluindo o Código de Conduta Ética, e comportamentos como fraude, negligência ou má conduta não financeira por parte de gestores e funcionários. Essas condutas podem acarretar em sanções regulatórias, danos financeiros e de imagem.

Apesar das medidas preventivas adotadas, não podemos garantir a completa eliminação da má conduta dos colaboradores, o que poderia ter impacto negativo em nossos negócios, saúde financeira, desempenho operacional, perspectivas futuras e reputação.

**e. Seus fornecedores**

**A perda do relacionamento e/ou falência dos prestadores de serviços, inclusive com relação a serviços de tecnologia da informação, ou de suporte para manter os produtos e serviços do Banco, ou de apoio às suas operações de crédito a pessoas físicas pode provocar uma ruptura nas suas operações ou resultar em perda de receita.**

O Banco utiliza serviços prestados por terceiros para auxiliar, apoiar e manter alguns setores de *backoffice*, bem como alguns de seus sistemas de comunicação, tecnologia de informação e pontos de venda. A falta desses terceiros para cumprir obrigações de auxílio, apoio e manutenção poderiam levar a um impacto negativo em suas operações. Além disso, as suas receitas com operações de crédito pessoal com consignação dependem, em parte, da vontade e capacidade de correspondentes bancários e agentes autônomos por estes contratados para encontrar clientes que celebrem operações de crédito pessoal com consignação com o Banco. O seu relacionamento com correspondentes bancários não é exclusivo e, portanto, eles podem originar operações para outros bancos. A perda do relacionamento com esses correspondentes bancários, e destes com agentes autônomos, bem como a impossibilidade de substituí-los por novos correspondentes bancários e agentes pode causar a perda de clientes e reduzir substancialmente as receitas e ganhos do negócio de crédito pessoal com consignação, que poderá afetar adversamente o Banco.

**Impactos decorrentes de atividades dos fornecedores do Banco, incluindo a prestação de armazenamento de dados, podem afetar adversamente as operações do Banco.**

O Banco utiliza uma ampla rede de fornecedores e prestadores de serviços, os quais exercem atividades relevantes para a condução de seus negócios, como, por exemplo, sistemas de tecnologia de informações e serviços de armazenamento de dados e contratos de suas operações. Além disso, na atuação com parceiros comerciais, são capturados dados cadastrais de potenciais clientes por tais parceiros, antes da efetiva formalização de uma operação com o Banco. Desse modo, eventuais descumprimentos de obrigações legais ou contratuais, falhas ou interrupções das atividades de tais fornecedores podem acarretar a perda ou divulgação de informações relevantes, interrupções temporárias nas operações do Banco, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados por tais ocorrências, o que pode afetar negativamente as operações do Banco e, conseqüentemente, seus resultados.

Adicionalmente, caso o Banco não seja capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais fornecedores e prestadores de serviços, poderão ocorrer dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, podendo resultar em problemas operacionais. Tal substituição, ainda, pode não ocorrer em tempo hábil ou ocasionar falhas no período de transição, podendo causar impactos relevantes nas operações do Banco.

**f. Seus clientes**

**Um aumento na carteira de operações de crédito a empresas pode afetar adversamente o Banco.**

O aumento da carteira de crédito para empresas pode levar o Banco a uma gestão menos conservadora das operações, acarretando em aumento da inadimplência e dos níveis de provisões para devedores duvidosos. O relacionamento próximo com as empresas clientes é fator importante no desempenho comercial neste segmento. O aumento do volume de operações de crédito e do número de clientes pode implicar na queda do nível de relacionamento, fazendo com que perca oportunidades de novos negócios e se distancie de seus clientes.

A maior parte dos clientes do segmento de crédito para empresas são empresas de pequeno e médio porte, que usualmente apresentam menores níveis de governança corporativa e em razão disso podem fornecer informações incorretas para o Banco, o que poderia levar o Banco a conceder créditos a empresas que não atendam aos critérios normalmente adotados na concessão de crédito, podendo resultar na concessão de crédito para empresas que não estão dentro dos critérios adotados normalmente, o que pode afetar negativamente o Banco.

**A capacidade do Banco de cobrar os pagamentos devidos oriundos de operações de crédito pessoal com consignação depende da eficácia e validade de convênios firmados com empregadores de nossos mutuários, bem como dos mutuários conservarem seus empregos.**

Uma parcela relevante de receita do Banco é oriunda dos pagamentos devidos sob operações de crédito pessoal com consignação, valores esses que são deduzidos diretamente das respectivas pensões ou contracheques dos mutuários. Essas deduções de pensões ou contracheques podem ser interrompidas se convênios firmados com empregadores dos mutuários ou entes do setor público forem rompidos, bem como se um empregado ou funcionário do setor público ou privado pedir demissão ou for afastado, e ainda no caso de falecimento do mutuário.

No caso de rompimento de convênios, a sua sistemática de cobrança de créditos pessoais com consignação ficará comprometida, havendo a necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz, ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Neste caso o Banco poderá sofrer uma redução das suas operações relacionadas ao convênio rompido. Nas hipóteses de demissão, afastamento ou falecimento do mutuário, o pagamento do empréstimo com dedução na folha de pagamento poderá depender exclusivamente da capacidade financeira do mutuário ou de seus herdeiros. Não pode garantir que recuperará todo ou parte de seu crédito nessas circunstâncias.

Além disso, se um mutuário cujas contraprestações devidas são deduzidas de sua folha de pagamento se divorcia ou se separa legalmente, em certas circunstâncias, de acordo com a lei brasileira, a pensão alimentícia devida pelo mutuário pode ser deduzida direto da sua folha de pagamento. Estas deduções na folha de pagamento podem ter prioridade sobre outras dívidas do mutuário (inclusive perante o Banco) e, como resultado disto, o Banco pode não receber todo ou parte do crédito devido nestas circunstâncias.

Qualquer dos riscos acima pode resultar num aumento no perfil de risco de sua carteira de crédito pessoal e pode resultar em uma maior porcentagem de perdas em operações desta natureza, bem como no aumento das despesas de administração e outras despesas relacionadas a cobranças de pagamentos devidos, inclusive com relação a adoção de eventual nova sistemática de cobrança em vista de rompimento de convênios, e assim afetar adversamente o Banco.

**Uma deterioração na qualidade de crédito dos sacados na carteira de garantia de recebíveis, ou dificuldades em executar as garantias recebidas**

**pelo Banco relativas a empréstimos vencidos e não pagos podem afetar de maneira adversa suas operações de crédito a empresas.**

Parte substancial de suas operações de crédito a empresas, em particular para empresas de médio porte, encontra-se garantida por recebíveis detidos pelos respectivos mutuários em face de terceiros (sacados). Qualquer mudança desfavorável na qualidade de crédito destes terceiros devedores poderá afetar de forma negativa a sua capacidade de recebimento dos valores devidos por seus clientes, o que pode afetar o Banco de forma adversa.

Adicionalmente, alguns empréstimos concedidos pelo Banco, tais como financiamentos de veículos são garantidos por garantias reais vinculadas aos bens financiados, que na maioria das vezes apresentam custos elevados para excussão, bem como para seu armazenamento e manutenção até que sejam leiloados. Diante do vencimento antecipado de empréstimos dessa natureza o Banco pode enfrentar dificuldades para retomar os bens recebidos ou para executar outras garantias. Um aumento no índice de inadimplência desses empréstimos historicamente experimentado pelo Banco pode tornar os valores provisionados para este tipo de ocasião insuficientes para cobrir as despesas e pode afetar adversamente os resultados e a situação econômica do Banco.

**Os Depósitos representam uma importante fonte de captação de recursos para o Banco, assim o Banco não pode garantir que esses recursos continuarão disponíveis no futuro em condições favoráveis.**

Os depósitos totais, as LF's (letras financeiras), as LCI's (letras de crédito imobiliário) e LCA's (letras de crédito do agronegócio) representam uma importante fonte de captação de recursos para o Banco. No passado recente, o Banco tem aumentado de forma significativa sua emissão de LF's, LCI's e LCA's no mercado nacional de valores mobiliários, fazendo com que elas se tornassem a maior parte de sua fonte de financiamento nacional, juntamente com os depósitos a prazo.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía R\$ 31.945,3 milhões em depósitos totais, R\$ 23.073,3 milhões em letras financeiras, os quais representavam 49,1% e 35,5% do total das captações do Banco, respectivamente.

Sua capacidade de obter recursos adicionais dependerá, dentre outros fatores, do seu desempenho e das condições de mercado no futuro, bem como das questões regulatórias envolvendo a emissão de LCI's e LCA's. O Banco não pode assegurar que essas fontes continuarão disponíveis em termos favoráveis. Se o Banco não conseguir obter novos recursos, ou se alterações regulatórias atualmente aplicáveis a tais produtos tornarem impraticável a emissão de novos mobiliários, ele poderá não ter condições de continuar a manter ou ampliar sua carteira de crédito ou responder de forma eficaz a mudanças nas condições de

negócio e pressões competitivas, o que poderá ter um efeito adverso sobre suas operações.

**O aumento da inadimplência dos tomadores de crédito do Banco poderá afetar seus resultados.**

A capacidade conjunta dos tomadores de crédito do Banco de honrar pontualmente suas obrigações está diretamente relacionada ao desempenho da atividade econômica e da renda no País. Situações de crise econômica, o fraco desempenho da economia, aumento do desemprego, a perda de vínculo dos servidores públicos com o governo federal ou, ainda, a perda de benefícios, no caso dos aposentados e pensionistas do INSS, poderá gerar aumento da inadimplência das operações de crédito, que, por sua vez, pode resultar no aumento das perdas operacionais e afetar adversamente os negócios e situação financeira do Banco.

**g. Setores da economia nos quais o emissor atue**

**O ambiente cada vez mais competitivo do setor bancário no Brasil e a crescente concorrência no segmento de Empresas poderão afetar adversamente o Banco.**

O mercado para serviços financeiros e bancários no Brasil é altamente competitivo. O Banco enfrenta significativa competição de outros bancos brasileiros e internacionais, tanto públicos quanto privados. A indústria bancária brasileira passou por um período de consolidação nos anos 90, quando vários bancos brasileiros foram liquidados e outros importantes bancos estatais e privados foram vendidos. A competição aumentou significativamente durante esse período, dado que bancos estrangeiros entraram no mercado brasileiro por meio da aquisição de instituições financeiras locais. A privatização dos bancos estatais também fez com que o mercado bancário brasileiro e o mercado de outros serviços financeiros ficassem mais competitivos.

Tradicionalmente, seus principais concorrentes nos segmentos em que atua têm sido bancos de médio porte especializados. Alguns desses bancos têm adotado estratégias de capitalização similares à do Daycoval, inclusive a abertura de capital. Não é possível assegurar que conseguirá continuar a concorrer adequadamente com outros bancos e instituições financeiras nos mercados para produtos específicos, como o segmento de Empresas e de crédito consignado, particularmente com o ingresso de instituições financeiras nacionais e estrangeiras de maior porte, que dispõem de quantidade maior de recursos do que o Banco e de uma extensa rede de agências e outros canais de distribuição próprios.

Além disso, os negócios do Daycoval no segmento de crédito consignado poderão ser afetados adversamente caso seus concorrentes obtenham contratos de exclusividade com entidades governamentais ou empresas privadas para oferecer esse tipo de empréstimo a seus empregados. A concorrência na atividade de concessão de créditos a beneficiários do INSS tem sido particularmente agressiva, com o uso de campanhas publicitárias de alcance nacional e premiações.

O aumento da concorrência pode afetar adversamente o Banco em virtude, dentre outros fatores, da limitação da capacidade do Banco de aumentar a base de clientes e expandir suas operações, resultando na redução de sua margem de lucro sobre suas atividades, e aumentando a disputa pelas oportunidades de investimento.

**O Daycoval está altamente exposto ao risco de crédito do Governo Federal e de outras entidades do setor público. Qualquer redução na qualidade de crédito dessas entidades poderá afeta-lo de forma adversa.**

O Banco investe em títulos de dívida do Governo Federal, que são, em sua maioria, de longo prazo e alta liquidez. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco detinha R\$ 14.944 milhões em títulos da dívida do Governo Federal, contra R\$ 13.312 milhões em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a dívida líquida do setor público brasileiro, de acordo com os indicadores econômicos divulgados pelo Banco Central, era de R\$ 7,2 trilhão, ou 60,8% do PIB. Caso o Governo Federal deixe de efetuar os pagamentos dentro dos prazos desses títulos, os resultados operacionais e situação financeira do Banco poderão ser afetados negativamente em virtude da remarcação a mercado desses títulos.

Ademais, o Banco está exposto ao risco de crédito do Governo Federal e de entidades públicas, inclusive o INSS, as quais seus tomadores de crédito consignado estão vinculados. Em 31 de dezembro de 2024, 37,0% da carteira de crédito consignado do Banco era formada por créditos de convênios com o INSS. Qualquer declínio na atividade econômica poderá afetar adversamente a arrecadação de tributos por essas entidades do setor público, sua principal fonte de receita e, conseqüentemente, poderá resultar em um aumento nas perdas relativas à sua carteira de crédito consignado. Um aumento nas perdas relativas à carteira de crédito consignado do Banco poderá influenciar adversamente seus resultados operacionais e situação financeira.

#### **h. Regulação dos setores em que o emissor atue**

**Mudanças promovidas pelo Banco Central na taxa básica de juros podem afetar adversamente o Banco.**

O Comitê de Política Monetária (“COPOM”) estabelece periodicamente a taxa SELIC, a taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro, que serve como um importante instrumento para o cumprimento de metas inflacionárias. O COPOM tem frequentemente ajustado a taxa básica de juros em razão de incertezas econômicas e para atingir os objetivos determinados pela política econômica do Governo Federal. A taxa SELIC historicamente tem flutuado. Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 a taxa SELIC correspondia a, respectivamente, 12,25%, 11,75%, e 13,75%. Aumentos na taxa básica de juros podem afetar adversamente o Banco, por meio da redução da demanda por crédito, do aumento dos custos de captação e aumento do risco de inadimplência dos clientes, dentre outros. Por outro lado, reduções na taxa básica de juros podem afetar adversamente o Banco, por meio da redução da receita proveniente dos ativos geradores de receita e diminuição das margens, dentre outros.

**O Governo Federal regulamenta as operações dos bancos brasileiros e quaisquer modificações nas leis e nos regulamentos existentes ou a imposição de novas leis e regulamentos poderá afetar adversamente as operações e receitas do Banco.**

Os bancos brasileiros estão sujeitos a uma extensa e contínua fiscalização por parte do Banco Central. O Daycoval não pode prever quando o Governo Federal, por meio do CMN ou do Banco Central, irá alterar ou elaborar novas regulamentações que se aplicam a todas ou parte de suas operações, inclusive no que diz respeito a:

- Exigências de capital mínimo;
- Exigências de depósitos compulsórios;
- Limites de empréstimos e outras restrições de crédito;
- Limites de exposição em moedas estrangeiras; e
- Exigências contábeis e estatísticas.

A estrutura da regulamentação aplicável às instituições financeiras brasileiras evolui frequentemente. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados, a maneira como as leis e regulamentos são aplicados ou interpretados pode mudar e novas leis e novos regulamentos podem vir a ser adotados. Essas mudanças podem afetar adversamente o Banco. Em particular, o Governo Federal, numa tentativa de implementar políticas econômicas, tem historicamente promulgado regulamentações que afetam as instituições financeiras. Essas regulamentações são usadas pelo Governo Federal para controlar a disponibilidade de crédito e reduzir ou aumentar o consumo no País, através, inclusive, da imposição de exigências de recolhimentos compulsórios por

instituições financeiras, o que reduz o volume de recursos disponíveis para a realização de empréstimos e investimentos. O Daycoval não pode assegurar que o Banco Central não aumentará ou criará novas exigências de reservas ou depósitos compulsórios. Essas mudanças podem afetar adversamente o Banco, uma vez que o rendimento dos valores mantidos como depósito compulsório em geral é inferior ao rendimento dos seus outros investimentos e depósitos. Além disso, o Banco Central pode decidir implementar determinadas diretrizes previstas no Novo Acordo da Basiléia, as quais podem acarretar uma gestão de risco mais rígida, restringindo a utilização de seus recursos.

**Mudanças nas exigências de depósitos compulsórios podem afetar sua lucratividade.**

Historicamente o depósito compulsório tem sido utilizado pelo BACEN para controlar a liquidez do mercado bancário brasileiro, como parte de sua política monetária, e atualmente tem sido utilizado também como instrumentos para assegurar a estabilidade do sistema financeiro brasileiro. Periodicamente, o nível de depósitos compulsórios a serem mantidos pelas instituições financeiras no Brasil com o Banco Central tem sido alterado. Desde 2008 o Banco Central do Brasil revogou e alterou diversas regras a respeito do depósito compulsório para reduzir o impacto da crise financeira internacional. Em 2018, o Banco Central aumentou e reestabeleceu os requisitos do depósito compulsório. O Banco Central pode aumentar as exigências de depósito compulsório no futuro ou impor novas exigências de depósito compulsório.

Os depósitos compulsórios geralmente não apresentam o mesmo rendimento que os outros investimentos e depósitos do Banco porque:

- Parte dos depósitos compulsórios não rendem juros;
- Parte dos depósitos compulsórios devem ser mantidos em títulos e valores mobiliários do Governo Federal; e
- Parte dos depósitos devem ser destinados a financiamento imobiliário e rural.

Com base na legislação em vigor, o Banco está situado na faixa de isenção de recolhimento de depósitos compulsórios sobre os depósitos a prazo, mas continua obrigado a recolher o depósito compulsório sobre o depósito à vista. O aumento ou alterações nas exigências de depósitos compulsórios pode reduzir sua capacidade de conceder empréstimos e de fazer outros investimentos, inclusive aqueles relacionados com suas estratégias, e, conseqüentemente, podem afetar adversamente o Banco.

**Limitações nas taxas máximas de juros aplicáveis às entidades com as quais o Banco mantém convênios para concessão de crédito consignado poderão afeta-lo adversamente.**

O Banco está sujeito à imposição de limites nas taxas de juros que cobra em seus empréstimos aos pensionistas e aposentados do INSS e aos funcionários públicos das demais entidades governamentais com as quais celebra convênios para a disponibilização de crédito. Não pode garantir que as entidades com as quais celebra convênios irão manter as taxas máximas de juros aplicáveis nos atuais patamares. A taxa máxima de juros aplicável aos empréstimos para aposentados e pensionistas, determinada pelo INSS, era de 1,66% a.m. em dezembro de 2024. Caso o INSS ou qualquer dessas outras entidades decida reduzir ainda mais os limites das taxas de juros aplicáveis ou estabelecer qualquer tipo de tabelamento de taxas de juros, poderá ser afetado adversamente.

**A concessão de crédito consignado está sujeita a mudanças nas leis e regulamentos, interpretações dos tribunais ou políticas de entidades públicas relativas ao desconto em folha de pagamento.**

O mecanismo de desconto em folha de pagamento utilizado nas operações de crédito consignado é regulado por diversas leis e regulamentos, na esfera federal, estadual e municipal, que estabelecem limites de descontos e preveem a irrevogabilidade da autorização dada por um funcionário ou beneficiário do INSS para dedução de valores para quitação do empréstimo.

Dessa maneira, a edição de qualquer nova lei ou regulamento, ou mudança, revogação ou nova interpretação das leis ou regulamentos existentes que resulte em proibição, restrição ou que possa afetar adversamente a capacidade do Banco de efetuar essas deduções diretas poderá aumentar o perfil de risco da sua carteira de crédito, aumentando a taxa de juros de seus empréstimos ao consumidor e conduzindo a um percentual mais alto de perdas com empréstimos. Não pode assegurar que as leis e os regulamentos relativos ao desconto direto em folha de pagamento ou no benefício do INSS não serão alteradas ou revogadas no futuro.

Ademais, sentenças desfavoráveis, administrativas ou judiciais relacionadas a este segmento, incluindo, mas não se limitando àquelas impondo restrições quanto a possibilidade de nos envolver nesse segmento da maneira que fazemos atualmente poderiam levar a um aumento do perfil de risco da sua carteira de crédito, e também a um incremento em suas despesas relacionadas a estas operações, que pode afetar adversamente o Banco.

Além disso, a concessão do crédito consignado a funcionários públicos e aposentados e pensionistas do INSS depende da autorização das entidades públicas a que tais pessoas estejam vinculadas. O Governo Federal ou outras

entidades governamentais podem alterar a regulamentação dessas autorizações. Outros órgãos governamentais poderão impor regulamentações futuras que restrinjam ou impeçam o Banco de oferecer créditos consignados a seus funcionários. Atualmente, o Banco não detém autorização para oferecer crédito consignado aos funcionários de determinados governos estaduais ou municipais, porque as leis desses Estados e Municípios permitem apenas que bancos estatais concedam este tipo de empréstimo. Em 31 de dezembro de 2024, a carteira de crédito consignado do Banco era quase totalmente composta por empréstimos consignados a funcionários públicos, aposentados e beneficiários de pensões do INSS e quaisquer alterações ou implementação de novas leis ou regulamentos que restrinjam ou impeçam o Banco de conceder esse tipo empréstimos pode afetar adversamente os resultados dos negócios do Banco e sua situação econômica.

**Mudanças na legislação fiscal e previdenciária brasileira poderá afetar adversamente o Banco.**

O Governo Federal implementa regularmente mudanças na legislação fiscal, previdenciária e outras leis e regimes de tributação que afetam ao Daycoval e aos seus clientes. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas e, ocasionalmente, o estabelecimento de alíquotas temporárias, cujos recursos são destinados a determinados fins governamentais. Algumas dessas medidas, como o Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”) sobre transações realizadas em moeda estrangeira em determinados tipos de operações financeiras, poderão resultar em aumento dos pagamentos de impostos, o que poderia afetar adversamente o Banco. Por exemplo, não pode assegurar que terá condições de manter sua lucratividade de anos anteriores, caso ocorram aumentos substanciais nos impostos incidentes sobre o Daycoval, suas subsidiárias e suas operações.

Adicionalmente, no passado as reformas fiscais trouxeram incertezas para o sistema financeiro nacional, aumentando o custo dos créditos e contribuindo para aumentar a inadimplência em sua carteira de crédito, o mesmo podendo ocorrer no futuro. Não é possível prever o efeito de reformas fiscais que possam vir a ser implementadas pelo Governo Federal. Não pode assegurar que qualquer reforma fiscal que venha a ser empreendida no futuro não tenha um efeito adverso sobre o Banco.

**Quaisquer restrições nas taxas de juros de empréstimos bancários podem afetar adversamente o Banco, diminuindo suas receitas e limitando sua capacidade de conceder empréstimos.**

O Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, conforme alterado, também conhecida como Lei de Usura (“Lei de Usura”), impede qualquer pessoa ou entidade de cobrar taxas de juros superiores a 12,0% ao ano. No entanto, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (a “Lei de Reforma Bancária”), juntamente

com as recentes decisões judiciais, isentaram os bancos desta proibição. Quaisquer alterações na interpretação dos tribunais da isenção ou uma emenda nas leis e regulamentos aplicáveis que limitam as taxas de juros que podem ser cobradas pelo Banco em suas operações empréstimos podem afetar adversamente seus resultados e condição financeira.

**O aumento da regulamentação após eventos recentes nos mercados globais pode afetar adversamente os resultados operacionais do Banco.**

A turbulência vivida nos mercados financeiros globais, que teve suas raízes na crise do subprime nos Estados Unidos em 2008 e na crise da dívida que afetou determinados países da União Européia a partir de 2009, levou a um aumento significativo no envolvimento de várias instituições governamentais e autoridades reguladoras no setor financeiro e nas operações de instituições financeiras. Em particular, as autoridades governamentais e reguladoras da União Européia e seus membros, dos Estados Unidos e de outros países aumentaram o controle regulatório em seus respectivos setores bancários, particularmente no que se refere a transações de derivativos e de reporte de informações, e implementaram medidas para fortalecer instituições financeiras incluindo a garantia obrigatória de certos tipos de transações e requisitos de capital aprimorados. Não é possível prever como o arcabouço regulatório mais rigoroso afetará as instituições financeiras, inclusive o Banco. Também não é possível prever se novos requisitos regulatórios (inclusive de adequação de capital) serão introduzidos nesses países ou em outros lugares, incluindo o Brasil.

**O Banco pode não ser capaz de detectar lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e outras atividades ilegais ou impróprias total ou pontualmente, o que pode afetar o Banco e sua reputação de forma adversa e submetê-lo a responsabilização.**

O Banco é obrigado a cumprir as leis e a regulamentação aplicáveis quanto ao combate à lavagem de dinheiro, à corrupção, ao terrorismo e a outras atividades ilegais ou impróprias nas jurisdições em que opera. Essas leis e regulamentos exigem que, entre outras coisas, o Banco adote e aplique políticas e procedimentos de "know your client" e reporte transações volumosas e suspeitas às autoridades reguladoras aplicáveis. Essas leis e regulamentos tornaram-se cada vez mais complexos e detalhados ao longo do tempo, exigindo sistemas aprimorados, exigindo pessoal sofisticado de monitoramento e compliance e sujeita o Banco a uma supervisão mais rigorosa por parte das autoridades reguladoras.

As políticas e procedimentos destinados a detectar e impedir o uso da rede do Banco, de seus produtos e serviços para lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo e outras atividades ilegais ou impróprias podem não eliminar completamente os casos em que a rede bancária do Banco pode ser

utilizada por seus empregados, representantes ou outras partes para participar de tais atividades. Na medida em que o Banco deixar de cumprir totalmente as leis e regulamentos aplicáveis, os órgãos governamentais aos quais o Banco se reporta podem impor multas e outras penalidades, incluindo a revogação de licenças de operação, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais, a reputação e a condição econômico-financeira do Banco.

Além disso, os negócios e a reputação do Banco podem ser afetados negativamente se sua rede bancária for usada para lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo ou outras atividades ilegais ou impróprias. A análise das políticas e procedimentos internos de suas contrapartes em relação a esses assuntos antes de iniciar negócios com eles pode não ser suficiente, assim como nessas contrapartes para manter e aplicar adequadamente seus próprios procedimentos de controle. As medidas e procedimentos de controle do Banco podem não ser completamente eficazes para impedir que terceiros usem seus processos, produtos e serviços (e de nossas contrapartes) como instrumento de lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo ou outras atividades ilegais ou impróprias sem o conhecimento do Banco (e de suas contrapartes).

Se o Banco estiver associado, ou mesmo se for acusado de se associar ou se tornar parte de lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo ou outras atividades ilegais ou impróprias, sua reputação poderá sofrer e/ou o Banco pode ficar sujeito a multas, sanções e/ou restrições legais, o que poderia acarretar um efeito adverso nos resultados operacionais, financeiros e perspectivas do Banco.

**O Banco pode não ser capaz de impedir que seus empregados ou terceiros agindo em seu nome se envolvam em situações que se qualificam como corrupção no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, o que poderia expor o Banco a sanções administrativas e judiciais, além de afetar material adversamente seus resultados operacionais e sua situação econômica e financeira.**

O Banco está sujeito a legislação anticorrupção brasileira e legislação anticorrupção nas outras jurisdições em que opera ou participa de transações de âmbito transnacional. Essas leis exigem a adoção de procedimentos de integridade para mitigar o risco de que qualquer pessoa que atue em nome do Banco possa oferecer uma vantagem imprópria a um agente público, a fim de obter benefícios de qualquer tipo.

A legislação transnacional, como a U.S. Foreign Corrupt Practices Act e a U.K. Bribery Act, bem como a legislação brasileira aplicável, exigem, entre outras coisas, a manutenção de políticas e procedimentos destinados a impedir atividades ilegais ou impróprias relacionadas à corrupção em entidades

governamentais e funcionários, a fim de garantir qualquer vantagem comercial e obriga o Banco a manter registros precisos e um sistema de controles internos para garantir a precisão de nossos livros e a prevenção de atividades ilegais.

Se as políticas e procedimentos projetados para impedir suborno e outras práticas corruptas adotados pelo Banco não forem capazes de impedir ações voluntárias ou inadvertidas de administradores, empregados ou terceiros agindo em nome do Banco, que se enquadram nas definições aplicáveis de corrupção, as agências reguladoras aplicáveis têm o poder e autoridade para impor multas e outras penalidades. Além disso, os negócios e a reputação do Banco podem ser afetados se ele figurar como investigado ou como réu em investigações relacionadas à corrupção. A análise pelo Banco das políticas e procedimentos internos de suas contrapartes relevantes em relação aos procedimentos de integridade, assim como os nossos procedimentos de integridade antes de iniciar qualquer negociação, em grande parte, é necessário contar com o cumprimento das regras por essas contrapartes. Tais procedimentos e controles podem não ser completamente eficazes para impedir que as contrapartes usem os relacionamentos estabelecidos com o Banco para praticar atos de corrupção.

Se o Banco estiver envolvido, associado a, ou mesmo acusado de estar associado a práticas corruptas, sua reputação poderá sofrer danos e o Banco ficará sujeitos a multas, sanções e/ou aplicação de penalidades previstas em lei, qualquer uma das quais poderá ter um efeito material adverso nos resultados operacionais, condição financeira e perspectivas do Banco.

**A liquidez e a situação financeira do Banco podem ser adversamente afetadas em consequência de futuras intervenções do Banco Central em outras instituições financeiras brasileiras.**

Bancos brasileiros de médio porte podem sofrer uma redução nos depósitos em razão de determinadas situações e fatos no mercado financeiro brasileiro, principalmente preocupações quanto à saúde financeira dessas instituições. Tal situação pôde ser observada em 2008, quando a crise no mercado americano atingiu de forma severa a disponibilidade de liquidez para os bancos brasileiros originadores de crédito.

Não é possível garantir que o Banco Central não intervirá em outras instituições financeiras. Caso o Banco Central realize uma intervenção, mesmo que em outras instituições financeiras não integrantes de grupo econômico do Banco, o Banco poderá sofrer saques inesperados de recursos que poderão afetar adversamente seus resultados operacionais e condições financeiras.

### **Risco de Liquidez**

Além do controle e mensuração do Risco de Mercado, o Banco está sujeito também ao Risco de Liquidez o qual pode decorrer de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais fatores de risco de liquidez podem ter origem externa ou interna:

**Principais Fatores de riscos externos:**

- Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais;
- Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador;
- Situações do comprometimento de confiança e conseqüentemente da liquidez do sistema;
- Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco do Banco; e
- Escassez de recursos no mercado.

**Principais fatores de riscos internos:**

- Apetite de risco do Banco e definição do nível aceitável de liquidez;
- Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados;
- Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito
- Covenants assumidos pelo Banco: financeiro, econômico e referentes a gestão ambiental;
- Aumento no nível de resgates antecipados das captações ou de operações com cláusula de liquidez imediata ou com carência;
- Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez; e
- Alavancagem.

Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos e

prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto nos médio e longo prazos.

### **Risco de Crédito**

É possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

### **Classificação das Operações**

Para classificação das operações de crédito, o Daycoval utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

### **Modelos de Credit Scoring Daycoval**

São modelos desenvolvidos com abordagem Estatística e utilizados para Classificação de Risco no processo de Concessão de Crédito e utilizados após a aplicação das Políticas de Crédito pré-analisadas e aprovadas.

### **Tesouraria – Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras**

Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, através de análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas.

### **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta por diversas áreas e comitês que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e

legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Banco.

**i. Países estrangeiros onde o emissor atue**

A atuação do Daycoval no exterior está concentrada nas Ilhas Cayman, por meio de sua dependência denominada Banco Daycoval S.A. – Cayman Branch e mudanças adversas que afetem a economia dessa localidade podem impactar os resultados da dependência.

Adicionalmente, alterações na legislação e na regulamentação locais podem afetar a controlada do Banco e, por consequência, afetar seus resultados operacionais e sua situação econômico-financeira.

**As políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos socioambientais e climáticos do Banco podem não ser totalmente eficazes para prevenir e/ou minimizar a sua exposição a riscos não identificados ou imprevistos.**

Clientes, fornecedores e parceiros do Banco podem realizar atividades que gerem danos socioambientais e climáticos, tais como, mas não se limitando, desmatamento ilegal, contaminação de águas e do solo, descarte inadequado de lixo, esgoto e/ou resíduos, caça ou pesca ilegal, uso de mão de obra infantil, uso de mão de obra classificada como análoga à escrava, ou atividades consideradas como fomentadoras, ainda que de forma indireta, da prostituição e/ou do tráfico ou consumo de drogas, entre outras. Estes eventos, se financiados com recursos do Banco, podem afetar negativamente sua imagem, suas operações e indiretamente impactos negativos de difícil mensuração financeira ou gastos decorrentes de ações tomadas em função de algum evento de impacto social, ambiental e climático ocorrido.

O Banco não pode assegurar que seus métodos de controle de crédito ou procedimentos e políticas de gestão de risco socioambiental e climático as respostas aos questionários sejam totalmente fidedignas e que elimine a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais e climáticos, tais como: uso indevido de equipamentos financiados pelo banco, contaminação ou embargo de imóvel garantidor após efetivação da operação de crédito; superendividamento por contratação e operações superior à capacidade de pagamento.

O Daycoval assume a definição de Risco Social, Ambiental e Climático, de acordo com sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC),

como sendo, a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados, à:

**j. Questões sociais**

Risco Social é definido como: a violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

**k. Questões ambientais**

Investir em projetos de clientes pode acarretar impactos socioambientais negativos, os quais, por sua vez, podem ter efeitos adversos em nossos resultados financeiros e imagem institucional.

**l. Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

As mudanças climáticas representam uma preocupação crescente para nosso negócio. As novas regulamentações relacionadas ao clima podem impactar nossas operações e estratégias, levando-nos a considerar os custos financeiros associados aos riscos climáticos.

Os riscos climáticos físicos, decorrentes da intensificação de eventos climáticos extremos, podem afetar a economia global, impactando os preços dos ativos e a lucratividade do setor. Danos a propriedades e operações de nossos clientes podem afetar a qualidade de crédito e resultar em inadimplências, write-offs e reduções no valor de nossos ativos.

**m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores**

**O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente o Banco.**

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal e alta volatilidade nas condições econômicas, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, entre outras, controle de salários e de preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. O Banco não pode prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro.

Inflação descontrolada, significativas variações na taxa de câmbio, instabilidade social e outros eventos políticos, econômicos e diplomáticos, assim como a resposta do Governo Federal a estes eventos, podem afetar negativamente o Banco. Ademais, incerteza referente às diretrizes das políticas econômicas pode

---

contribuir para a falta de confiança e o aumento da volatilidade no mercado de capitais brasileiro, assim como no preço de valores mobiliários dos emissores brasileiros. Não é possível controlar ou prever com alguma certeza, se a aprovação de importante reformas, como a reforma trabalhista, reforma da previdência, reforma política e até a reforma tributária serão suficientes para a recuperação da economia brasileira.

Podem ser adversamente afetados em razão de mudanças nas políticas públicas em nível federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como de outros fatores, tais como:

- Variação nas taxas de câmbio;
  - Avanço no crescimento econômico brasileiro;
  - Ambiente regulatório relacionado às atividades do Banco;
  - Inflação;
  - Redução no nível dos salários e da renda;
  - Políticas de restrição e controle cambial;
  - Aumento na taxa de desemprego;
  - Taxas de juros;
  - Medidas macroeconômicas;
  - Liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de crédito;
  - Inadimplência dos consumidores;
  - Políticas monetárias e fiscais, assim como mudanças no regime tributário;
  - O downgrade do Brasil nas agências de crédito;
  - A queda na confiança do consumidor na indústria;
  - Políticas trabalhistas e de previdência social;
  - Alegações de corrupção contra partidos políticos, civis e outros;
  - Política fiscal e regime tributário; e
-

- Medidas de cunho político, social e econômico que ocorram e que possam afetar o Brasil.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Por exemplo, a deterioração dos governos federais, estaduais e municipais, e os resultados fiscais do governo municipal nos últimos anos levou a um aumento do endividamento bruto inédito, assim como a dívida bruta em relação ao PIB, que levou o Brasil a uma perda na classificação de investimentos em agências de crédito, diminuição na entrada de capital estrangeiro e contribuiu para um nível menor de atividade econômica. Neste cenário, o Governo Federal pode encontrar dificuldades em honrar suas obrigações de pagar as parcelas do crédito deduzidas dos salários dos seus empregados, aumentando nossas provisões de crédito no geral.

O Banco não é capaz de estimar o impacto geral em suas operações e atividades de crédito da macroeconomia brasileira e dos desdobramentos políticos ou das mudanças nas políticas regulatórias econômicas. O Banco também não pode prever como será o futuro das medidas implementadas pelos responsáveis pelas políticas regulatórias que podem impactar suas atividades. Além disso, a atual instabilidade política aumenta o nível de incerteza com relação a políticas econômicas futuras e o Banco não pode prever qual destas políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se estas políticas irão afetar adversamente o Banco ou até a economia brasileira. Qualquer mudança nos requisitos de capital obrigatório, requisitos mínimos ou regulamentações que regem os produtos e serviços do Banco, por exemplo, ou incerteza continuada nas políticas, podem afetar adversamente as atividades do Banco.

### **Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira do Banco e suas controladas.**

O cenário político brasileiro tem historicamente influenciado, e continua influenciando, a performance econômica do país. Crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança do investidor e o público em geral, o que historicamente resultou na desaceleração da economia e agravou a volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

O Brasil passou por política instável, assim como alta volatilidade, como resultado de inúmeras investigações pelo Ministério Público por alegações de lavagem de dinheiro e corrupção, incluindo dentre outras investigações como, a Cui Bono, A Origem, Sepsis, Patmos, Zelotes e Greenfield, assim como a maior delas a Operação Lava Jato. Estas investigações têm impactado negativamente a economia brasileira e o cenário político e tem contribuído para o declínio na confiança no mercado brasileiro.

Como resultado destas investigações, membros do Governo Federal, do legislativo e do funcionalismo público, em conjunto com executivos, e agentes do Estado e do setor privado, estão sendo processados. Adicionalmente, certos indivíduos que foram condenados por variadas acusações de corrupção fizeram acordos de delação premiada com as autoridades e/ou foram resignados ou removidos de suas posições. Estes indivíduos envolvidos nestas atitudes antiéticas e ilegais identificadas durante investigações relevantes alegaram ter aceitado suborno de contratos e feitos entre governos e diversas companhias de infraestrutura, petróleo, gás e construção civil, além de outros crimes cometidos ao longo dos anos. Os lucros obtidos por meio dos subornos alegados financiaram campanhas políticas de partidos políticos, recursos estes que não foram divulgados. Estes recursos ainda eram destinados para enriquecimento de certos indivíduos. O Banco não pode assegurar que qualquer indivíduo ou entidade, direta ou indiretamente, relacionado a nós, sejam empregados, diretores ou fornecedores, incluindo parceiros, fizeram parte desta investigação ou investigações similares.

O potencial resultado da operação Lava Jato assim como as outras investigações são incertas, mas eles têm e já tiveram grande impacto na imagem e reputação das companhias envolvidas, e ainda a percepção geral de mercado da política, economia e do mercado de capitais. Em novembro de 2019, o STF mudou o entendimento sobre a Constituição Federal e deste modo permitiu que os acusados respondessem em liberdade as acusações feitas nas investigações. Como resultado, o presidente à época Luiz Inácio Lula da Silva foi solto da prisão em novembro de 2019.

O Banco não tem nenhum controle sobre as investigações e não pode prever as instabilidades econômicas e políticas que elas podem causar, se por exemplo novas alegações podem ser apresentadas contra agentes do governo e afetar negativamente o Banco. Ademais, os controladores do Banco e algumas de suas afiliadas foram, diretamente ou indiretamente, referidos nas investigações, e o Banco não pode assegurar que o resultado destas investigações ou o desenvolvimento de novas, envolvendo o governo brasileiro, empresas estatais, ou outras companhias afiliadas ao governo não terão um impacto negativo no Banco e no valor de negociação das ações de emissão do Banco.

O Banco não pode garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de ratings de crédito soberano brasileiro pode acarretar num rebaixamento do rating do Banco.

Adicionalmente, o Banco está sujeito aos impactos resultantes das tensões políticas entre Estado Unidos, Irã e Iraque, assim como outras relações de conflito no Oriente Médio. Se houver um agravamento nas tensões e sanções entre Estado Unidos, Irã e Iraque e possivelmente países europeus, o preço do petróleo

---

pode aumentar e por isso afetar commodities e o mercado de energia no Brasil e no mundo, que podem aumentar o custo de operação do Banco e despesas do consumidor e, portanto, afetar adversamente os resultados operacionais e condição financeira do Banco.

Finalmente, essas tensões podem gerar instabilidades políticas e econômicas pelo mundo, afetando diretamente o mercado de ações.

**A inflação e as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar adversamente o Banco.**

No passado, o Brasil apresentou taxas de inflação muito elevadas e algumas medidas adotadas pelo governo brasileiro para controlá-la tiveram efeitos negativos consideráveis na economia brasileira. Em um ambiente externo desfavorável o governo tem adotado medidas que buscam manter a demanda interna aquecida, ao mesmo tempo em que tem adotado políticas de desaceleração suave da economia para reverter a trajetória de alta da inflação.

**A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar adversamente o Banco.**

Em 31 de dezembro de 2024, R\$9.483,8 milhões das captações do Banco eram expressos ou ligados a moedas estrangeiras, principalmente em dólar. A depreciação do real em relação ao dólar aumentará os montantes em reais que são requeridos para pagamento de obrigações contratuais feitas em dólar. Ademais, esta depreciação pode também aumentar a inadimplência nos empréstimos realizados pelos clientes do Banco uma vez que eles teriam que pagar valores maiores em reais para suas dívidas com o Banco expressas ou ligadas em dólar.

A desvalorização do real frente ao dólar também poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, o que poderá afetar adversamente o Banco. Ademais, a desvalorização do real limita, de modo geral, o acesso ao mercado de capitais internacional, podendo provocar intervenção governamental no mercado. Essa intervenção governamental poderia tomar a forma de políticas recessivas. Por outro lado, uma forte valorização do real frente ao dólar poderá afetar adversamente a balança de pagamentos do Brasil. Qualquer dessas hipóteses poderá prejudicar o Banco.

---

---

#### **4.2. Principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1**

---

Os principais fatores de riscos estão relacionados aos itens: a, e, f, g, h.

---

---

### **4.3. Principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

---

#### Riscos de Mercado

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

I. Os principais riscos de mercado aos quais o Daycoval está exposto:

- Risco de Taxa de Juros

Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em:

- a) Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos;
- b) Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva.

- Risco de Taxa de Câmbio

Definido como a sensibilidade do valor das posições em moedas estrangeiras às mudanças no tipo de câmbio.

- Risco de Preço de Valores

Definido como a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos perante movimentos adversos dos preços de mercado dos mesmos. Podem ser classificados em:

- a) Risco genérico ou sistemático: sensibilidade do valor de uma posição a mudanças no nível de preços geral;
- b) Risco específico: sensibilidade do valor não explicada por mudanças no nível de preços geral e relacionada com as características próprias do emissor.

II. Metodologias de gestão de Risco de Mercado:

- Valor em Risco (VaR)
-

---

O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de Trading (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado que, em condições normais de mercado, pode ocasionar uma determinada posição ou carteira, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.

Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação.

- Metodologia Paramétrica

Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições.

- Carteira bancária (Banking Book)

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book) é realizada com base nas seguintes métricas:

- a)  $\Delta$ EVE (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b)  $\Delta$ NII (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

### III. Teste de Estresse:

É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado.

---

---

#### IV. Análise de cenários:

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas;
- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira Trading: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade, em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Trading e Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval.

---

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Trading e Banking para os exercícios sociais de 31 de dezembro de 2024, 2023 e de 2022:

### 2024

Exposições financeiras (em milhares de reais)	Cenários		
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Fatores de Risco</b>			
Pré-fixado	2.501	7.625	12.261
Moedas estrangeiras	(2.640)	(8.746)	(14.564)
Índices de preços	3.325	6.662	9.563
<b>Total Trading</b>	<b>3.186</b>	<b>5.541</b>	<b>7.260</b>
<b>Total Banking</b>	<b>(29.636)</b>	<b>(96.760)</b>	<b>(182.808)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>(26.450)</b>	<b>(91.219)</b>	<b>(175.548)</b>

### 2023

Exposições financeiras (em milhares de reais)	Cenários		
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Fatores de Risco</b>			
Pré-fixado	5.191	11.144	16.630
Moedas estrangeiras	(1.615)	(4.637)	(7.892)
Índices de preços	(523)	(1.137)	(1.702)
<b>Total Trading</b>	<b>3.053</b>	<b>5.370</b>	<b>7.036</b>
<b>Total Banking</b>	<b>(87.125)</b>	<b>(147.911)</b>	<b>(192.957)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>(84.072)</b>	<b>(142.541)</b>	<b>(185.921)</b>

**2022**

Exposições financeiras (em milhares de reais)	Cenários		
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Fatores de Risco</b>			
Pré-fixado	(17.550)	(39.964)	(59.022)
Moedas estrangeiras	(4.077)	(13.243)	(17.158)
Índices de preços	(9)	(18)	(25)
<b>Total Trading</b>	<b>(21.636)</b>	<b>(53.225)</b>	<b>(76.205)</b>
<b>Total Banking</b>	<b>(148.266)</b>	<b>(327.355)</b>	<b>(489.303)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>(169.902)</b>	<b>(380.580)</b>	<b>(565.508)</b>

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$7,03 (R\$/US\$5,51 em 2023 e R\$/US\$6,01 em 2022); (ii) taxa de juros pré-fixada de 17,97%a.a. (12,85%a.a. em 2023 e 16,13%a.a. em 2022); (iii) Ibovespa de 98.632 pontos (110.032 pontos em 2023 e 89.982 pontos em 2022); (iv) cupom cambial de 8,76%a.a. (8,71%a.a. em 2023 e 8,78% a.a. em 2022); e (v) índice de preços de 6,60% (8,16% a.a. em 2023 e 7,57% a.a. em 2022).
- Cenário 2: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$8,78 (R\$/US\$6,89 em 2023 e R\$/US\$7,52 em 2022); (ii) taxa de juros pré-fixada de 22,46% (16,06%a.a. em 2023 e 20,16%a.a. em 2022); (iii) Ibovespa de 73.974 (82.524 pontos em 2023 e 67.486 pontos em 2022); (iv) cupom cambial de 10,95%a.a. (10,89%a.a. em 2023 e 10,98%a.a. em 2022 e); e (v) índice de preços de 8,25%a.a. (10,20% a.a. em 2023 e 9,46% a.a. em 2022).
- Cenário 3: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$10,54 (R\$/US\$8,27 em 2023 e R\$/US\$9,02 em 2022); (ii) taxa de juros pré-fixada de 26,96%a.a. (19,28%a.a. em 2023 e 24,20%a.a. em 2022); (iii)

---

Ibovespa de 49.316 pontos (55.016 pontos em 2023 e 44.990 pontos em 2022);  
(iv) cupom cambial de 13,14%a.a. (13,07%a.a. em 2023 e 13,17%a.a. em 2022); e  
(v) índice de preços de 9,90%a.a. (12,24% a.a. em 2023 e 11,36%a.a. em 2022).

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2024, 2023 e de 2022. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas demonstrações contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Trading e Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

#### V. Backtesting:

A análise de Backtesting fornece a comparação entre uma estimativa de perda/ganho ex-ante e a perda/ganho efetivos. O intuito é avaliar a adequação e eficiência do modelo de risco implementado. Para efeitos de backtesting, utilizam-se perdas/ganhos efetivos para cada unidade de negócio.

---

---

#### **4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros**

---

O Daycoval é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista, no curso normal de seus negócios.

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são reconhecidos, mensurados e divulgados conforme a Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.
- Contingências passivas - São reconhecidos quando derivam de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essas obrigações e que possa ser feita estimativa confiável de seu valor e, também, levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São demandas judiciais que estão sendo contestadas sobre sua legalidade e constitucionalidade que envolvem alguns tributos e contribuições. O montante discutido é identificado, provisionado em sua integralidade e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos.

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como risco de perda provável para o Daycoval, são reconhecidos contabilmente e, em 31 de dezembro de 2024, montam o risco de: (i) obrigações legais e fiscais – R\$ 1.260,5 milhões (R\$2.048,8 milhões em 2023 e R\$1.920,7 milhões em 2022); (ii) ações cíveis –R\$ 219,5 milhões (R\$163,4 milhões em 2023 e R\$139,0 milhões em 2022); e (iii) ações trabalhistas – 23,5 (R\$59,5 milhões em 2023 e R\$55,9 milhões em 2022).

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível, para o Daycoval, não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. As ações cíveis, em 2024, montam o risco aproximado de R\$ 223,1 milhões (R\$75,3 milhões em 2023 e R\$66,3 milhões em 2022).

Em 2024, as ações trabalhistas classificadas como perda possível montam R\$ 0,8 milhão (R\$0,8 milhão em 2023 e R\$0,1 milhão em 2022).

Não foram identificadas evidências de que qualquer contingência judicial ou administrativa atualmente existente, caso tenha seu desfecho caracterizado como desfavorável para o Daycoval, seja capaz de, individualmente ou em conjunto com outros processos, comprometer de maneira relevante nossas atividades ou nossa situação financeira ou resultados operacionais, visto que parte substancial destes processos já está provisionada nas demonstrações financeiras do Daycoval.

Ressaltamos que o Daycoval não é, na data deste Formulário de Referência, parte de processos administrativos, nem de multas, perante estes órgãos, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco ou das empresas integrantes do consolidado.

A seguir destacamos os processos que o Banco julga serem relevantes em razão do seu valor acima de R\$ 100 milhões, individualmente, reiterando que os valores envolvidos se encontram integralmente provisionados:

<b>• CSLL:</b>	<b>Mandado de Segurança Nº 0022320.33.2015.4.03.6100</b>
<b>a) Juízo:</b>	Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça
<b>b) Instância:</b>	3ª Instância
<b>c) Data da instauração:</b>	28 de outubro de 2015
<b>d) Partes do processo:</b>	Banco Daycoval / União Federal - Fazenda Nacional
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	R\$ 186.371 mil – 31 de dezembro de 2024
<b>f) Principais fatos:</b>	Em 2015, o Banco impetrou mandado de segurança alegando a inconstitucionalidade da MP nº 675/2015, convertida na Lei nº 13.169/2015, que majoraram a alíquota da CSLL de 15 para 20% devidas por instituições financeiras e equiparadas. O juiz de primeira instância concedeu parcialmente a segurança que foi reformada em decisão monocrática pelo TRF3, em favor da União, pela existência de jurisprudência do STF. Foram interpostos Recurso Extraordinário (ao STF) e Recurso Especial (ao STJ), que continuam em trâmite.
<b>g) Risco de perda:</b>	Possível
<b>h) Análise de impacto em caso de perda do processo:</b>	Não há impacto relevante sobre o resultado do Daycoval.
<b>i) Valor provisionado, se houver provisão:</b>	R\$ 186.371 mil – 31 de dezembro de 2024

<b>COFINS:</b>	Mandado de Segurança n. 1999.6100.009284-5
<b>a) Juízo:</b>	2º Turma do Supremo Tribunal Federal
<b>b) Instância:</b>	3a. Instância
<b>c) Data da instauração:</b>	9 de março de 1999
<b>d) Partes do processo:</b>	Banco Daycoval / União Federal - Fazenda Nacional
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	R\$ 889.173 mil – 31 de dezembro de 2024
<b>f) Principais fatos:</b>	Em 1999, o Banco impetrou mandado de segurança objetivando recolher a Cofins com base em seu faturamento, não incluindo nesse conceito as receitas financeiras, em razão da inconstitucionalidade do artigo 3º, § 1º da Lei 9.718/98. A decisão de primeira instância foi favorável, mas o TRF3 reformou a sentença e deu total provimento à apelação da União. Foram interpostos Recurso Extraordinário (ao STF) e Recurso Especial (ao STJ). Desde 2011, o RE está sobrestado aguardando o julgamento do RE 609.096-RG/RS (em repercussão geral). Em julgamento da reclamação 12.309 do STF, foi decidido que o período de maio/2009 a dezembro/2014 não está incluído no objeto da ação.
<b>g) Risco de perda:</b>	Provável
<b>h) Análise de impacto em caso de perda do processo:</b>	Não há impacto relevante sobre o resultado do Daycoval.
<b>i) Valor provisionado, se houver provisão:</b>	R\$ 889.173 mil – 31 de dezembro de 2024

<b>PIS:</b>	Mandado de Segurança n. 2000.61.00.011984-3
<b>a) Juízo:</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>b) Instância:</b>	3ª. Instância
<b>c) Data da instauração:</b>	19 de abril de 2000
<b>d) Partes do processo:</b>	Banco Daycoval / União Federal - Fazenda Nacional
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	R\$ 124.672 mil – 31 de dezembro de 2024

<b>f) Principais fatos:</b>	Em 2000, o Banco impetrou mandado de segurança objetivando recolher o PIS com base na Lei complementar 7/70 e inconstitucionalidade do artigo 3º, § 1º da Lei 9.718/98. A decisão de primeira instância foi favorável, mas o TRF3 reformou a sentença e deu total provimento à apelação da União. Foram interpostos Recurso Extraordinário (ao STF) e Recurso Especial (ao STJ). Tendo em vista a pendência de julgamento do RE 609.096-RG/RS (em repercussão geral), o Ministro Marco Aurélio sobrestou os processos.
<b>g) Risco de perda:</b>	Provável quanto ao recolhimento nos termos da LC 7/70 Possível quanto ao §1º do art. 3º.
<b>h) Análise de impacto em caso de perda do processo:</b>	Não há impacto relevante sobre o resultado do Daycoval, pois os valores questionados estão integralmente provisionados.
<b>i) Valor provisionado, se houver provisão:</b>	R\$ 124.672 mil – 31 de dezembro de 2024

Não existem processos trabalhistas e/ou cíveis que individualmente sejam relevantes para o Daycoval.

---

**4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4**

---

O Banco e suas controladas possuem o valor provisionado de R\$ 1.526 milhões para os processos tributários, trabalhistas e cíveis indicados no subitem anterior.

---

---

**4.6. Processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

---

O Daycoval e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes.

---

---

**4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores**

---

Na data deste Formulário de Referência, não havia outras contingências relevantes em andamento não abrangidas pelos itens anteriores.

## **5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos**

### **5.1. Informações sobre riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

---

## **5.2. Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis**

---

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O relatório sobre o sistema de controles internos, emitidos pelos auditores independentes do Banco, em 2024 não apontou qualquer deficiência, risco ou evidência de descumprimento de normas legais e regulamentares que pudesse comprometer de forma significativa a confiabilidade das Demonstrações Contábeis.

Os apontamentos eventualmente discutidos e reportados pelos auditores independentes foram avaliados e julgados pela administração quanto à sua relevância, sendo priorizados na aplicação das medidas corretivas. A implementação de controles internos para mitigar tais deficiências é conduzida pela área de Governança, Riscos e Compliance e, monitorada por essa área e pela alta administração.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Os diretores revisam e analisam os apontamentos contidos no relatório circunstanciado de controles internos, emitido pelos auditores independentes, e acompanham o plano de ação adotado pelas áreas envolvidas objetivando melhorias e mitigação de riscos.

Ressaltamos que não foram identificadas deficiências materiais e/ou significativas que pudessem impactar a preparação e correta apresentação das Demonstrações Contábeis do Banco Daycoval, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

---

---

### **5.3. Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira**

---

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

O Daycoval pauta todas as suas ações nos mais elevados padrões éticos e de governança corporativa. Neste sentido, possuímos um Código de Conduta disponível para consulta no site institucional do Daycoval (<https://ri.daycoval.com.br/pt/governanca-corporativa/politicas-institucionais>), que descreve os padrões básicos esperados e necessários de comportamento para o Grupo Daycoval e devem ser seguidos por todos os colaboradores no desempenho de suas funções profissionais, incluindo as diretrizes anticorrupção.

- I. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

O Código de Conduta estabelece as responsabilidades dos administradores do Banco e de seus colaboradores e disciplina as regras relativas a: (i) conflitos de interesse; (ii) prevenção à lavagem de dinheiro; (iii) preservação e confidencialidade das informações; (iv) relacionamento entre o Banco e seus stakeholders; e (v) Regras Anticorrupção, estabelecendo as diretrizes que deverão ser sempre observadas nesses casos.

A gestão do documento e os atos relacionados são de responsabilidade do Comitê Executivo de Ética, incluindo a proposição de eventuais atualizações quando observados novos conceitos e novas práticas que devem ser aplicadas, exercendo o apoio na arbitragem de dúvidas, conflitos de interpretação ou transgressões cometidas, bem como na aplicação de medidas disciplinares cabíveis, se necessário.

O conteúdo deste documento é dinâmico, sendo revisto, no mínimo anualmente, tendo sua última revisão publicada em fevereiro de 2025.

Cada colaborador assina um termo de ciência do Código de Conduta, no qual se compromete a cumprir integralmente as regras nele descritas e, ao deparar-se com qualquer ação questionável, incluindo indícios de ilegalidade que possam envolver ou afetar o Banco, ou ainda com a

efetiva violação do Código, tem o dever institucional de comunicar prontamente o Comitê Executivo de Ética, independentemente de qualquer juízo individual sobre a qualificação, materialidade ou relevância desta violação.

**II. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O monitoramento a respeito dos procedimentos internos de integridade é realizado no âmbito da estrutura de controles internos adotada pelo Daycoval. Este ambiente é composto por sistemas de informação, indicadores, atividades, rotinas, relatórios, métodos e procedimentos integrados com o objetivo de assegurar o cumprimento das metas, de forma eficiente, eficaz e efetiva, mitigando a exposição aos riscos e garantindo a efetividade das obrigações regulatórias.

A implementação das políticas, regras, procedimentos e práticas referentes aos controles internos, aliada aos investimentos em tecnologia, ao treinamento de colaboradores, à mitigação de eventuais riscos operacionais e aos testes realizados pela área de Governança, Riscos e Compliance e pela Auditoria Interna, propiciam o aprimoramento contínuo dos controles instituídos.

As áreas e os órgãos da administração envolvidos no monitoramento do sistema de controles internos do Banco, suas responsabilidades e o relacionamento entre eles estão descritos abaixo.

**Conselho de Administração**

Deve certificar-se de que os sistemas de controles internos sejam implementados e mantidos de acordo com a regulamentação vigente. Além disso, garantir que a Diretoria Executiva tome as medidas necessárias para identificar, medir, monitorar e controlar os riscos de acordo com os níveis de riscos definido, bem como aprovar e manifestar-se sobre os relatórios de riscos e controles internos submetidos à deliberação do Conselho.

**Comitê de Auditoria**

Deve supervisionar os processos de controles internos e de gestão de riscos, bem como, as atividades da auditoria interna e da auditoria

independente contratada. A composição do Comitê e a descrição de suas funções e responsabilidades estão informadas no documento Regulamento Interno do Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria responde, também, pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, pela efetividade da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela avaliação da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

### **Auditoria Interna e Externa - 3ª Linha de Defesa**

Deve validar a eficácia da governança, o sistema de controles internos, conformidade, mensuração e controle de risco, incluindo as atividades das unidades de negócios, abordando aspectos mínimos relacionados à estrutura organizacional, às estratégias, políticas e procedimentos, sistemas de informação, mantendo à disposição dos órgãos reguladores os papéis de trabalho elaborados.

### **Diretoria Executiva**

Deve garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares, orientando e aprovando os normativos internos, bem como direcionar a implantação e aprimoramento da estrutura de controles internos; e responder aos requerimentos dos órgãos reguladores.

Além disso, deve promover elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos controles internos e o papel e responsabilidade de cada um no processo.

### **Comitê de Governança, Riscos e Compliance**

Deve supervisionar a área de Governança, Riscos e Compliance e assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à disseminação da cultura, implantação da estrutura de controles para mitigação de riscos.

A composição do Comitê, a descrição de suas funções e os detalhamentos das responsabilidades estão informadas no documento Comitê Executivo de Governança, Riscos e Compliance.

### **Área de Governança, Riscos e Compliance - 2ª Linha de Defesa**

Deve auxiliar a Alta Administração na asseguuração da conformidade com a regulamentação vigente e as políticas internas estabelecidas. Neste processo, auxiliar as áreas de negócios a avaliar, implantar e revisar procedimentos e atividades de controle dentro de sua área de competência e responsabilidades, incluindo o suporte na criação e revisão dos instrumentos normativos internos, visando minimizar riscos operacionais com impactos regulatórios e/ou deficiências em controles, entre outros.

Ademais, implantar e aplicar metodologia para realização de testes de controles periódicos, alinhando com as áreas responsáveis a adoção de procedimentos de controle, preventivos e detectivos, dos pontos identificados no tratamento de reportes, nos testes de controle, pelas auditorias, órgãos reguladores, entre outros.

Cabe ainda à área, elaborar relatório periódico, abordando os componentes do sistema de controles internos, bem como pontos de atenção e principais riscos envolvidos, com reporte ao Comitê Executivo de Governança, Riscos e Compliance.

### **Áreas de Negócios - 1ª Linha de Defesa**

São os responsáveis por identificar, gerenciar e reportar riscos identificados ou materializados, bem como por implementar ações para melhoria dos controles, nível de conformidade, disseminar o conhecimento junto aos colaboradores, visando à aderência e comprometimento com as regulamentações e normas internas.

Devem, ainda, manter a autoavaliação periódica dos riscos aos quais estão expostas, adotando controles internos eficazes e procedimentos que mitiguem esses riscos.

Por fim, devem auxiliar a área de Governança, Riscos e Compliance no mapeamento dos riscos e controles associados às suas atividades.

### **III. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- i. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros contratados do Banco e de suas controladas, sem distinção de nível hierárquico, no

desempenho de suas funções profissionais, bem como recomendado no âmbito particular e social. É importante ressaltar que, o termo "colaboradores" abrange empregados, menores aprendizes, estagiários e administradores do Conglomerado.

**ii. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta estabelece que cabe ao Comitê Executivo de Ética avaliar possíveis descumprimentos dos princípios nele estabelecidos, além de exercer o papel de apoio, na arbitragem de dúvidas, conflitos de interpretação ou transgressões cometida, bem como deliberar a respeito da aplicação de consequências, caso necessário.

Na hipótese de violação do Código ou de outras normas internas, podem ser aplicadas as consequências a seguir, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação:

1. Advertência verbal pelo diretor executivo responsável pelo colaborador;
2. Advertência em carta reservada e registro no prontuário do colaborador;
3. Suspensão por 3 (três) dias das atividades laborais; e
4. Desligamento/demissão com ou sem justa causa.

**iii. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta do Banco foi aprovado pela Diretoria Executiva, sendo disponibilizado em <https://ri.daycoval.com.br/pt/governanca-corporativa/politicas-institucionais>.

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**I. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno.

**II. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

A comunicação das situações com indícios de anormalidade e de ilicitude, condutas inapropriadas ou práticas que possam afetar a imagem e a reputação do Conglomerado pode ser realizada pelo público interno ou externo por meio do formulário disponível no sítio eletrônico <https://www.daycoval.com.br/institucional/sobrenos/codigo-conduta/denuncia>, ou ainda, pelo público interno, utilizando as caixas de denúncia instaladas nos andares dos prédios administrativos.

**III. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

É garantida a não retaliação devido a quem, de boa-fé, tenha denunciado uma possível violação ao presente código, às políticas internas e à legislação, sendo assegurada a confidencialidade da identidade do denunciante.

**IV. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

São avaliadas e atendidas internamente pelo Comitê Executivo de Ética e apuradas com absoluto sigilo.

**c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não houve casos confirmados no período.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável.

---

---

**5.4. Alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada**

---

Sem alterações significativas no período.

---

---

### **5.5. Outras informações relevantes**

---

Não há outras informações relevantes relacionadas à Seção 5 que não tenham sido prestadas nos itens anteriores.

## 6. Controle e grupo econômico

### 6.1. Identificação do acionista ou grupo de acionistas controladores

#### Companhia

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total de ações %
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>					
Classe de ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
<b>Rony Dayan</b>					
312.362.938-43	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/03/2020	
Não					
153.189.948	11,57%	65.652.834	11,57%	218.842.782	11,57%
<b>Morris Dayan</b>					
195.131.528-63	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/03/2020	
Não					
389.998.134	29,47%	167.142.060	29,47%	557.140.194	29,47%
<b>Sasson Dayan</b>					
105.410.718-15	Brasileiro naturalizado-SP	Sim	Sim	05/03/2020	
Não					
286.692	0,02%	122.862	0,02%	409.554	0,02%
<b>Salim Dayan</b>					
154.174.598-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/03/2020	
Não					
389.998.134	29,47%	167.142.060	29,47%	557.140.194	29,47%
<b>Carlos Moche Dayan</b>					
252.714.628-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/03/2020	

Não					
389.998.134	29,47 %	167.142.060	29,47%	557.140.194	29,47%
OUTROS					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
ACÇÕES EM TESOURARIA – Data da última alteração: 10/02/2020					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
1.323.471.042	100,000000%	567.201.876	0,000000%	1.890.672.918	100,000000%

---

**6.2. Lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 6.1**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

### 6.3. Descrição da distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	05/03/2020
<b>Quantidade de acionistas pessoas físicas</b>	5
<b>Quantidade de acionistas pessoas jurídicas</b>	0
<b>Quantidade de investidores institucionais</b>	0

#### **Ações em circulação**

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

<b>Quantidade de Ações Ordinárias (unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Quantidade de Ações Preferenciais (unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Quantidade total de Ações</b>	0	0,000000%

---

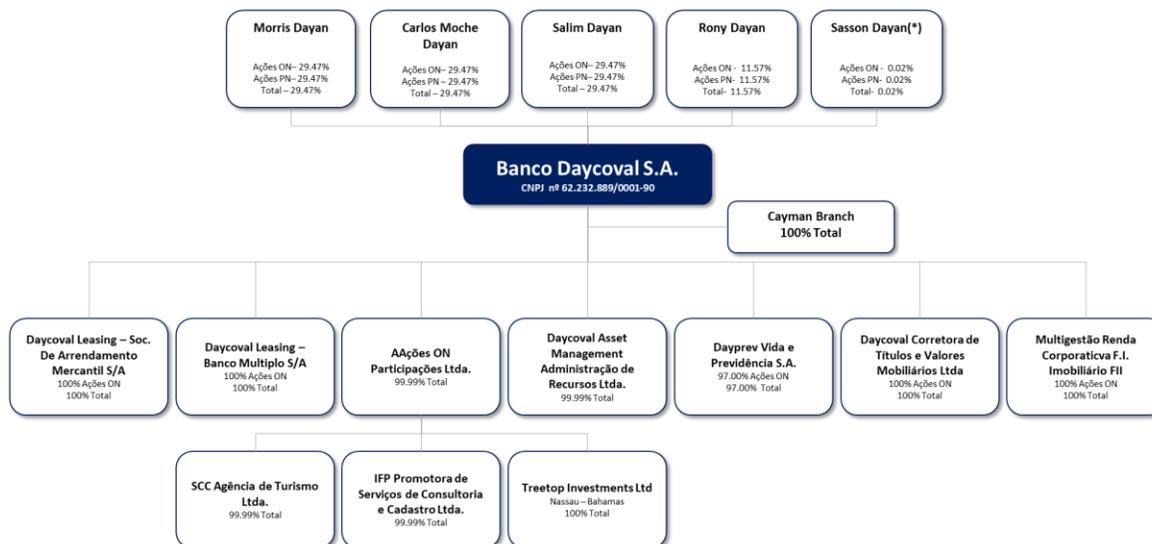
**6.4. Sociedades em que o emissor tenha participação e que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

## 6.5. Organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere

A composição societária e do grupo econômico do Daycoval pode ser melhor compreendida, através do organograma apresentado a seguir, na data-base de 31 de dezembro de 2024, contendo:



---

## **6.6. Outras informações relevantes**

---

Não há outras informações relevantes relacionadas à Seção 6 que não tenham sido prestadas nos itens anteriores.

## 7. Assembleia geral e administração

### 7.1. Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor

**a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

**I. a periodicidade das avaliações e sua abrangência**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**II. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**III. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**d. por órgão:**

**I. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero**

	Feminino	Masculino	Não Binário	Outros	Prefere Responder	Não Responder
<b>Diretoria</b>	3	11	0	0		0
<b>Conselho de Administração – Efetivos</b>	0	7	0	0		0
<b>Conselho de Administração – Suplentes</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica		Não se aplica

<b>Conselho Fiscal Efetivos</b> –	Não se aplica				
<b>Conselho Fiscal Suplentes</b> –	Não se aplica				
<b>Total = 23</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**II. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça**

	<b>Amarelo</b>	<b>Branco</b>	<b>Preto</b>	<b>Pardo</b>	<b>Indígena</b>	<b>Outros</b>	<b>Prefere Não Responder</b>
<b>Diretoria</b>	0	14	0	0	0	0	0
<b>Conselho de Administração – Efetivos</b>	0	7	0	0	0	0	0
<b>Conselho de Administração – Suplentes</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>Conselho Fiscal Efetivos</b> –	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>Conselho Fiscal Suplentes</b> –	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>Total = 23</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

**f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

---

## **7.2. Conselho de administração**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

### 7.3. Administradores e membros do conselho fiscal do emissor

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

<b>Nome</b>	Albert Rouben	<b>CPF</b>	107.342.458-82	<b>Profissão</b>	Bancário	<b>Data de Nascimento</b>	09/06/1965
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Albert Rouben não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor de Crédito	21/06/2024	Sim	03/01/2011

<b>Nome</b>	Alexandre Rhein	<b>CPF</b>	088.014.698-29	<b>Profissão</b>	Engenheiro Eletrônico	<b>Data de Nascimento</b>	27/01/1967
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em Engenharia Eletrônica no ITA em 1992, MBA em Derivativos na USP/BMF em 2010 e em Administração pela FGV em 2000 . Desde 2014 passou a atuar como Diretor de Tecnologia do Banco Daycoval. O Sr. Alexandre Rhein não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor de Tecnologia	21/06/2024	Sim	03/02/2014

<b>Nome</b>	Alexandre Teixeira	<b>CPF</b>	115.748.028-44	<b>Profissão</b>	Administrador	<b>Data de Nascimento</b>	01/08/1968
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em Ciências Contábeis pela Faculdades Metropolitana Unidas - FMU, MBA em Administração de Empresas e planejamento estratégico pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Alexandre Teixeira não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor Comercial – Varejo Financiamento Veículos	21/06/2024	Sim	01/10/2013

<b>Nome</b>	Carla Zeitune	<b>CPF</b>	908.962.207-10	<b>Profissão</b>	Engenheira Química	<b>Data de Nascimento</b>	28/07/1967
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileira. Formada em Engenharia Química em 1989 pela UFRJ. Realizou mestrado em Engenharia de Produção com ênfase em Qualidade em 1992 pela UFRJ. Trabalhou em diversos segmentos como indústria química, medicina diagnóstica, propriedade intelectual, seguros e desde 2010 no mercado financeiro. Atuou no Standard Chartered Bank e BNP Paribas antes do Banco Daycoval. Desde 2019 exerce no Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval o cargo de Head da área de Recursos Humanos. A Sra. Carla não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.</p>						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretora de Recursos Humanos	21/06/2024	Sim	01/01/2022

<b>Nome</b>	Carlos Moche Dayan	<b>CPF</b>	252.714.628-70	<b>Profissão</b>	Economista	<b>Data de Nascimento</b>	09/07/1972
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileiro, formou-se em economia na Universidade de São Paulo ±USP e fez mestrado em administração (MBA) na Fundação Getúlio Vargas ±FGV. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor executivo e de conselheiro no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Carlos Moche Dayan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Moche Dayan ocupa o cargo de diretor nas seguintes sociedades: 1) Dayprev Vida e Previdência S.A.; 2) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda; 3) SCC Agência de Turismo Ltda; e 4) A.C.S. Participações Ltda. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.</p>						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria e Conselho de Administração	30/04/2024 e 28/04/2023	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026 e até a posse dos eleitos na AGO 2025	Outros Conselheiros / Diretores	Eleito como Diretor Executivo em 29/04/2022. É também membro do Conselho de Administração	21/06/2024 e 04/08/2023	Sim	13/01/1998 e 15/04/2013

<b>Nome</b>	Claudinei Aparecido Pedro	<b>CPF</b>	125.061.698-06	<b>Profissão</b>	Administrador de Empresas	<b>Data de Nascimento</b>	18/07/1973
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em Administração de Empresas / Comercio Exterior ±Centro Universitario Santana. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Superintendente Comercial no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Claudinei Aparecido Pedro não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor Comercial Empresas - Regional	21/06/2024	Sim	18/06/2018

<b>Nome</b>	Eduardo Campos Raymundo	<b>CPF</b>	125.889.498-00	<b>Profissão</b>	Advogado	<b>Data de Nascimento</b>	24/04/1971
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em Direito pela Unip e completou diversos cursos de extensão sobre Câmbio, Mercado Financeiro e Gestão de Empresas de Varejo (FGV). Trabalhou no Grupo Confidence Câmbio por 12 anos, onde participou da criação das empresas Confidence Câmbio Turismo e a Confidence Corretora de Câmbio. Atua no Banco Daycoval há mais de 15 anos na área comercial e distribuição dos diversos produtos de câmbio. O Sr. Eduardo Campos não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor de Câmbio Varejo	21/06/2024	Sim	02/10/2017

<b>Nome</b>	Elie Jacques Mizrahi	<b>CPF</b>	223.532.898-94	<b>Profissão</b>	Administrador de Empresas	<b>Data de Nascimento</b>	11/04/1981
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Nos últimos 8 anos exerceu o cargo de Superintendente Comercial no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Elie Jacques Mizrahi não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor Comercial Empresas - Regional	21/06/2024	Sim	18/06/2018

<b>Nome</b>	Erick Warner de Carvalho	<b>CPF</b>	277.646.538-61	<b>Profissão</b>	Economista	<b>Data de Nascimento</b>	06/06/1979
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em economia pela PUC-SP, pós-graduado em finanças pelo IBMEC e FGV. Atua no mercado financeiro desde 2001 e desenvolveu uma carreira sólida nas áreas de produtos e serviços ao mercado de captais. Foi diretor no Citibank e Santander. Em 2019 passou a atuar como Diretor de serviços ao mercado de capitais do Banco Daycoval. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor de Serviços ao Mercado de Capitais	21/06/2024	Sim	01/08/2019

<b>Nome</b>	Gilson Fernandes Ribeiro	<b>CPF</b>	445.919.506-20	<b>Profissão</b>	Administrador de Empresas	<b>Data de Nascimento</b>	04/11/1962
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade do Triângulo (UNITRI). Atua no mercado financeiro desde 1982, passando por diversas instituições financeiras como: Unibanco, BICBANCO, Banco Mercantil do Estado de São Paulo. HSBC, Safra e Banco ABC Brasil. Ingressou no Daycoval em 2011 e em 2023, passou a atuar como Diretor Comercial no Banco						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor Comercial Empresas - Regional	21/06/2024	Sim	02/01/2023

<b>Nome</b>	Gustavo Henrique de Barroso Franco	<b>CPF</b>	541.724.707-34	<b>Profissão</b>	Economista	<b>Data de Nascimento</b>	10/04/1956
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileiro, Bacharel (1979) e Mestre (1982) em Economia pela PUC /Rio de Janeiro, e M. A. (1985) e Ph.D (1986) pela Universidade de Harvard. Nos últimos 5 anos exerceu as seguintes funções: O Sr. Gustavo Henrique de Barroso Franco exerceu o cargo de Diretor das seguintes empresas: (i) RBI Partnership Participações S.A. (anteriormente denominada Rio Bravo Investimentos S.A.); (ii) Rio Bravo Investimentos Ltda.; (iii) Rio Bravo Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; (iv) Rio Bravo Investimentos Holding S.A.; (v) Rio Bravo Asset Management Participações S.A.; e (vi) Rio Bravo Financeiro Participações S.A. É também membro do Comitê de Auditoria da Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Essas empresas não integram o grupo econômico do Daycoval. O Sr. Gustavo Henrique de Barroso Franco exerce os cargos de Diretor e membro do Comitê de Auditoria da Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Nos últimos 5 anos não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo na CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O critério de independência utilizado é o constante no Estatuto Social e legislação vigente.</p>						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a posse dos eleitos na AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		04/08/2023	Sim	22/06/2007

<b>Nome</b>	Maria Beatriz de Andrade Marques Macedo	<b>CPF</b>	286.573.258-45	<b>Profissão</b>	Advogada	<b>Data de Nascimento</b>	07/01/1977
<b>Experiência Profissional</b>	Formada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo ±USP e Doutora em Direito Civil também pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Atua no mercado financeiro desde 2000 e, antes de juntar-se ao Daycoval, em 2018, atuou no Jurídico Consultivo do Grupo Safra, do Banco ABC Brasil e do Unibanco e foi coordenadora da Subcomissão Jurídica de Negócios Bancários da FEBRABAN.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretora Jurídico Consultivo	21/06/2024	Sim	01/01/2022

<b>Nome</b>	Maria Regina Rodrigues Maciel Nogueira	<b>CPF</b>	977.083.998-15	<b>Profissão</b>	Economista	<b>Data de Nascimento</b>	09/09/1956
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileira, formou-se em economia na Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Realizou diversos cursos do Programa de Educação Continuada da Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP com foco no Mercado Financeiro. Atuou em comissões técnicas da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, Assoc. Bras. das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e Associação Brasileira de Bancos - ABBC. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretora no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. A Sra Maria Regina Rodrigues Maciel Nogueira não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que a tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretora de Ouvidoria e Controladoria	21/06/2024	Sim	01/07/2008

<b>Nome</b>	Morris Dayan	<b>CPF</b>	195.131.528-63	<b>Profissão</b>	Operador de Valores	<b>Data de Nascimento</b>	11/02/1969
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileiro, estudou economia e filosofia na Universidade de Jerusalém. Realizou diversos cursos na Bolsa de Mercadorias e Futuros entre 1992 e 1994. Trabalhou no Republic National Bank of New York entre 1991 e 1992. Nos últimos 5 anos exerceu os cargos de Conselheiro, Diretor Executivo, Diretor de Relações com Investidores e de Membro do Comitê de Remuneração, no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Morris Dayan ocupa o cargo de diretor nas seguintes sociedades: 1) Dayprev Vida e Previdência S.A.; 2) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda; 3) SCC Agência de Turismo Ltda; 4) A.C.S. Participações Ltda; e 5) Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.</p>						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria e Conselho de Administração	30/04/2024 e 28/04/2023	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026 e até a posse dos eleitos na AGO 2025	Outros Conselheiros / Diretores	Eleito como Diretor Executivo em 29/04/2022. É também membro do Conselho de Administração	21/06/2024 e 04/08/2023	Sim	13/01/1998 e 15/04/2013

<b>Nome</b>	Nilo Cavarzan	<b>CPF</b>	568.088.018-00	<b>Profissão</b>	Economista	<b>Data de Nascimento</b>	13/04/1949
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Nilo Cavarzan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor Comercial Varejo - Crédito Consignado e Imobiliário	21/06/2024	Sim	03/01/2011

<b>Nome</b>	Paulo Augusto Luz Ferreira Saba	<b>CPF</b>	162.994.678-86	<b>Profissão</b>	Engenheiro	<b>Data de Nascimento</b>	26/08/1974
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileiro, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP e possui MBA em finanças corporativas pela FIPE – FEA – USP. Paulo teve passagens relevantes por instituições como Banco Votorantim, onde atuou por 3 anos; Banco Espírito Santo, no qual esteve por 11 anos e atingiu o cargo de diretor executivo de Tesouraria; e Banco Pine, onde trabalhou por quase 2 anos como diretor responsável pela montagem do banco de investimento. O Sr. Paulo Saba ocupa assento no conselho de administração da ABBC – Associação Brasileira de Bancos além de participar do conselho consultivo do FGC – Fundo Garantidor de Crédito. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.</p>						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Diretor de Relações com Investidores	Diretor de Tesouraria/ Câmbio e Relações com Investidores	21/06/2024	Sim	02/10/2017

<b>Nome</b>	Ricardo Gelbaum	<b>CPF</b>	596.586.907-00	<b>Profissão</b>	Economista	<b>Data de Nascimento</b>	18/08/1956
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em Economia pela Universidade Gama Filho, em 1978, e especializou-se em Administração e Negócios na Fundação Getúlio Vargas. Possui profundo conhecimento do segmento financeiro, tendo atuado por quase 35 anos em diversas instituições, como Iochpe Bankers Trust e ABC ROMA. Foi diretor-executivo do Banco BMG por aproximadamente 10 anos, responsável pela área financeira e foi Diretor Institucional e de Relações com Investidores do Banco Daycoval por 11 anos. Foi presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) por dois mandatos consecutivos. Faz parte da diretoria Executiva da FEBRABAN.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a posse dos eleitos na AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		04/08/2023	Sim	04/08/2023

<b>Nome</b>	Rony Dayan	<b>CPF</b>	312.362.938-43	<b>Profissão</b>	Administrador de Empresas	<b>Data de Nascimento</b>	13/01/1978
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas ± FGV em 2001. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Membro do Conselho de Administração no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Rony Dayan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a posse dos eleitos na AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		04/08/2023	Sim	17/12/2009

<b>Nome</b>	Salim Dayan	<b>CPF</b>	154.174.598-10	<b>Profissão</b>	Engenheiro	<b>Data de Nascimento</b>	26/03/1970
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, formou-se em engenharia de produção na Universidade de São Paulo ±USP. Realizou mestrado em administração (MBA) - executivo em finanças no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais ±IBMEC. Nos últimos 5 anos exerceu os cargos de Conselheiro, Diretor Executivo e de Membro do Comitê de Remuneração, no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Salim Dayan ocupa o cargo de diretor nas seguintes sociedades: 1) Dayprev Vida e Previdência S.A.; 2) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda; 3) SCC Agência de Turismo Ltda; e 4) A.C.S. Participações Ltda.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Diretoria	30/04/2024	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor Executivo e Diretor de Gestão de Riscos	21/06/2024	Sim	13/01/1998

<b>Nome</b>	Sasson Dayan	<b>CPF</b>	105.410.718-15	<b>Profissão</b>	Banqueiro	<b>Data de Nascimento</b>	01/04/1940
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro, iniciou suas atividades profissionais na década de 50, no Líbano, na Casa Bancária Salim A. Dayan, fundada por seu pai. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de: Presidente do Conselho de Administração no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Sasson Dayan ocupa cargos de administração nas seguintes sociedades: 1) Shtar Empreendimentos e Participações Ltda (Diretor Superintendente); 2) Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda (Sócio-Diretor); e 3) A.C.S. Participações Ltda.(Sócio-Diretor).Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que a tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a posse dos eleitos na AGO 2025	Presidente do Conselho de Administração		04/08/2023	Sim	22/06/2007

<b>Nome</b>	Sergio Alexandre Figueiredo Clemente	<b>CPF</b>	373.766.326-20	<b>Profissão</b>	Engenheiro	<b>Data de Nascimento</b>	07/06/1959
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileiro. Bacharel em Engenharia Mecânica pela PUC de Minas Gerais, MBA em Finanças pelo IBMEC e com longa carreira no setor financeiro, exerceu nos últimos anos o cargo de Vice Presidente Executivo no Bradesco onde foi responsável pela Área de Relacionamento com Empresas Pessoa Jurídica, Área Internacional, Banco de Investimentos, Corretoras, Gestão de Recursos e Private. Nos últimos 5 anos não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo na CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O critério de independência utilizado é o constante no Estatuto Social e legislação vigente.						
<b>Órgãos da Administração</b>							
<b>Órgão da Administração</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Cargo efetivo ocupado</b>	<b>Descrição do outro cargo/função</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a posse dos eleitos na AGO de 2025	Conselho de Adm.  Independente (Efetivo)		04/08/2023	Sim	01/11/2017

#### 7.4. Informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

<b>Nome</b>	Carla Zeitune Pimentel dos Santos	<b>CPF</b>	908.962.207-10	<b>Profissão</b>	Engenheira Química	<b>Data de Nascimento</b>	28/07/1967		
<b>Experiência Profissional</b>	Brasileira. Formada em Engenharia Química em 1989 pela UFRJ. Realizou mestrado em Engenharia de Produção com ênfase em Qualidade em 1992 pela UFRJ. Trabalhou em diversos segmentos como indústria química, medicina diagnóstica, propriedade intelectual, seguros e desde 2010 no mercado financeiro. Atuou no Standard Chartered Bank e BNP Paribas antes do Banco Daycoval. Desde 2019 exerce no Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval o cargo de Head da área de Recursos Humanos. A Sra. Carla não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.								
<b>Comitês</b>									
<b>Tipo de Comitê</b>	<b>Tipo auditoria</b>	<b>Cargo ocupado</b>	<b>Data posse</b>	<b>Prazo mandato</b>	<b>Descrição de outros comitês</b>	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)		Até a posse dos nomeados em RCA a ser realizada até 30 de abril de 2027		Diretora de Recursos Humanos	29/04/2022	Sim	23/12/2020

<b>Nome</b>	Carlos Moche Dayan	<b>CPF</b>	252.714.628-70	<b>Profissão</b>	Economista	<b>Data de Nascimento</b>	09/07/1972		
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileiro, formou-se em economia na Universidade de São Paulo ±USP e fez mestrado em administração (MBA) na Fundação Getúlio Vargas ±FGV. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor executivo e de conselheiro no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Carlos Moche Dayan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Moche Dayan ocupa o cargo de diretor nas seguintes sociedades: 1) Dayprev Vida e Previdência S.A.; 2) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda; 3) SCC Agência de Turismo Ltda; e 4) A.C.S. Participações Ltda. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.</p>								
<b>Comitês</b>									
<b>Tipo de Comitê</b>	<b>Tipo auditoria</b>	<b>Cargo ocupado</b>	<b>Data posse</b>	<b>Prazo mandato</b>	<b>Descrição de outros comitês</b>	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)		Até a posse dos nomeados em RCA a ser realizada até 30 de abril de 2027			29/04/2022	Sim	29/04/2022

<b>Nome</b>	Eduardo Mormino	<b>CPF</b>	112.869.858-70	<b>Profissão</b>	Administrador de Empresas	<b>Data de Nascimento</b>	24/05/1969		
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileiro. Formou-se em Administração de Empresas ±Unisanta, Pós-Graduado em Análise de Sistemas pela FCP/ETF de São Paulo e MBA em Economia do Setor Financeiro pela FIPE/USP. Possui 36 anos de experiência profissional, sendo 09 anos no FGC ±Fundo Garantidor de Créditos, 09 anos no Banco ABN AMRO Real, 01 ano na AIG Group, 14 anos no Itaú Unibanco e 02 anos em Auditoria Externa e Consultoria. . Essa unidade não é integrante o grupo econômico do Daycoval e não é controlada por nenhum de seus acionistas que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. O Sr. Eduardo Mormino não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.</p>								
<b>Comitês</b>									
<b>Tipo de Comitê</b>	<b>Tipo auditoria</b>	<b>Cargo ocupado</b>	<b>Data posse</b>	<b>Prazo mandato</b>	<b>Descrição de outros comitês</b>	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	15/09/2022	15/07/2027			24/05/2022	Sim	24/05/2022

<b>Nome</b>	Reinaldo Cesar Filipovitch Lopes Molina	<b>CPF</b>	115.607.358-80	<b>Profissão</b>	Contador	<b>Data de Nascimento</b>	11/06/1971		
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileiro, Bacharel em Contabilidade pelas Faculdades Oswaldo Cruz (São Paulo) em 1982. Nos últimos 5 anos, exerceu o cargo de diretor associado da Matsubara amp; Associados, sendo responsável pela área tributária. A empresa Matsubara amp; Associados não integra o grupo econômico do Daycoval e não é controlada por nenhum de seus acionistas que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. O Sr. José Ferreira da Silva não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos</p>								
<b>Comitês</b>									
<b>Tipo de Comitê</b>	<b>Tipo auditoria</b>	<b>Cargo ocupado</b>	<b>Data posse</b>	<b>Prazo mandato</b>	<b>Descrição de outros comitês</b>	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	19/06/2024	Até 15/07/2027			15/04/2024	Sim	15/04/2024

<b>Nome</b>	Raiana De Oliveira Carias	<b>CPF</b>	441.413.288-63	<b>Profissão</b>	Administradora de Empresas	<b>Data de Nascimento</b>	12/04/1994		
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileiro, formou-se em economia na Universidade de São Paulo ±USP e fez mestrado em administração (MBA) na Fundação Getúlio Vargas ±FGV. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor executivo e de conselheiro no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Carlos Moche Dayan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Moche Dayan ocupa o cargo de diretor nas seguintes sociedades: 1) Dayprev Vida e Previdência S.A.; 2) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda; 3) SCC Agência de Turismo Ltda; e 4) A.C.S. Participações Ltda. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.</p>								
<b>Comitês</b>									
<b>Tipo de Comitê</b>	<b>Tipo auditoria</b>	<b>Cargo ocupado</b>	<b>Data posse</b>	<b>Prazo mandato</b>	<b>Descrição de outros comitês</b>	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)		Até a posse dos que foram eleitos em RCA a ser realizada até 30 de abril de 2027.			29/04/2022	Sim	29/04/2022

<b>Nome</b>	Rony Dayan	<b>CPF</b>	312.362.938-43	<b>Profissão</b>	Administradora de Empresas	<b>Data de Nascimento</b>	13/01/1978		
<b>Experiência Profissional</b>	<p>Brasileiro, formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas ±FGV em 2001. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Membro do Conselho de Administração no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Rony Dayan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.</p>								
<b>Comitês</b>									
<b>Tipo de Comitê</b>	<b>Tipo auditoria</b>	<b>Cargo ocupado</b>	<b>Data posse</b>	<b>Prazo mandato</b>	<b>Descrição de outros comitês</b>	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Data de início do primeiro mandato</b>
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	15/09/2022	15/07/2027		Membro do Conselho de Administração	24/05/2022	Sim	24/05/2022

---

**7.5. Informações sobre a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**7.6. Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**7.7. Disposições de acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

---

---

### **7.8. Outras informações relevantes**

---

Não há outras informações relevantes relacionadas à Seção 7 que não tenham sido prestadas nos itens anteriores.

## **8. Remuneração dos administradores**

### **8.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

## 8.2. Remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total para o exercício social - 31/12/2024- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	14	0	21
Número de membros remunerados	7	14	0	21
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$ 40.447.288,80	R\$ 59.078.119,92	0,00	R\$ 99.525.408.72
Benefícios direto e indireto	R\$ 542.500,52	R\$ 1.176.154,71	0,00	R\$ 1.718.655.23
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	-	-	-	-
<b>Total de remuneração</b>	R\$ 40.989.789,32	R\$ 60.254.274,63	0,00	R\$ 101.244.063,95

<b>Remuneração total para o exercício social - 31/12/2023- Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	15	0	22
Número de membros remunerados	7	15	0	22
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$ 38.984.392,80	R\$ 56.531.161,05	0,00	R\$ 95.515.553,85
Benefícios direto e indireto	R\$ 520.039,79	R\$ 1.076.846,15	0,00	R\$ 1.596.885,95
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	-	-	-	-
<b>Total de remuneração</b>	R\$ 39.504.432,59	R\$ 57.608.007,20	0,00	R\$ 97.112.439,80

<b>Remuneração total para o exercício social - 31/12/2022- Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6	14	0	20
Número de membros remunerados	6	14	0	20
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$ 38.879.392,80	R\$ 53.199.582,24	0,00	R\$ 93.473.286,57
Benefícios direto e indireto	R\$ 453.394,67	R\$ 940.916,86	0,00	R\$ 1.394.311,53
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	-	-
<b>Total de remuneração</b>	R\$ 39.332.787,47	R\$ 54.140.499,10	0,00	R\$ 93.473.286,57

---

### **8.3. Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

#### **8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.5. Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.6. Informações sobre opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.9. Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.10. Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

---

### **8.11. Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - método de precificação do valor das ações e das opções**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.13. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

---

#### **8.14. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**8.16. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

### 8.17. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração - %				Diretoria Estatutária - %			
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração Fixa	97,95	98,19	97,32	41,50	19,26	18,55	19,37	55,05
Remuneração Variável	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor total por órgão</b>	<b>97,95</b>	<b>98,19</b>	<b>98,47</b>	<b>41,52</b>	<b>19,26</b>	<b>18,55</b>	<b>19,43</b>	<b>55,08</b>

---

**8.18. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

---

**8.19. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

---

Não aplicável

---

---

**8.20. Outras informações relevantes**

---

<b>Exercício Social 2024</b>				
Conselho Administração			Diretoria	
Mês	Nº Membros	Nº de membros remunerados	Nº Membros	Nº de membros remunerados
jan/23	7	7	14	14
fev/23	7	7	14	14
mar/23	7	7	14	14
abr/23	7	7	14	14
mai/23	7	7	14	14
jun/23	7	7	14	14
jul/23	7	7	14	14
ago/23	7	7	14	14
set/23	7	7	14	14
out/23	7	7	14	14
nov/23	7	7	14	14
dez/23	7	7	14	14

## 9. Auditores

### 9.1.e 9.2. Identificação e remuneração dos auditores independentes

<b>Possui auditor?</b>	Sim
<b>Código CVM</b>	385-9
<b>Tipo de auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão Social</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ do auditor</b>	49.928.567/0001-11
<b>Período da prestação de serviço</b>	29/06/2021
<b>Descrição do serviço contratado</b>	<p>Serviços de Auditoria: a.1) Exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Daycoval e exame das demonstrações financeiras do: (i) Daycoval Leasing - Bco. Múltiplo S.A., (ii) Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (iii) Dayprev - Vida e Previdência S.A., (iv) Daycoval Asset Management Adm. de Recursos Ltda; (v) ACS Participações Ltda; (vi) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.; a.2) Exame das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução CMN nº 4.911, Resolução BCV nº146 e regulamentações complementares, semestral e anual; a.3) Exame das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); a.4) Elaboração de relatório circunstanciado sobre a adequação de procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações financeiras da Dayprev Vida e Previdência e relatório circunstanciado contendo deficiências de controles internos, se houver, no contexto da norma de auditoria brasileira NBC TA 265, para as empresas Dayprev Vida e Previdência, Daycoval Asset Management Adm de Recursos Ltda, ACS Participações Ltda e IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.; a.5) Revisão especial das Informações Trimestrais - ITR (CVM); a.6) Revisão especial dos critérios adotados pelo Daycoval quanto à classificação das operações de crédito por nível de risco e quanto à adequação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras, em atendimento à Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999; a.7) Revisão dos questionários trimestrais da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para a Dayprev Vida e Previdência S.A.; a.8) Realização de procedimentos previamente acordados estabelecidos no Comunicado Técnico IBRACON nº 01/06, de acordo com os procedimentos requeridos pela Circular SUSEP nº 432/2021, para a elaboração dos respectivos relatórios circunstanciados; a.9) Procedimentos e relatório de Asseguração Limitada estabelecidos pela Resolução CVM nº 21/2021 sobre procedimentos estabelecidos pela administração para atender ao requerimento de valores mínimos de patrimônio líquido e recursos mantidos em disponibilidades pela Daycoval Asset Management; a.10) Relatório de cumprimento de cláusulas e compromissos contratuais relativos aos empréstimos – Financial Covenants IAIC; a.11) Revisão e relatório de procedimentos e relatórios dos controles internos das operações de cessão de crédito entre as instituições participantes da C3 Registradora conforme Circular BACEN nº 3.743, de 8 de janeiro de 2015</p>

	e manual de operações da C3 Registradora; a.12) Realização de procedimentos previamente acordados relacionados à regularidade das operações de crédito garantidas (com recursos próprios, de terceiros, e com repasses do BNDES) pelo FGI PEAC, com relação à contratação, solicitações de honra, recuperação de valores honrados, leilão dos valores honrados e risco de operação de crédito; a.13) Realização de procedimentos previamente acordados relacionados à regularidade das operações de crédito garantidas (com recursos próprios e com recursos do Fungetur) pelo FGO Pronampe com relação à contratação, solicitações de honra, recuperação de valores honrados, leilão dos valores honrados e risco de operação de crédito.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	No ano de 2024, foram pagos (i) R\$3.146.260,55 em relação a auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais), (ii) R\$399.105,56 em relação a outros serviços relacionados a auditoria, Relatório de Asseguração Limitada (CVM-21), Relatório de cumprimento de cláusulas e compromissos contratuais relativos aos empréstimos - Financial Covenants IAIC; Relatório FGI - PEAC e Relatório FGO – Pronampe.
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

<b>Nome responsável técnico</b>	<b>DATA INICIO_ATUACAO</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Vanderlei Minoru Yamashita	04/01/2021	130.348.648-25	Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, VILA SÃO FRANCISCO, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (011) 51861000, e-mail: vayamashita@deloitte.com

---

**9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores**

---

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Contábeis do Banco e suas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Contábeis pelos seus auditores independentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Daycoval e suas controladas, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

---

---

#### **9.4. Outras informações relevantes**

---

Não há outras informações relevantes relacionadas à Seção 9 que não tenham sido prestadas nos itens anteriores.

## 10. Recursos humanos

### 10.1. Descrição dos recursos humanos

- a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:

#### I. identidade autodeclarada de gênero

	F	M	Total Geral
Liderança	257	385	641
Não Liderança	1.716	1.495	3.211
<b>Total Geral</b>	<b>1.973</b>	<b>1.873</b>	<b>3.852</b>

#### II. identidade autodeclarada de cor ou raça

	Amarela	Branco	Indígena	Parda	Preto	Total Geral
Liderança	10	514	1	90	26	641
Não Liderança	63	2.089	6	813	240	3.211
<b>Total Geral</b>	<b>73</b>	<b>2.603</b>	<b>7</b>	<b>903</b>	<b>266</b>	<b>3.852</b>

#### III. faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos	Total Geral
Liderança	24	447	170	641
Não Liderança	927	1.975	309	3.211
<b>Total Geral</b>	<b>951</b>	<b>2.422</b>	<b>479</b>	<b>3.852</b>

#### IV. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

	CENTRO OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	Total Geral
Liderança	19	28	7	555	32	641
Não Liderança	107	127	34	2.788	165	3.211
<b>Total Geral</b>	<b>126</b>	<b>155</b>	<b>41</b>	<b>3.333</b>	<b>197</b>	<b>3.852</b>

	F	M	Total Geral
CENTRO OESTE	82	44	126
NORDESTE	97	58	155
NORTE	26	15	41
SUDESTE	1.666	1.667	3.333
SUL	102	95	197
<b>Total Geral</b>	<b>1.973</b>	<b>1.879</b>	<b>3.852</b>

<b>Rótulos de Linha</b>	<b>Amarela</b>	<b>Branco</b>	<b>Indígena</b>	<b>Parda</b>	<b>Preto</b>	<b>Total Geral</b>
CENTRO OESTE	1	67	-	54	4	126
NORDESTE	3	88	-	53	11	155
NORTE	1	12	-	24	4	41
SUDESTE	68	2.272	7	747	239	3.333
SUL	-	164	-	25	8	197
<b>Total Geral</b>	<b>73</b>	<b>2.633</b>	<b>7</b>	<b>903</b>	<b>266</b>	<b>3.852</b>

<b>Rótulos de Linha</b>	<b>Abaixo de 30 anos</b>	<b>De 30 a 50 anos</b>	<b>Acima de 50 anos</b>	<b>Total Geral</b>
CENTRO OESTE	23	93	10	126
NORDESTE	23	109	23	155
NORTE	13	20	8	41
SUDESTE	849	2.087	397	3.333
SUL	43	113	41	197
<b>Total Geral</b>	<b>951</b>	<b>2.422</b>	<b>479</b>	<b>3.852</b>

**b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c. índice de rotatividade**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

**10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

---

### **10.3. Descrição das políticas e práticas de remuneração dos empregados**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

---

#### **10.4. Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

---

### **10.5. Outras informações relevantes**

---

Não há outras informações relevantes relacionadas à Seção 10 que não tenham sido prestadas nos itens anteriores.

## **11. Transações com partes relacionadas**

### **11.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

## 11.2. Transações com partes relacionadas

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	31/12/2024	4.961.485,02	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	31/12/2024	96.734.078,58	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 16/08/2028 e 11/10/2028	SIM	103% CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito a prazo						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	31/12/2024	233.717.354,79	O mesmo	O mesmo	21/12/2026	SIM	100% CDI + 1,05%
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Letras Financeiras						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	31/12/2024	2.102.698,02	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Despesas de comissões						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Operação bancária						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
SCC Agência de Turismo Ltda.	31/12/2024	9.779,06	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
SCC Agência de Turismo Ltda.	31/12/2024	2.429.706,82	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 27/08/2025 e 24/11/2027	SIM	105% a 106% CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito a prazo						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
SCC Agência de Turismo Ltda.	31/12/2024	14.574.281,83	O mesmo	O mesmo	27/08/2025	SIM	taxa pré-fixada em 9,10%
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito a prazo						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Letras financeiras						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Treetop Investments Ltd.	31/12/2024	19.830.813,50	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta no exterior						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Daycoval Leasing - Soc. De Arrendamento Mercantil S.A.	31/12/2024	67.275,34	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta no exterior						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Dayprev Vida e Previdência S.A.	31/12/2024	26.325,97	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Daycoval Asset Management Ltda.	31/12/2024	43.522,20	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Daycoval Asset Management Ltda.	31/12/2024	1.137.992,98	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 30/05/2025 a 17/12/2025	SIM	108% a 110% CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito a prazo						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
ACS Participações Ltda.	31/12/2024	13.448,12	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
ACS Participações Ltda.	31/12/2024	49.418.618,73	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 21/08/2028 a 11/12/2028	SIM	103% CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito a prazo						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
ACS Participações Ltda.	31/12/2024	300.231.324,32	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 02/09/2026 a 03/04/2034	SIM	103,5% a 110% CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Letras financeiras						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Multigestão Renda Corporativa F.I. Imobiliário FII	31/12/2024	1.574,36	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Multigestão Renda Corporativa F.I. Imobiliário FII	31/12/2024	12.365,21	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Taxas de administração						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	n.a.						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Operação bancária						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Multigestão Renda Corporativa F.I. Imobiliário FII	31/12/2024	2.473,08	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Taxas de escrituração						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	n.a.						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Operação bancária						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	31/12/2024	663.939,38	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	31/12/2024	77.867.430,92	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 02/01/2025 a 03/01/2032	SIM	100%CDI + 9,74% a 12,46%
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Derivativo						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Operação de swap						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	31/12/2024	2.220.972.675,74	O mesmo	O mesmo	07/01/2025 a 17/07/2030	SIM	100% CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósitos interfinanceiros						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicações de disponibilidade de caixa						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	31/12/2024	12.124.362,39	O mesmo	O mesmo	Indefinida	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

<b>Parte Relacionada</b>	<b>Data da Transação</b>	<b>Montante envolvido (R\$)</b>	<b>Saldo existente (R\$)</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrada</b>
--------------------------	--------------------------	---------------------------------	------------------------------	-----------------------	----------------	---	------------------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas jurídicas	31/12/2024	63.516.657,76	O mesmo	O mesmo	De 3 meses a 5 anos	SIM	
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas jurídicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Operações de crédito						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	n.a.						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Capital de giro, garantias financeiras prestadas e financiamentos						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas jurídicas	31/12/2024	1.076.299,18	O mesmo	O mesmo	Indefinida		0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas jurídicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas jurídicas	31/12/2024	107.924.409,97	O mesmo	O mesmo	09/01/2025 a 15/03/2030		95,5% a 106% CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas jurídicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito a prazo						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas jurídicas	31/12/2024	172.962,99	O mesmo	O mesmo	28/09/2026 a 27/09/2027		11,85% a 12,25%
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas jurídicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Letras Financeiras						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas jurídicas	31/12/2024	726.218.885,019	O mesmo	O mesmo	Indefinida		135% a 150% CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas jurídicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Letras Financeiras Subordinadas						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas físicas	31/12/2024	119.484,10	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 18/19/2025 a 10/03/2026		CDI + 10,29 % a 13,76%
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas físicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Derivativo						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	n.a.						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Operação de swap						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas físicas	31/12/2024	960.420,86	O mesmo	O mesmo	De 3 meses a 3 anos		0
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas físicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Operações de crédito						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	n.a.						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Empréstimos, cartão de crédito						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas físicas	31/12/2024	3.556.155,50	O mesmo	O mesmo	Indefinida		0
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas físicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito à vista						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Depósito à vista						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas físicas	31/12/2023	335.256.903,24	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 02/01/2024 e 30/07/2030		100% a 112,5% CDI e taxa pré fixada de 6,42% a 15%
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas físicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Depósito a prazo						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas físicas	31/12/2024	87.507.197,15	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 18/03/2025 e 03/04/2034		121% a 135% CDI e taxa pré fixada de 0,90% a 16,5%
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas físicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Letras Financeiras						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas físicas	31/12/2024	69.255.380,47	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 13/01/2025 e 23/12/2027		94% a 107% CDI e taxa pré-fixada de 5,41% a 14,80%
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas físicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Letras de Crédito do Agronegócio						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas físicas	31/12/2024	43.412.747,45	O mesmo	O mesmo	Vencimentos entre 03/01/2025 e 03/12/2029		95% a 105% CDI e taxa pré-fixada de 6,7% a 13,8%
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas físicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Letras de Crédito Imobiliário						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
-------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------	----------------	---------	------------------------------------	-----------------------

Demais partes relacionadas - Pessoas físicas	31/12/2024	301.105.600,64	O mesmo	O mesmo	Indefinida		140% CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Pessoas físicas ligadas						
<b>Objeto contrato</b>	Letras Financeiras Subordinadas						
<b>Garantia e seguros</b>	n.a.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Resgate						
<b>Natureza e razão para a operação (quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida)</b>	Aplicação financeira						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

---

### **11.3. Outras informações relevantes**

---

De acordo com as definições do Pronunciamento CPC nº 05 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 94/22, as “demais partes relacionadas pessoas físicas”, referem-se a membros da família dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios desses membros com a entidade e incluem: (a) os filhos da pessoa, cônjuge ou companheiro(a); (b) os filhos do cônjuge da pessoa ou de companheiro(a); e (c) dependentes da pessoa, de seu cônjuge ou companheiro(a).

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 11 do Formulário de Referência.

## 12. Capital social e valores mobiliários

### 12.1. Informações sobre o capital social

<b>Data da aprovação ou autorização</b>	<b>Valor do Capital (R\$)</b>	<b>Prazo para integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Quantidade total de ações</b>
<b>Tipo de capital</b> 05/03/2020	<b>Capital emitido</b> 3.557.259.798,92	Totalmente Integralizado	1.323.471.042	567.201.876	1.890.672.918
<b>Tipo de capital</b> 05/03/2020	<b>Capital subscrito</b> 3.557.259.798,92	Totalmente Integralizado	1.323.471.042	567.201.876	1.890.672.918
<b>Tipo de capital</b> 05/03/2020	<b>Capital integralizado</b> 3.557.259.798,92	Totalmente Integralizado	1.323.471.042	567.201.876	1.890.672.918
<b>Tipo de capital</b> 05/03/2020	<b>Capital Autorizado</b> -	-	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000

---

**12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:**

---

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**12.3. Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Identificação</b>	14ª EMISSÃO DE LETRAS FINANCEIRAS
<b>Quantidade</b>	20.000 (vinte mil) Letras Financeiras, sendo: (i) 5.690 Letras Financeiras alocadas na 1ª série; (ii) 8.553 Letras Financeiras alocadas na 2ª série; e (iii) 5.757 Letras Financeiras alocadas na 3ª série.
<b>Valor Nominal Global</b>	R\$ 1.000.000.000,00, sendo: (i) R\$ 284.500.000,00 alocadas na 1ª série; (ii) R\$ 427.650.000,00 alocadas na 2ª série; e (iii) R\$ 287.850.000,00 alocadas na 3ª série.
<b>Data de emissão</b>	18 de março de 2024
<b>Saldo devedor em aberto</b>	R\$ 1.091.219.393,66
<b>Restrição à circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor</b>	Não
<b>Condições</b>	-
<b>Efeito sobre o Capital Social</b>	-
<b>Possibilidade de Resgate</b>	Não
<b>Hipóteses</b>	-
<b>Fórmula de cálculo do valor do resgate</b>	-
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>Nas hipóteses previstas, em que haja a necessidade da autorização formal dos titulares de Letras Financeiras em Circulação para a realização de qualquer ato ou negócio jurídico nos termos do presente Instrumento e/ou caso titulares de Letras Financeiras que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Letras Financeiras em Circulação, tenha(m) interesse em se reunir com os demais para discutir assunto de interesse comum, o Agente responsável pelos valores mobiliários deverá convocar espontaneamente ou mediante solicitação dos titulares das Letras Financeiras, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da respectiva solicitação encaminhada, por escrito, uma reunião dos titulares de Letras Financeiras (Assembleias de Credores).</p> <p>Qualquer alteração ou modificação (i) aos quóruns qualificados previstos no instrumento dos Termos e Condições da 7ª emissão; e (ii) nos Eventos de Pagamento e Eventos de Revisão, deverá ser aprovada por titulares de Letras Financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Letras Financeiras em Circulação, em primeira ou em segunda convocação.</p> <p>A aprovação em Assembleia de Credores de matéria que implique ou possa implicar na alteração e/ou modificação dos termos e condições referentes aos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 1ª Série e/ou dos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 2ª Série, dos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 3ª Série e/ou dos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 4ª Série, conforme o caso, e a Data de Vencimento, previstos no instrumento da Oferta, devem necessariamente ser aprovada, em qualquer convocação, pelos votos favoráveis de titulares de Letras Financeiras que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Letras Financeiras da respectiva Série em Circulação, reunidos em Assembleia de Credores realizada separadamente entre os titulares de Letras Financeiras em Circulação da respectiva Série.</p> <p>As deliberações tomadas pelos titulares das Letras Financeiras, no âmbito de sua competência legal, observados os quórum estabelecidos no Instrumento da Oferta, são existentes, válidas e eficazes perante o Emissor e obrigam a todos os titulares das Letras Financeiras, presentes e futuros, independentemente de terem comparecido ou do voto proferido nas respectivas Assembleias de Credores, observado, no que forem aplicáveis, as disposições referentes ao regimento do condomínio civil previsto nos artigos 1.314 a 1.326 do Código Civil, o qual permanecerá indiviso até que se verifique a liquidação integral das Letras Financeiras.</p>
<b>quando os valores mobiliários forem de dívida</b>	

<b>Vencimento</b>	(i) 1ª série: 28 de março de 2026; (ii) 2ª série: 18 de março de 2027; e (iii) 3ª série: 18 de março de 2028
<b>Juros</b>	(i) 1ª série: 100% (cem por cento) da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (ii) 2ª série: 100% (cem por cento) da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano; e (iii) 3ª série: 100% (cem por cento) da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 1,00% (um inteiro por cento) ao ano.
<b>Garantia</b>	não aplicável, uma vez que as Letras Financeiras são da espécie quirografária, não contando com quaisquer garantias, sejam reais ou pessoais
<b>Restrições</b>	Não
<b>Agente Fiduciário</b>	Banco Daycoval S.A.

---

**12.4. Número de titulares de cada tipo de valor mobiliário descrito no item 12.3, conforme apurado no final do exercício anterior**

---

<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Pessoas Físicas</b>	<b>Pessoas Jurídicas</b>	<b>Investidores Institucionais</b>
Letras Financeiras	0	0	60

---

---

### **12.5. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação**

---

As Letras Financeiras da 7ª emissão são registradas, para negociação no mercado secundário, na B3.

---

---

**12.6. Informações sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

---

Não aplicável

## 12.7. Títulos emitidos no exterior

<b>Identificação do título, indicando a jurisdição</b>	Euro Medium-Term Note
<b>Quantidade</b>	-
<b>Valor nominal global</b>	USD 2.000.000.000,00
<b>Data de emissão</b>	5 de dezembro de 2024
<b>Saldo devedor em aberto</b>	-
<b>Restrições à circulação</b>	Estados Unidos, Área Económica Europeia, Reino Unido, Brasil, Ilhas Cayman e outras certas jurisdições
<b>Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor</b>	-
<b>Condições</b>	-
<b>Efeitos sobre o capital social</b>	-
<b>Possibilidade de resgate, indicando</b>	-
<b>Hipóteses</b>	-
<b>Fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	-
<b>Quando os títulos forem de dívida, indicar:</b>	-
<b>Vencimento</b>	-
<b>Juros</b>	-
<b>Garantia</b>	-
<b>Restrições</b>	-
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos</b>	-

---

**12.8. Oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais**

---

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

---

## 12.9. Outras informações relevantes

---

Conforme Comunicado ao Mercado,

- **12ª oferta pública de Letras Financeiras:** Em 03 de maio de 2022, emitindo um total de R\$ 1 bilhão. O montante está dividido em três séries, sendo a primeira no valor de R\$ 406,0 milhões para 2 anos; a segunda de R\$340,6 milhões, para 3 anos; e a terceira, de R\$ 253,5 milhões, em 4 anos.
- **13ª emissão de Letras Financeiras:** Em 24 de janeiro de 2023, emitindo um total de R\$269,2 milhões. O montante está dividido em cinco séries, sendo a primeira de R\$141,5 milhões para 23 de janeiro de 2026; a segunda, de R\$39,4 milhões, para 24 de janeiro de 2028; e a terceira, de R\$53,6 milhões, para 24 de janeiro de 2033, a quarta de R\$12,5 milhões, para 24 de janeiro de 2033 e a quinta de R\$22,3 milhões para 17 de janeiro de 2033.
- **14ª emissão de Letras Financeiras:** Em 18 de março de 2024, emitindo um total de R\$1 bilhão. O montante está dividido em 3 séries, sendo a primeira de R\$284,5 milhões para 28 de março de 2026, a segunda de R\$427,7 milhões para 18 de março de 2027 e a terceira de R\$287,9 milhões para 18 de março de 2028.

Essas emissões foram realizadas em conformidade com a Resolução CVM nº 8, de 14 de outubro de 2020. Para mais informações ver Documentos de Informações Essenciais – DIE: <https://ri.daycoval.com.br/pt/informacoes-aos-investidores/documento-deinformacoes-essenciais-die>.

---

## 13. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

### 13.1. Declarações do Diretor Presidente

Eu, Morris Dayan, brasileiro, casado, corretor de valores, portador da cédula de identidade RG nº8.595.549 e inscrito no CPF/ME sob o nº 195.131.528-63, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1793, Diretor Executivo do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), neste ato declaro que:

- a. Revisei o formulário de referência anual do Banco Daycoval S.A., ano base 2024;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 e 20; e
- c. O Conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Banco Daycoval e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

---

**Morris Dayan**  
Diretor Executivo

---

**13.1. Declarações do Diretor de Relações com Investidores**

---

Eu, Paulo Augusto Luz Ferreira Saba, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº17.000.803-4-SSP-SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 162.994.678-86, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1793, Diretor de Relações com Investidores do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), neste ato declaro que:

- a. Revisei o formulário de referência anual do Banco Daycoval S.A., ano base 2024;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 e 20; e
- c. O Conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Banco Daycoval e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

---

**Paulo Augusto Luz Ferreira Saba**  
Diretor de Relações com Investidores

---

**13.2. Declaração individual de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores devidamente assinada:**

---

Não aplicável, uma vez que as declarações individuais do Diretor Executivo e do Diretor de Relações com Investidores foram apresentadas no item 13.1 deste Formulário de Referência.

BancoDaycoval